UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ANGELO ANTONIO GRECO

EM BUSCA DE BRAÇOS FECUNDANTES:
POLÍTICA, ECONOMIA E PRECONCEITO NO DISCURSO DA
IMPrensa MINEIRA SOBRE A IMIGRAÇÃO (1888-1898)

São Paulo
2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

EM BUSCA DE BRAÇOS FECUNDANTES:
POLÍTICA, ECONOMIA E PRECONCEITO NO DISCURSO DA
IMPrensa MINEIRA SOBRE A IMIGRAÇÃO (1888-1898)

Angelo Antonio Greco

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em História Social
do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo, para obtenção do título de
Mestre em História Social

Orientador: Prof^a Dr^a Maria de Lourdes Mônaco Janotti

São Paulo
2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para a realização deste trabalho durante esta difícil caminhada. À minha orientadora Maria de Lourdes Mônaco Janotti, pela grande oportunidade que me deu, aceitando-me como aluno, acolhendo meu projeto e indicando as alterações necessárias. Seus ensinamentos nos encontros individuais ou em grupo me proporcionaram um grande amadurecimento intelectual. Aos colegas de pós-graduação, Ana, Joana e Vinícius, pela troca de idéias e incentivo. Às professoras Maria Cristina Wissenbach e Tania Regina de Luca pelas valiosas sugestões durante o Exame de Qualificação. As disciplinas que cursei com a Prof.^a Cecília Helena de Salles Oliveira e com o Prof. Fernando Antônio Novais ampliaram muito meus conhecimentos históricos. O Seminário de História Social, bem como os Encontros Regionais da Anpuh de Minas Gerais e São Paulo, todos realizados em 2008, colaboraram para refletir melhor sobre a minha pesquisa, já que ia apresentá-la em público. Agradeço às sugestões dos professores presentes e a todos que fizeram perguntas. Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação em História da FFLCH-USP. Aos funcionários da Hemeroteca Pública de Belo Horizonte e Arquivo Público Mineiro, pelo auxílio e pela enorme simpatia e atenção que dispensam aos pesquisadores. À Biblioteca Nacional e seus funcionários que disponibilizaram cópias dos microfilmes dos jornais, sem as quais seria impossível concluir a pesquisa. Esta contou com ajuda financeira do Programa Bolsa Mestrado do Governo do Estado de São Paulo. Agradeço à Marizilda, que trabalha na organização do Programa na Diretoria de Ensino Centro-Sul da capital paulista, pela ajuda, simpatia e apoio. Também à Suely, que cuida da parte financeira do Programa. Aos professores, funcionários, alunos e direção da Escola Estadual Jacques Maritain pela boa convivência, carinho, estímulo e compreensão. A toda minha família, minha avó, tios, tias e primos. Ao Fabrício pela recepção no Rio e boa troca de idéias. À Ísis, que me animou bastante a fazer o Mestrado e a toda sua família. Aos amigos César e Fernando. Alessandra e Suzana, minhas irmãs. À minha mãe Nely, amiga, com quem posso contar sempre e que em tudo me auxilia. E à minha namorada Nádia, companheira que em todos os momentos, fáceis ou difíceis, sempre me incentivou, proporcionando-me a conclusão desta dissertação.

GRECO, Angelo Antonio. *Em Busca de Braços Fecundantes: política, economia e preconceito no discurso da imprensa mineira sobre a imigração (1888-1898)*. 133 pg. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: FFLCH-USP, 2009.

RESUMO

A imprensa foi e é um meio de tentativa de influências, principalmente em termos políticos. E a imigração, durante o século XIX, foi um tema que gerou grandes discussões nos jornais. Em Minas Gerais isto aconteceu com bastante intensidade. Os gastos do governo mineiro com a introdução de estrangeiros também foram altos. É interessante notar que Minas possuía a maior população do Brasil no período, com elevado número de trabalhadores livres e ex-escravos. O objetivo da dissertação é, então, observar as publicações da imprensa mineira a respeito da imigração, compreendendo o seu sentido em um local com disponibilidade de trabalhadores e de que forma elas visavam difundir interesses de grupos políticos que os periódicos representavam. Para isso, foram selecionados os jornais *Correio de Minas* e *O Pharol*, ambos de Juiz de Fora, cidade escolhida por ser a principal de Minas na época e centro de uma das regiões econômicas mais ricas do Brasil, graças principalmente à cafeicultura. O primeiro jornal era extremo defensor da República recém instaurada e pertencia a Estevam de Oliveira, fiscal do primeiro distrito de imigração do Estado e, portanto, um entusiasta da introdução de estrangeiros. O segundo criticava o novo regime de governo, mostrando elogios ao Império, sendo por isso acusado de ser um jornal monarquista, embora não assumisse esta posição, de fato.

Palavras-chave: Imprensa. Imigração. Minas Gerais. República brasileira. Trabalhadores livres.

GRECO, Angelo Antonio. *Em Busca de Braços Fecundantes: política, economia e preconceito no discurso da imprensa mineira sobre a imigração (1888-1898)*. 133 pg. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: FFLCH-USP, 2009.

ABSTRACT

The press was and is a way of attempt of influences, especially in terms of politics. And immigration is a subject that generated great discussions in newspapers during the century XIX. In the state of Minas Gerais, these discussions happened very intensely. In Minas Gerais, the government expenses with the introduction of foreigners were also big. It is interesting to notice that Minas had the largest population of Brazil in that period, with a large number of ex-slaves and free workers. The target of this dissertation is to observe the press publications in Minas Gerais regarding immigration, understanding its meaning in a place with availability of workers and how they aimed to spread out interests of political groups that the periodicals represented. Thus, the periodicals *Correio de Minas* and *O Pharol* had been selected. Both newspapers were from Juiz De Fora, city chosen for being, at that time, the most important in Minas Gerais and the center of one of the richest regions of Brazil, mainly due to the coffee culture. The first periodical was an extreme defender of the Republic that was recently introduced and belonged to Estevam de Oliveira, a first district inspector of immigration of the State and, therefore, an enthusiastic about foreigners' introduction. The second one criticized the new government regimen, showing compliments to the Empire. Thus, it was accused of being a monarchist periodical, even though not assuming this position.

Key words: Press. Immigration. Minas Gerais. Brazilian Republic. Free workers.

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – *O Pharol* em edição de 25 de junho de 1890.....30

FOTO 2 – *Correio de Minas* em edição de 14 de março de 1895.....31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distritos de Imigração do Estado de Minas 1893-1897.....	19
Tabela 2 - Entrada de Imigrantes na Hospedaria Horta Barbosa por nacionalidade 1894/1898.....	20
Tabela 3 - Quadro demonstrativo da profissão dos imigrantes.....	20
Tabela 4 - Total de Imigrantes que saíram da Itália 1888-1898.....	21
Tabela 5 - Média Qüinqüenal da produção de café em Minas Gerais 1885-1904.....	24
Tabela 6 - Tabela de Produtividade do Núcleo Colonial Ferreira Alves, em S. João Nepomuceno, segundo Nominato José de Souza Lima, fiscal do 2º distrito de imigração.....	40
Tabela 7 - Populações escravas por Províncias 1864-1887 – Centro Sul.....	67
Tabela 8 - Entradas na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo (1893-1898).....	82

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
1. OS DISCURSOS NA IMPRENSA	
E NO CONGRESSO: O ENTUSIASMO COM A IMIGRAÇÃO.....	16
1.1. Apelo à introdução do imigrante.....	39
1.1.1. Italianos.....	39
1.1.2. Alemães.....	46
1.1.3. Chineses.....	50
1.1.4. Outras Etnias.....	56
1.2. Polêmicas Políticas e a situação do trabalhador estrangeiro.....	57
1.3. Dificuldades econômicas: imigrante como solução.....	63
2. O IMIGRANTE EM	
UMA ECONOMIA ESCRAVISTA:	
FONTES E HISTORIOGRAFIA.....	67
3. A CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA E A IMIGRAÇÃO.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	127

“Se a imprensa não existisse, seria preciso não inventá-la”.

“Para o jornalista, tudo que é provável é verdadeiro”.

“A Imprensa, como a mulher, é admirável e sublime quando conta uma mentira. Não o deixa em paz até tê-lo forçado a acreditar nela, e emprega as maiores qualidades nessa luta em que o público, tão tolo quanto um marido, sucumbe sempre”.

“Talvez os assinantes sejam mais inexplicáveis que os jornais e que os jornalistas. Os assinantes vêem seus jornais mudarem de ódios, cheios de indulgência por tais homens políticos contra os quais abriam fogo todos os dias, louvando hoje o que depreciavam ontem, aliando-se àqueles seus confrades contra quem boxeavam na véspera ou no ano passado, defendendo teses absurdas, eles continuam a lê-los, a assinar com uma intrepidez de abnegação que não se compreenderia de homem a homem”.

Trechos de Honoré de Balzac em *Os Jornalistas*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A imigração em Minas Gerais foi assunto de amplos debates entre políticos e representantes da elite, sobretudo a cafeicultura. Nas Mensagens dos Presidentes do Estado, o tema ocupava várias páginas. A discussão contribuiu para a aprovação da Lei de subvenção do transporte de imigrantes para o Estado, nos moldes do que havia sido feito em São Paulo.

Naturalmente, os jornais da época atingiam maior número de pessoas, em comparação aos debates na Câmara e Mensagens oficiais. Mas a imprensa é entendida aqui, como nas palavras de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social. As autoras negam perspectivas que tomam o jornal como mero veículo de informações transmissor imparcial e neutro de acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.¹

Foram selecionados os jornais *Correio de Minas* e *O Pharol* da cidade de Juiz de Fora, principal município mineiro nos fins do Império e inícios da República e centro da região cafeeira da Zona da Mata, uma das mais ricas do país com muitas personalidades que receberam títulos do Império. A imprensa mineira foi escolhida por suas matérias sobre política e imigração e o envolvimento dos jornalistas com os políticos mais influentes de Minas e até do país. Os dois periódicos eram de posicionamentos políticos opostos. O primeiro era republicano e o segundo possuía tendência monarquista, embora jamais admitisse isso abertamente.

As reclamações permanentes dos jornais eram a crise da mão-de-obra, instabilidade do trabalhador nacional, falta de braços para a lavoura, tudo diante de uma crise econômica vivida pelo país e uma grande instabilidade política. Nota-se através dos estudos de historiadores sobre Minas que houve um enorme crescimento da população escrava durante o século XIX e o seu aproveitamento em diversas atividades, numa dinâmica econômica que incluía a cafeicultura.

Em 1874, Minas Gerais possuía a maior população do Brasil, com aproximadamente 85% de população livre. Em 1887, às vésperas da Abolição,

¹ CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: Imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. p. 19

a Província contava com o maior número de escravos do país.² Percebe-se, a partir desses dados, que a questão da introdução de imigrantes em Minas Gerais ia além da necessidade de pessoas para o trabalho.

A partir de algumas obras que abordam o abolicionismo, a imigração, e o aproveitamento do trabalhador nacional nas principais atividades econômicas, é possível tentar desenvolver algumas idéias sobre Minas Gerais. Peter Eisenberg investigou o desinteresse em aproveitar o trabalhador nacional em São Paulo. Célia Maria Marinho de Azevedo observou a preferência das autoridades paulistas pela atração de imigrantes, em detrimento do ex-escravo e nacional. É possível pensar a partir disso, qual o sentido de um discurso em Minas apoiando a introdução do imigrante em uma área com boa disponibilidade de trabalhadores livres e se essa imigração interessou a grupos políticos, que utilizavam a imprensa para manifestar suas idéias.³

Para verificar este processo, foi analisado o contexto político pelo qual passava o Brasil, levando em conta ainda as esferas econômica e cultural. Conforme Jonas Marçal de Queiroz, o processo de reorganização do mercado de trabalho livre deve ser interpretado nas suas relações com questões mais gerais, tais como as tentativas de modernização do Estado, em curso na segunda metade do século XIX, os embates político-partidários, a discussão acerca da formação da identidade nacional, a disponibilidade de recursos para a instalação de trabalhadores recém-chegados, as dúvidas quanto às possibilidades de assimilação cultural dos estrangeiros, etc.⁴

A leitura dos periódicos mineiros também revela outras questões que envolviam o debate sobre imigração, como o temor de que houvesse uma supressão da cultura nacional pela introdução de muitos imigrantes de uma só nacionalidade. Conflitos envolvendo italianos no Sul do Brasil e na cidade de São Paulo, igualmente levaram ao entendimento por parte da imprensa de que

² CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 345-346.

³ EISENBERG, Peter L. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Unesp, 1997; LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988; AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

⁴ QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Artífices do Próspero Mundo Novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará, 1868-1889*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: FFLCH-USP, 2005. p. 30.

nem todos os imigrantes seriam bem-vindos. Apenas aqueles que se encaminhassem para o trabalho na agricultura.

A perspectiva teórica da História política, renovada a partir dos anos 1970, orienta este trabalho. Como explica René Rémond, houve na França, na primeira metade do século XX, um descrédito da política, entendida como uma sucessão de fatos ordenados para exaltar os monarcas ou o Estado. Porém, estimulada pelo contato com as outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas, a História política renasceu. Houve a percepção, na época, com as relações internacionais interferindo na vida interna dos Estados, de que a política tinha uma incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais, o que contribuiu para se entender que o político possuía uma consistência própria. Dispunha mesmo de uma certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social.⁵

Rémond também ressalta a não existência de setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político: “existe uma política para a habitação, assim como para a energia; a televisão é um investimento político, o sindicalismo intervém no campo das forças políticas.” O trecho abaixo aponta a relação do político com outras esferas da sociedade e o papel do historiador neste estudo:

Se o político se comunica assim com todos os outros setores da atividade humana, em que sentido se exerce influência ou pressão? É o político que tem em seu poder o religioso ou o social, ou o inverso? O político não é apenas o último termo de uma série causal de uma outra natureza? Alguns vêem nele apenas o reflexo ou máscara de outras realidades mais determinantes. Mas não existe questão mais essencial; não existe tampouco questão da qual seja menos possível o historiador esquivar-se: quem quer que se dedique a decifrar a complexidade das realidades sociais defronta-se com ela. (...) Estudar a história do político é estar convencido de que o político existe por si mesmo, professar que ele tem uma consistência própria e uma autonomia suficiente para ser uma realidade distinta. (...) o historiador, nem por isso crê que o político mantenha todo o resto sob sua dependência. Seria

⁵ RÉMOND, René. *Por uma história política*. Tradução. Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro, FGV, 2003. p. 15

ingênuo acreditar que o político escapa das determinações externas, das pressões, das solicitações de todo o tipo.⁶

No Brasil, a partir de 1970, houve a progressiva contestação de intelectuais, ligados a algumas universidades, à história política tradicional, que era apoiada ideológica e repressivamente pelo Estado. Os historiadores foram encontrando ou criando meios de, em diferentes lugares e, sob as mais variadas formas, introduzir, ao lado das críticas àquela história eminentemente política, novos métodos, abordagens e, sobretudo, novos objetos. Na sociedade pós 1970, as decisões políticas recobram importância, adquiriram um peso específico muito grande, levando a uma politização inevitável dos acontecimentos, atitudes, comportamentos, idéias e discursos.⁷

Todas as considerações acima são importantes para se justificar a escolha da imprensa para análise de um tema em História. Os periódicos permitem verificar muitos aspectos de uma sociedade e de um momento histórico, através de uma crítica permanente de seu conteúdo. Assim, pode-se avaliar a quem interessavam as reivindicações dos jornais, se a uma pequena elite ou grupo, se à maioria da população, se à construção de uma Nação.

O trabalho com a imprensa, dentro do contexto de renovação da História política, também ganhou fôlego a partir dos anos 70 do século XX. Para a historiadora Tania Regina de Luca, até essa época, poucos trabalhos se valiam dos jornais. Relutava-se em fazer uma história por meio da imprensa. Porém, com a terceira geração dos Annales, a renovação dos temas, problemáticas e procedimentos metodológicos da disciplina e, principalmente, com a renovação da história política, a imprensa surgiu como fonte inesgotável de pesquisa em termos políticos e culturais.⁸

O recorte cronológico tem início no ano de 1888, pois a partir da Abolição, as discussões sobre introdução de imigrantes ficaram mais acirradas, a preocupação com a organização do trabalho livre ficou mais intensa, levando a diversas reclamações na imprensa sobre uma possível crise na lavoura. Após

⁶ Ibid. p. 445.

⁷ FALCON, Francisco. "História e Poder" In: CARDOSO & VAINFAS. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus. 1997. p. 76-82

⁸ LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-115.

a Abolição, no último decênio do século XIX, houve a maior entrada de imigrantes em Minas, através da subvenção do governo e da melhor organização do serviço. Porém, este estudo procura não vincular a busca pelos imigrantes apenas à libertação dos escravos, investigando outras razões para o insistente discurso em prol do estrangeiro.

O ano de 1898 foi escolhido para o término do recorte, levando-se em conta o contexto político brasileiro e a disponibilidade das fontes. Os primeiros anos da República foram extremamente tensos, havendo conflitos entre monarquistas e republicanos. Com o fim da guerra de Canudos em 1897, a passagem do governo de Prudente de Moraes a Campos Salles, em 1898 e os primeiros sinais de melhoria da crise econômica, a República entrou em uma fase um pouco diferente da anterior. O *Pharol*, em 1897, mudou sua orientação política. Também, há poucas edições do *Correio de Minas*, posteriores ao ano de 1898, disponíveis para pesquisa. Por ser o período de maior entrada de estrangeiros em Minas, época de crise econômica no Brasil, instabilidade política, e oposição entre os dois jornais de Juiz de Fora, concluiu-se que se poderia fazer uma melhor discussão entre os periódicos no período de 1888 a 1898.

A pesquisa em periódicos foi realizada, primeiramente, na Hemeroteca Pública de Belo Horizonte, onde foi encontrada uma boa quantidade de exemplares do *Correio de Minas* e pouquíssimas do *Pharol*. Após uma procura, viu-se que na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, havia muitas edições dos dois jornais, organizadas em microfimes. Este fato foi essencial para o desenrolar da dissertação. Outros documentos foram analisados como as Mensagens dos Presidentes do Estado de Minas, disponíveis na Internet e também Leis, Decretos, Relatórios da Secretaria da Agricultura do Estado e obras sobre a imprensa mineira, encontradas no Arquivo Público Mineiro.

No primeiro capítulo deste estudo, foi feito um breve histórico da imigração em Minas Gerais, uma descrição mais pormenorizada da situação política do Brasil no final do século XIX e também da crise econômica. A filiação política do *Pharol* e do *Correio de Minas* foi apresentada. Após essa parte contextual, foi analisada a entusiasmada abordagem dos jornais com relação à vinda dos imigrantes, a noção de sua superioridade no trabalho, a solução dos problemas econômicos brasileiros pela vinda do imigrante.

No segundo capítulo, foram realizadas algumas ponderações entre as matérias dos jornais e a organização do trabalho em Minas, vista a partir de uma análise bibliográfica. Apontou-se a disponibilidade de trabalhadores livres na Província/Estado e a utilização dessa mão-de-obra nas atividades econômicas. Também foram feitas considerações sobre o preconceito das elites do século XIX, que consideravam os imigrantes, fundamentalmente os europeus, superiores aos nacionais. Foi evidenciado o enfoque que deve ser dado às especificidades de Minas Gerais, com relação à entrada de estrangeiros e sua incorporação ao mercado de trabalho. Rompe-se, dessa forma, com uma perspectiva regional que, em linhas gerais, tenta comparar o desenvolvimento econômico de São Paulo com o restante do Brasil.

O terceiro capítulo mostra uma tentativa de relacionar o contexto político brasileiro, expresso nos jornais, com os discursos sobre imigração. Depois de feita uma descrição do ápice da crise política brasileira, em 1897, e da aliança entre governo federal e o Estado de Minas, três questões são apresentadas sobre a imigração: os conflitos diplomáticos envolvendo os imigrantes, o temor de que a entrada de estrangeiros suprimisse os costumes nacionais e a campanha feita pelo *Correio de Minas* contra o imigrante urbano. Com isso, houve a tentativa de se verificar um projeto do setor republicano para o desenvolvimento econômico e social de Minas, envolvendo o imigrante agrário e excluindo-se os urbanos e trabalhadores nacionais.

CAPÍTULO I

OS DISCURSOS NA IMPRENSA E NO CONGRESSO: O ENTUSIASMO COM A IMIGRAÇÃO

A primeira iniciativa tomada para a introdução de imigrantes em Minas Gerais foi a Lei Imperial nº 514 de 1848, que determinava a concessão a cada Província do Império, de seis léguas em quadra de terras devolutas. A medida tinha como objetivo criar condições de se obter mão-de-obra para suprir a lavoura, ameaçada com a abolição do tráfico. Inicialmente, além da prestação de serviço nas obras, através do trabalho assalariado, tinha o colono direito de acesso a terra, tornando-se pequeno proprietário.¹

Foram fundadas em Minas, no ano de 1856, as colônias do Mucuri e D. Pedro II, nas imediações da atual Teófilo Otoni e Juiz de Fora, respectivamente. As companhias de Navegação e Comércio do Mucuri e União e Indústria de Juiz de Fora iniciaram a introdução de imigrantes, em grande parte alemães, para a construção de estradas em seus municípios. De 2000 imigrantes contratados na Alemanha, chegaram às colônias 1162. A colônia D. Pedro II foi extinta em 1885 e muitos dos ex-colonos se estabeleceram no centro ou no subúrbio de Juiz de Fora, dedicando-se principalmente à indústria artesanal.²

Novas iniciativas do governo imperial foram executadas. Foi formado um novo núcleo D. Pedro II, que com a República passou a se chamar Cesário Alvim, nas imediações de São João Del Rei; na mesma cidade, foram criados os núcleos Marçal e José Teodoro; Rodrigo Silva, em Barbacena, e Maria Custódia em Sabará. Por obra de particulares, foram criados também os núcleos Ferreira Alves, em São João Nepomuceno, e Paula Ramos, em Manhuaçu. Todos nos anos de 1888 e 1889.³ O mais bem sucedido deles foi o

¹ MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973. p.17

² Ibid. p. 18; ver também: COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Unesp, 1998. pp. 150-157.

³ Ibid. p. 28

de Rodrigo Silva, devido à ampla variedade de gêneros produzidos e por tentativas de desenvolvimento da indústria de seda e vinho.⁴

Em 1888, surgiu a Associação Promotora de Imigração em Minas, sociedade particular constituída por membros da elite mineira. Eram seus acionistas, por exemplo, o Barão de Itatiaia, Barão de Santa Justa, Bernardo Mascarenhas, Barão de Monte Mário. O Governo realizou no mesmo ano contrato com a Associação para introduzir 30000 imigrantes num prazo de três anos. A Companhia de Imigração e Colonização Mineira, também firmou contrato para introduzir e localizar 25000 estrangeiros no Sul da Província.⁵

Devido à expectativa dessa chegada de imigrantes em massa, num período extremamente curto, foi inaugurada a Hospedaria Horta Barbosa, no ano de 1889, em Juiz de Fora. Esta cidade, além de ser o principal centro urbano da mata, era, segundo Norma de Góes Monteiro, um importante entroncamento ferroviário, o que tornaria fácil a distribuição de imigrantes pelos vários municípios da região.

As ousadas tentativas de proporcionar a grande entrada de trabalhadores estrangeiros em tão pouco tempo não foram satisfatórias. A Companhia de Imigração e Colonização Mineira teve seu contrato rescindido, pois nos três primeiros meses de vigência a empresa introduziu oitenta pessoas. Já a Associação Promotora de Imigração, até novembro de 1889, introduziu em Minas 9854 estrangeiros. Com a Proclamação da República, quase todas as iniciativas do Império foram suprimidas.

No período republicano, a primeira iniciativa sólida sobre imigração foi a promulgação da Lei nº 32 de 18 de junho de 1892, que autorizava o Presidente do Estado de Minas a promover imigração de trabalhadores, mediante concessão de diversos favores. Os principais eram: indenização de passagens aos imigrantes e livre trânsito para eles nas estradas de ferro. Estava estabelecida a imigração subvencionada no Estado.⁶

A organização do serviço imigratório veio no ano seguinte através do decreto 612 de 6 de março de 1893, que estipulava os meios práticos como

⁴ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. p. 99.

⁵ Ibid. p. 25.

⁶ Lei nº 32 de 18 de junho de 1892. *Coleção de leis e decretos do Estado de Minas Gerais em 1892*. Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1893.

indenização de passagens, instalação dos estrangeiros na hospedaria, fixação nas propriedades agrícolas. Em seu artigo 42, o decreto obrigava todo o proprietário territorial a dividir suas terras em lotes nunca inferiores a 25 hectares de terras de cultura e 50 de campo para cada família, convenientemente providos de água; também a construir uma casa provisória para residência do colono. Estes lotes poderiam ser comprados pelos imigrantes com família por um preço não inferior a duzentos e cinquenta mil réis.⁷

De acordo com esta legislação, a introdução de imigrantes seria mais voltada para a formação de núcleos coloniais, dando a possibilidade do colono adquirir sua terra. Em São Paulo, de acordo com Maria Teresa Shorer Petrone, havia instabilidade dos trabalhadores imigrantes, pois estes, em busca do sonho da propriedade, mudavam-se de fazenda por melhores pagamentos e maior produtividade dos cafezais. O incentivo à pequena propriedade surgiu então devido à pressão do imigrante. Estabeleceu-se uma luta entre os adeptos da criação de núcleos com pequena propriedade e os latifundiários que só pensavam em drenar os estrangeiros para os cafezais.⁸

Devido a essas circunstâncias, o governo de São Paulo, segundo a autora, foi obrigado a criar núcleos coloniais a fim de atrair imigrantes. Os núcleos também se transformariam em reservatórios de braços para as grandes fazendas. Em São Paulo, a pequena propriedade surgiu com objetivos diferentes do que no Sul do Brasil e se integrou no sistema latifundiário e monocultor de exportação. A necessidade de fixar braços com os quais se pudesse contar por ocasião das colheitas fez com que os fazendeiros dividissem suas terras em lotes a serem vendidos para os imigrantes.⁹

Os decretos 626, de 31 de maio de 1893, e 640, do mesmo ano, criaram e organizaram os distritos de imigração no Estado. A divisão funcionou até 1897, quando foram extintos os distritos:

⁷ Decreto 612 de 6 de março de 1893. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1893.

⁸ PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In: FAUSTO, Boris. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 2. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 117

⁹ *Ibid.* p. 117

Tabela 1 - Distritos de Imigração do Estado de Minas 1893-1897

Distrito	Cidade-sede	Outras cidades principais	Fiscal responsável
1º	Juiz de Fora	Rio Novo, Barbacena, Ouro Preto, São João Del Rei, Tiradentes, Sabará.	Estevam de Oliveira
2º	Leopoldina	Pomba, São João Nepomuceno, Mar de Espanha, São Paulo de Muriaé, Ubá, Rio Branco, Cataguases, Viçosa.	Nominato José de Souza Lima
3º	Saúde	Ponte Nova, Itabira, Manhuaçu, Mariana, Teófilo Otoni.	
4º	Varginha	Pouso Alegre, Muzambinho, Campanha, Alfenas.	Pedro Xavier de Moura
5º	Uberaba	Santo Antonio de Patos, Araxá, Monte Alegre	Gustavo Ribeiro
6º	Lavras	Formiga, Pará.	

Fonte: Decretos nº 626 e 640 de 1893.

O primeiro contrato celebrado entre governo e agenciadores para introdução de trabalhadores foi em 2 de julho de 1893, com os senhores Jácomo N. de Vincenzi & Filhos. Em agosto do ano seguinte, chegou o primeiro grupo de 292 italianos destinados a Minas, pela imigração subvencionada da era republicana.

A partir de 1894, os contratos com particulares ou companhias de navegação passaram a ser feitos através de editais anunciando a concorrência. O mais importante deles foi com Camilo Cresta, firmado em 1º de dezembro do mesmo ano, para o transporte e localização de 10.000 estrangeiros. Também foi criado por Bias Fortes, presidente do Estado, o cargo de Superintendente de Imigração de Minas na Europa, sendo nomeado David Campista para ocupá-lo.¹⁰

¹⁰ Ver MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas*. Op. cit.. p. 68 e 69.

A nacionalidade que prevaleceu em Minas foi a italiana, conforme tabela abaixo. Os dados são do primeiro semestre do ano de 1894 em diante quando começou a política do Estado:

Tabela 2 - Entrada de Imigrantes na Hospedaria Horta Barbosa por nacionalidade 1894/1898.

ANO	TOTAL INTROD	ITALIANOS	PORTUG.	AUSTRÍACOS	ESPAN.	ALEMÃES
1894	4.554	4.410	132	12	-	-
1895	5.569	5.507	24	-	38	-
1896	22.327	17.441	80	-	1.812	-
1897	17.423	17.153	10	173	40	14
1898	2.029	1.917	106	-	3	-

Fonte: MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas*. Op. cit. p. 173.¹¹

Tabela 3 - Quadro demonstrativo da profissão dos imigrantes.

ANO	TOTAL	AGRICULTORES	ARTISTAS	SEM PROFISSÃO
1894	4.554	4.459	95	-
1895	5.569	4.291	92	1.186
1896	22.327	19.443	230	2.654
1897	17.423	13.676	1.618	2.129
1898	2.029	1.573	193	263

Fonte: MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas*.

Op. cit. p. 173.

Os números indicam o total domínio da etnia italiana e da profissão de agricultor. Os dados são importantes para análise posterior do discurso dos jornais. As médias se relacionam com o contexto da época, em que muitos europeus deixaram seu continente em direção principalmente à América. Para

¹¹ Dados com base nos livros de entrada de imigrantes na Hospedaria Horta Barbosa, disponíveis no Arquivo Público Mineiro.

Zuleika Alvim, a emigração na Itália se deu pela penetração capitalista no campo. Houve concentração da propriedade rural; altas taxas de impostos sobre a terra, que impeliram o pequeno proprietário a empréstimos e ao conseqüente endividamento; oferta pela grande propriedade, de produtos a preços inferiores no mercado, eliminando a concorrência do pequeno agricultor; e finalmente, este foi transformado em mão-de-obra para a indústria nascente. Tal processo foi liberando um excedente de mão-de-obra que o próprio país não tinha condições de absorver.¹² O Quadro abaixo apresenta o número de italianos que saíram de sua terra no período de estudo deste trabalho:

Tabela 4 - Total de Imigrantes que saíram da Itália 1888-1898.

ANO	TOTAL
1888	290.736
1889	218.412
1890	217.244
1891	293.631
1892	223.667
1893	246.751
1894	225.323
1895	293.181
1896	307.482
1897	299.855
1898	283.715

Fonte: FRANZINA, Emílio. *A Grande Emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 102.

A cafeicultura em Minas Gerais foi a principal atividade no século XIX e início do século XX. Foi na chamada Zona da Mata que o café se desenvolveu primeiro e com maior relevância nesse período. A região era até meados dos anos 1700, uma área pouco povoada, sem grande exploração. A coroa portuguesa, visando dificultar o contrabando do ouro, impediu a livre

¹² ALVIM, Zuleika M. F. *Brava Gente! Os italianos em São Paulo: 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 22.

construção de vias de comunicação que abrissem e penetrassem a mata virgem. No entanto, em 1709, foi construído pelo bandeirante Garcia Rodrigues Paes, o Caminho Novo, que ligava a região mineradora ao Rio de Janeiro e era utilizado pelos tropeiros e comerciantes para levar ouro ao Rio e abastecer de artigos e escravos a região das minas.

A partir da criação do Caminho Novo, a Zona da Mata passou a ter uma circulação maior de pessoas e de negócios. Surgiram os primeiros povoados como Simão Pereira, Matias Barbosa e Chapéu D'Uvas, em que foram cultivados os primeiros cafezais.

Mais tarde foram fundadas as cidades de Juiz de Fora, Cataguases e Leopoldina em torno das quais se formou o principal complexo cafeeiro de Minas Gerais. Em 1861, foi inaugurada a Rodovia União e Indústria, ligando Juiz de Fora a Petrópolis. Com isso, a produção cafeeira pôde crescer e ser escoada para o Rio de Janeiro.

O impulso da lavoura cafeeira, no entanto, se deu com o aparecimento das ferrovias. A primeira que penetrou em território mineiro foi a D. Pedro II, em 1874 e, neste mesmo ano, a Leopoldina que se destinaram a atender à Zona da Mata.¹³ Diversas linhas foram construídas pelos próprios cafeicultores aliados a capitalistas britânicos. A combinação das vendas altas do café com as concessões visando a propaganda política produzia alguns resultados: mais de 3.500 km de estradas foram construídas apenas em Minas entre 1875-1899, sendo a metade na década de 1890. No final da década de 1890, muitas companhias privadas passaram às mãos do governo, e cerca de 21 estradas da Zona da Mata foram incorporadas ao sistema da Leopoldina, de propriedade britânica.

Mônica Ribeiro de Oliveira mostra que a formação da cafeicultura mineira apresentou-se como um modelo diferente da formação cafeeira em São Paulo e no Rio de Janeiro. Segundo a autora, o modelo de transição processado na Zona da Mata vinculou-se historicamente à Província de Minas, num movimento de dispersão de suas elites dentro dos limites mineiros. Essas elites estavam vinculadas, tradicionalmente à mineração e, posteriormente às redes de abastecimento do Centro-Sul. Incorporaram, com o decorrer das

¹³ MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas*. Op. cit.. p. 15

décadas do século XIX novas fronteiras, apropriando-se do crescimento vertiginoso da cultura cafeeira no Sudeste e dos altos preços alcançados por ela nos mercados internacionais.¹⁴

A implantação da cafeicultura da Zona da Mata mineira, segundo Mônica Ribeiro de Oliveira, possuiu um ritmo próprio, reflexo do amplo movimento interno para a Província mineira. Com base nas considerações de João Fragoso, a autora mostra que no Rio de Janeiro coube ao capital mercantil sediado na praça do Rio, através de comerciantes de “grosso trato”, o papel hegemônico na gestação da economia fluminense. Em São Paulo, o acúmulo de riqueza com a lavoura canavieira proporcionou a primeira fase da expansão cafeeira.¹⁵

O modelo mineiro, segundo a autora, dependeu da aplicação de capital mercantil, mas do capital produzido na Província, vinculado às redes mercantis do Centro-Sul, processando-se uma verdadeira mutação das categorias de produtores de alimentos, comerciantes e capitalistas que passaram a ser elevados à condição de grandes cafeicultores.¹⁶

Alcir Lenharo destacou a importância do Sul de Minas no abastecimento do Centro-Sul na primeira metade do século XIX. Esta região, segundo ele, produzia e exportava gado em pé, em grande quantidade, além de porcos, galinhas, carneiros, toucinhos, queijos, cereais. São João Del Rei e Barbacena tiveram grande importância neste contexto e o peso político da localidade foi maior do que qualquer outra, para o autor.¹⁷

Anderson José Pires, dentro da mesma perspectiva de análise de Mônica Oliveira, apresenta dados sobre a cafeicultura mineira no período aqui em questão:

¹⁴ OLIVIEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005. p. 56.

¹⁵ Ibid. p. 55.

¹⁶ Ibid. p. 59.

¹⁷ LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993. p. 20.

**Tabela 5 - Média Qüinqüenal da produção de café em Minas Gerais
1885-1904
(em arrobas)**

Qüinqüênio	Produção de Café
1885/89	5.477.724
1890/94	5.583.195
1895/99	8.399.271
1900/04	10.492.749

Fonte: PIRES, Anderson José. *Café, Finanças e Bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889-1930*. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: FFLCH-USP, 2004. p. 7.

É importante perceber que a produção de café manteve praticamente o mesmo nível após a Abolição da escravidão, aumentando muito nos períodos posteriores.

Outra observação que se deve apresentar é sobre a população do maior centro econômico de Minas e cidade-sede dos jornais. De acordo com Sonia Maria de Souza, Juiz de Fora possuía, em 1872, uma população de 18.775 pessoas, sendo 11.604 livres e 7.171 escravos. Considerando outros distritos que faziam parte da cidade, a população se elevaria para 37.886, com 23.518 livres e 14.368 escravos. Os dados utilizados pela autora são do censo do IBGE, realizado naquele ano.¹⁸

Em 1890, segundo a historiadora, a cidade possuía 22.586 habitantes. Com a inclusão dos distritos que dela faziam parte, Sonia Souza aponta o expressivo número de 74.136 pessoas. Desse total, 68.686 eram nacionais e 5.450 estrangeiros.¹⁹

A estrutura de terras na Zona da Mata mineira é analisada de diferentes maneiras pelos autores que se dedicaram ao tema. Para Ana Lúcia Duarte Lanna, as propriedades mineiras possuíam reduzido tamanho e volume de produção. Essas características, associadas às poucas possibilidades de expansão da fronteira a partir dos anos de 1890, delinearam, segundo a autora, o perfil da atividade cafeeira em Minas.²⁰

¹⁸ SOUZA, Sonia Maria de. *Terra, família, solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870- 1920)*. Bauru: EDUSC, 2007. p. 56.

¹⁹ Ibid. p. 163. Os dados utilizados pela autora são do censo do IBGE de 1890.

²⁰ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho*. Op. cit. p. 34.

Já Luiz Fernando Saraiva, com base no estudo de testamentos de proprietários rurais da região de Juiz de Fora, trabalha a idéia de que na Zona da Mata coexistiam pequenas, médias e grandes propriedades, com preponderância, segundo o autor, da grande unidade cafeeira. O autor afirma que o tamanho médio das propriedades era de 280 alqueires de terra com 93 escravos em média e 264.572 pés de café.²¹

Os estudos dos dois autores acima são importantes para que se entenda as possibilidades de divisão de terras na principal região econômica da época, em Minas. Sobre as outras regiões do Estado, os jornais e documentos oficiais da época são unânimes em afirmar a grande existência de terras devolutas, que contribuiriam muito para a formação de núcleos coloniais.

O período de estudo deste trabalho foi uma época conturbada na História do Brasil em termos políticos e econômicos, tendo pelo menos dois acontecimentos extremamente marcantes: a abolição da escravidão e a Proclamação da República. Havia manifestações favoráveis e contrárias tanto a um quanto a outro episódio. Isso continuou acontecendo depois de suas consolidações.

Após a Proclamação, ao lado dos republicanos surgiram principalmente dois grupos de oposição: os monarquistas e os jacobinos, republicanos radicais. Ambos se organizavam em clubes, associações, trocavam correspondências. Mas o palco principal de atuação desses grupos era a imprensa. Diversos periódicos surgiram nessa época defendendo vigorosamente seus pontos de vista.²²

O clima nos primeiros anos da República foi muito tenso, sobretudo pela atuação dos jacobinos. Eles mantiveram um clima generalizado de tensão política, especialmente durante a Campanha de Canudos, no governo de Prudente de Moraes. Quebravam jornais, promoviam arruaças, viajavam congressistas, espancavam e matavam portugueses, perseguiram

²¹ SARAIVA, Luiz Fernando. Estrutura de terras e transição do trabalho em um grande centro cafeeiro, Juiz de Fora 1870-1900. In: *X Seminário sobre a Economia Mineira*, 2002. p. 13

²² Ver: CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986; QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os Radicais da República*. Jacobinismo: ideologia e ação, 1893-1897. São Paulo: Brasiliense, 1986.

monarquistas, assassinavam inimigos. Em 1897, tentaram matar o presidente da República, depois de terem feito o mesmo com o último presidente do conselho de ministros da Monarquia. Políticos republicanos e monarquistas assinavam manifestos envolviam-se em conspirações, planejavam golpes.²³

Centrando sua análise no Rio de Janeiro, o autor assinala também que qualquer acontecimento, mesmo banal, repercutia no país inteiro, por conta da posição privilegiada que a capital ocupava no cenário nacional e por ser palco das principais decisões políticas brasileiras.²⁴

Segundo Suely de Queiroz, o movimento jacobino começou a crescer com a Revolta da Armada, em 1893-94, contra o espírito que a dominou. Era fundamentado por militares, devendo-se isto à força conquistada por estes durante o processo de proclamação e consolidação da República. Para a autora, o militarismo agradava aos jacobinos, já que havia a tendência dos militares ocuparem os postos do comando político, “impondo à sociedade sua ética e valores específicos, de maneira exclusiva e exclusivista.”²⁵ Isso estimulou também outra característica particular do jacobinismo, o culto a Floriano Peixoto.

O entusiasmo e a idolatria a ele tributadas decorreram justamente do movimento militar da Armada. Sua atitude surpreendentemente enérgica, a vitória sobre os conflitos consolidando as instituições republicanas reforçaram o prestígio castrense. A popularidade do marechal favorece o surgimento do herói de que precisava uma parte da jovem oficialidade para assegurar a continuidade da participação militar na política e do poder assumido desde o 15 de novembro.²⁶

Outra particularidade do grupo era o ódio aos portugueses. José Murilo de Carvalho mostra que a imigração dessa nacionalidade no Rio de Janeiro ampliou a oferta de mão-de-obra e acirrou a luta pelos escassos empregos disponíveis, numa época em que os preços e o custo de vida subiram enormemente. Essa situação serviu de combustível para os jacobinos, que elegeram os portugueses como alvo principal de suas iras, acusando-lhes de usurpadores de empregos e exploradores dos brasileiros, através do controle

²³ CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. Op. cit. p. 23.

²⁴ Ibid. p. 22.

²⁵ QUEIROZ, Suely de. *Os Radicais da República*. Op. cit. p. 93.

²⁶ Ibid. p. 264.

que exerciam sobre parte do comércio e das casas de aluguel.²⁷ Porém, a lusofobia era mais profunda, remetendo à colonização e à família real.

Os jacobinos sempre acusavam jornais ou grupos de serem sebastianistas ou restauradores. Qualquer tipo de crítica à República era encarada como reacionária. Maria de Lourdes Janotti comenta: “mais forte que a ação monarquista foi o medo que dela se tinha e, em nome dele, eram justificados os atos de violência que consolidavam o novo regime”.²⁸ A historiadora chama atenção para o estudo de fontes não monarquistas como jornais republicanos, manifestos de presidentes da República, discursos políticos, destacando a importância dada ao perigo restaurador.

A partir do final do regime monárquico até a virada do século XIX para o XX, o Brasil viveu, ao lado da instabilidade política, uma séria crise econômica. Os principais responsabilizados pela situação, de acordo com os jornais da época e com os estudiosos do período, eram: Afonso Celso de Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, último chefe de Gabinete do Império, devido às indenizações pagas a fazendeiros, compensando o fim da escravidão; e também Rui Barbosa, devido à sua política do Encilhamento.

Ouro Preto, inclusive, foi, durante o início da República, o inimigo máximo dos partidários do novo regime, tanto que em 21 de dezembro de 1889, decretou-se seu banimento do país. De volta do exílio, ele começou a tramocar um possível retorno do país à monarquia, através da imprensa, principalmente.²⁹

Mas a crise financeira fazia parte de um quadro mundial de sucessão de colapsos, como mostra John Schulz. Com a organização das finanças baseadas em empréstimos bancários e endividamentos, sempre há alternâncias entre momentos de boom econômico e de anormalidade. Quando há estabilidade, o otimismo dos banqueiros e comerciantes aumenta, eles se

²⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. op. cit. p. 21.

²⁸ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 56.

²⁹ Cf. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. Op. cit., p. 22.

tornam menos cautelosos e expandem o crédito, por períodos cada vez maiores, até para clientes e mutuários menos confiáveis.³⁰

Houve diversas crises capitalistas durante o século XIX; levando em conta o período de estudo, o autor aponta duas crises importantes: 1873 e 1893. A de 73, segundo ele, deixou a economia mundial numa depressão prolongada, ainda que menos severa que a de 1929, por exemplo.³¹

O Brasil, de acordo com John Schulz, sofreu com o pânico das finanças externas. Na medida em que o crédito foi restringido na Inglaterra, o volume de importações financiado aos seus parceiros comerciais caiu abruptamente, enquanto os comerciantes ingleses exigiam o pagamento por parte dos clientes brasileiros para que pudessem honrar seus compromissos internamente. O volume e os preços das exportações brasileiras geralmente caíam juntos. Com isso, o mercado de bônus para empréstimos de longo prazo fechou, enquanto os juros sobre empréstimos passados tiveram de ser pagos em ouro. Dessa forma, os comerciantes e os fazendeiros brasileiros experimentaram sérios problemas de liquidez por causa da crise geral no comércio mundial. Em cada uma das grandes quebras, para John Schulz, muitas empresas brasileiras, bem como inglesas, faliram.³²

As indenizações pagas aos fazendeiros tiveram início quando João Alfredo Correia de Oliveira foi nomeado primeiro-ministro. Ele obteve em Londres um empréstimo de 6 milhões de libras. Depois nomeou um comitê bipartidário liderado pelo conservador Visconde do Cruzeiro e pelo liberal Visconde de Ouro Preto. Entre agosto e outubro de 1888, o governo assinou acordos com o Banco do Brasil e o Banco da Bahia para emprestar uma quantia que no final chegou a 18 mil contos.

Mesmo com esta situação, segundo John Schulz, o Brasil prosperou após a abolição, devido ao otimismo que tomou conta dos cafeicultores à medida que os preços do café continuaram a subir.

Com base no contexto político e econômico do período, foi escolhida a imprensa como fonte principal para o estudo da imigração em Minas Gerais.

³⁰ SCHULZ, John. *A crise financeira da Abolição. (1875-1901)*. Trad. Afonso Nunes Lopes. São Paulo: Edusp: Instituto Fernand Braudel, 1996., p. 33.

³¹ Ibid. p. 33.

³² Ibid. p. 34.

Foram selecionados diversos jornais da cidade de Juiz de Fora, devido a esta ser na época a principal da Província/ Estado e centro da região cafeeicultora da Zona da Mata. Após uma leitura inicial dos temas e a percepção da relevância dos periódicos na cidade, optou-se pelo *Correio de Minas* e pelo *Pharol*.

Algumas obras ajudaram a entender um pouco da história da imprensa de Juiz de Fora, o posicionamento de cada um dos impressos e as pessoas ligadas a eles. Duas delas, apesar de seu caráter memorialista, podem ser destacadas. A primeira, um artigo de Edmundo Lys, escrito em 1922, apresenta muita exaltação dos jornalistas da cidade e mostra a idéia de que os jornais eram bastante críticos, contudo imparciais. No entanto, o texto aponta informações importantes para a pesquisa. A segunda, escrita por Almir de Oliveira, trouxe maiores esclarecimentos, pois assinala a orientação política de cada periódico.³³

O *Correio de Minas* pertencia a Estevam de Oliveira, fiscal do 1º distrito de imigração. Personalidade destacada em Juiz de Fora, autor de livros e manuais didáticos, possuía características peculiares para o período, pois aliava sua função pública com a de militar e de jornalista, além de ser profundo defensor da República. Já havia sido redator do jornal *Minas Livre*, da mesma cidade e de *O Povo*, impresso em Cataguases. O *Correio de Minas* foi fundado em 16 de maio de 1894, por coincidência, no mesmo ano em que começaram a entrar as primeiras levas de imigrantes subvencionados. Iniciou circulando três vezes por semana, segundas, quartas e sextas. Em 1895, passou a diário, com exceção das segundas-feiras. Sofreu breve interrupção em 1897 e outra em 1898. Suspendeu a circulação em 1899 e restabeleceu-a em 1904. Em 1913, passou às mãos de Inimá e Itagiba de Oliveira, filhos do fundador. Foi editado até 1949.

A leitura do *Pharol* confirmou as afirmações de Almir de Oliveira. O jornal, segundo o autor, foi importante na história de Minas Gerais por ser um dos primeiros a entrar em circulação. Fundado em Paraíba do Sul, passou a ser impresso em Juiz de Fora, em abril de 1871. Em 1873 contava com Georges Charles Dupin na chefia da redação. Esse francês foi o introdutor do

³³ LYS, Edmundo. A Imprensa em Juiz de Fora. In: CAMPOS, Sandoval & LOBO, Amyntas. *Imprensa Mineira: memória histórica*. Ed. Comemorativa do centenário da Independência. 1822-1922. Belo Horizonte: Typografia Oliveira, Costa & Comp., 1922. OLIVEIRA, Almir de. *A Imprensa em Juiz de Fora*. Arquivo Público Mineiro, 1981.

FOTO 1 - O *Pharol* em edição de 25 de junho de 1890.

FOTO 2 - Correio de Minas em edição de 14 de março de 1895.

vapor como força motriz para máquinas de impressão em Minas Gerais e dirigiu *O Pharol* por doze anos. Entre os anos de 1874 e 1886 o jornal passou de semanário a diário.

No correr desses anos, para Almir de Oliveira, *O Pharol* passou também por alterações em sua orientação. De liberal, sob direção de Charles Dupin, passou a conservador em 1885 quando foi adquirido por Lindolfo de Assis, que o manteve até o fim de 1888. Em junho de 1891, foi adquirido por uma sociedade anônima, organizada por Alfredo Ferreira Lage, o fundador do Museu Mariano Procópio, que lhe deu orientação monarquista. E sob a direção de Diogo Pimenta de Vasconcelos e Bernardo José de Paula Aroeira, entrou a defender abertamente, a partir de 1895, a restauração da monarquia. Dois anos depois, Francisco Bernardino Rodrigues da Silva adquiriu *O Pharol* e o restituiu à orientação republicana. O periódico circulou até 1939.³⁴

Observa-se no *Pharol* um discurso moderado de 1891 até 1895, provavelmente por causa da censura imposta à imprensa por várias vezes, principalmente no governo de Floriano Peixoto. A partir de 1895, o periódico passou a fazer dura oposição ao governo mineiro e a defender personalidades que abertamente lutavam pela volta ao antigo regime de governo, como Saldanha da Gama.

Antes da Abolição, no ano de 1887, *O Pharol* demonstrava posicionamento conservador defendendo a continuidade da escravidão. Na época, havia divisão entre os fazendeiros das principais regiões agrícolas do país sobre o fim do cativeiro e a entrada de estrangeiros. As eleições para senador em Minas levantaram a questão pelo projeto de Dantas que visava a abolição imediata. Como Dantas era do partido liberal, o *Pharol* alertou seus leitores sobre uma possível vitória de um senador do partido:

Escolha. Ou defende a lavoura e seus interesses, e vota contra o partido. Ou defende a abolição imediata e vota pelo partido. Ou defende a ultima lei de 28 de setembro com os lavradores. Ou sacrifica os lavradores à causa liberal, à santa causa da liberdade. Escolha. Mas saiba o que faz. Saiba que com seu voto vai imolar a lavoura, ou vai imolar o partido liberal. Proceda com conhecimento de causa, para não se arrepender depois. A derrota do

³⁴ OLIVEIRA, Almir de. *A Imprensa em Juiz de Fora*. Op. cit. p. 18.

partido liberal na próxima eleição patenteará que a Província de Minas não quer a abolição imediata. A vitória do partido liberal demonstrará ao contrário que a província de Minas quer e quer a abolição imediata. Cada qual meça a responsabilidade e carregue com as conseqüências de seu voto. Tenha o voto significação e dignidade.³⁵

Já em janeiro de 1888, o periódico reproduziu um discurso de Paulino Soares de Souza, defensor da escravidão, que havia sido publicado no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Disse o conservador ser representante de uma Província (Rio) que contava com cerca de 10.000 estabelecimentos agrícolas mantidos por mais de 150.000 trabalhadores servis, dos quais resultava ser ela a maior produtora e contribuinte do Império. Na iminência da Abolição, o estadista mostrou sua temeridade e disse não poder ser destruído o quadro de organização do trabalho sem que se acentuassem os delineamentos de uma nova organização. Deixou claro que deveriam ser feitos todos os esforços para introdução do trabalho livre na Província para que não houvesse dificuldades para os lavradores e se mantivesse assim, segundo ele: “o brilho desta estrela fluminense, que fulgiu sempre com maior brilho na constelação nacional.”³⁶ Claramente o jornal, representando a lavoura mineira, apresentava a mesma preocupação de Paulino de Souza.

Dois dias após assinada a Lei 3353 de 13 de maio de 1888, o *Pharol* mostrou-se bastante otimista com a nova etapa da sociedade brasileira. Sob o título de “Nova Era”, o jornal publicou uma coluna dizendo:

Está resolvido, finalmente, o magno problema, que durante muito tempo preocupou os espíritos de todos os brasileiros, antolhando-lhes como fortíssimo obstáculo ao progresso nacional. **Deixou de existir a escravidão no Brasil!**

Agora foi vibrado o golpe decisivo sobre a instituição, que nos legaram nossos antepassados e, livres dos numerosos empecilhos que a questão do elemento servil muitas vezes opôs à marcha de nossos negócios públicos, surgindo como elemento perturbador, poderemos caminhar

³⁵ O *Pharol*, 8.06.1887.

³⁶ O *Pharol*, 19.01.1888.

desembaraçadamente na senda luminosa e vasta do progresso, conquistando o posto a que temos direito no convívio dos mais civilizados países do mundo.

Para isto faz-se mister que os nossos legisladores, tendo empregado esforços em prol dos escravos, não se esqueçam agora dos outros cidadãos que os auxiliaram tão vantajosamente em sua louvável tarefa, acolhendo pacificamente, sem protestos, a decisão de seus representantes nas duas casas do parlamento.

Dado o golpe sobre o trabalho servil, torna-se preciso organizar quanto antes o trabalho livre, para que novos cidadãos, que o país acaba de receber, saibam compreender devidamente quais as circunstâncias em que devem gozar a liberdade.³⁷

Pelo que se pôde perceber, a publicação deixou claro que não houve apoio por parte dos setores ligados ao *Pharol* à abolição, mas que, uma vez sacramentada a decisão, deveriam as autoridades cuidar dos lavradores que perderam sua base de trabalho. A noção de inserção do Brasil entre os países considerados civilizados deve ser salientada, pois era fortemente presente nos discursos dos jornais, políticos e mesmo dos abolicionistas. A última frase igualmente merece atenção, porque dá a idéia da anarquia que alguns setores esperavam que houvesse com a libertação dos escravos.

Em 1888, após a Abolição, *O Pharol* passou a defender a interação entre brasileiros e estrangeiros. O jornal apresentou um projeto do barão de Cotegipe visando a colonização de trabalhadores nacionais. Os três artigos do projeto autorizavam o governo mineiro a fundar colônias agrícolas com as mesmas vantagens com que fossem fundadas as colônias estrangeiras. A localização de trabalhadores nacionais pelos agricultores se daria sob as mesmas condições que a de estrangeiros. E ao brasileiro que se estabelecesse em terras públicas como proprietário, o governo as cederia por um preço mínimo ou gratuitamente, conforme a sua necessidade.³⁸

Na mesma edição, o periódico juiz-forano mostrou a atividade da Associação Promotora de Imigração na então Província e o esforço para a chegada de 1000 imigrantes europeus encomendados e a pedido de diversos lavradores da cidade: “E que o exemplo dado por estes, pedindo novos

³⁷ *O Pharol*, 15.05.1888.

³⁸ *O Pharol*, 23.05.1888.

agentes de trabalho para a continuação e aumento de suas lavouras, seja imitado pelos demais lavradores e industriais deste município, como de toda a Província.”³⁹

A intenção da Associação e da publicação no jornal era aliar o nacional ao imigrante:

Não duvidamos da eficácia do trabalhador nacional, não só porque resiste mais facilmente a certos trabalhos rurais do país, como porque têm dele prático conhecimento; mas também não duvidamos que reunir a ele o trabalhador estrangeiro é atualmente a maior das necessidades desta província. (...) A província de Minas, atentas a sua vastidão, fertilidade de seu solo, a variedade de riquezas e de climas, comporta, com vantagem para si e para seus habitantes, a introdução de mais de um milhão de trabalhadores agrícolas e industriais estrangeiros, que vivem em contínua solicitação de passagem gratuita de diversos pontos da Europa para o Brasil, em busca de trabalho e melhor colocação.⁴⁰

No mesmo ano, *O Pharol* transcreveu uma coluna do jornal italiano *L'Itália*, a qual exaltava a cidade de Juiz de Fora como centro de uma zona extraordinariamente fértil e previa a ela um futuro esplêndido se o serviço de imigração fosse bem encaminhado e tratado convenientemente: “procurar atrair uma boa imigração é o que há de mais importante; ter todo o cuidado de bem tratá-la para assim fazer dela um elemento de desenvolvimento e riqueza.”⁴¹

Em 1893, *O Pharol* demonstrou indignação ao receber acusações de ser um jornal sebastianista. O termo era bastante utilizado nas insinuações entre os periódicos, remetendo-se ao mito português, que seria, para o Brasil, uma espécie de espera por um salvador da pátria. Em resposta, o jornal mineiro reproduziu uma carta de um assinante a respeito discussão. Ele apresentou uma série de críticas ao governo, à censura da imprensa, à ditadura, à deposição de governadores. Queixou-se da falta de transporte para as mercadorias e de recursos para o comércio e a indústria, da escassez de

³⁹ *O Pharol*, 23.05.1888.

⁴⁰ *O Pharol*, 23.05.1888.

⁴¹ *O Pharol*, 01.02.1888.

braços para a lavoura e das medidas financeiras do governo. Concluiu afirmando:

Sebastianista são todos os habitantes do Brasil que se sentem coatos no escuro do labirinto das dificuldades da vida, resultantes da carestia de gêneros, baixa do câmbio e aumento dos impostos.(...) Sebastianista, enfim, é todo aquele que, saudoso, lembra-se de um governo capaz e moralizado, respeitador das leis e das liberdades públicas e de câmbio a 27.⁴²

Após a entrada em circulação do *Correio de Minas*, tornou-se freqüente a troca de acusações entre os periódicos. O termo sebastianismo, no caso dos monarquistas, significaria um desejo de retorno da família real portuguesa. Mas, a respeito, o *Pharol* apontou que só havia sebastianismo nas atitudes de Floriano Peixoto, grande ídolo dos colonistas do *Correio*. Exemplificando, criticou o contragolpe de 23 de novembro⁴³ e citou uma frase do marechal: “Brasileiros, eu que vos libertei da monarquia, etc. !”⁴⁴ Ainda no calor da mesma discussão, o periódico manifestou:

O povo que hoje procura o *Pharol* é um povo inteligente e justo. Ele quer fazer por si mesmo o juízo contra as calúnias e falsidades do sebastianismo, que mente a todo instante. (...) Sebastianistas, monarquistas, republicanos, pouco importa o que somos. Nada queremos. A nada aspiramos. Nada pedimos. Nada esperamos.⁴⁵

Uma diferença entre o pensamento dos setores monarquista e republicano era sobre a crise brasileira no período. Para os monarquistas, a crise econômica e as dificuldades na organização do trabalho eram decorrentes da política republicana, com os estados de sítio, repressões a movimentos e intervenções nos estados. Já para os partidários do novo

⁴² O *Pharol*, 21.01.1893. Com relação à taxa cambial, John Schulz mostra que, em boa parte do Império, o câmbio permaneceu a 27 pence por mil réis. Após o Gabinete Ouro-Preto e a política do Encilhamento, com Rui Barbosa, já na República, as finanças se desorganizaram. Na época da queda de Deodoro estava em 12 pence e alcançou pequena recuperação no início de 1893, elevando-se a 13 pence por mil-réis. Ver: SCHULZ, John. *A crise financeira da Abolição*. Op. cit. p. 75-111.

⁴³ Renúncia de Deodoro e passagem do governo a Floriano – 23.11.1891.

⁴⁴ O *Pharol*, 17.04.1895

⁴⁵ O *Pharol*, 17.04.1895

regime, a crise na lavoura era consequência clara da Abolição. Um exemplo desse posicionamento no *Pharol* encontra-se no trecho abaixo, de 1895:

a lavoura, com efeito, não se desabrolha senão com a paz, com a ordem, com a justiça, e também com o crédito. (...) Levar, por conseguinte, esta balbúrdia, esta geral anarquia e desmoralização à conta da Lei de 13 de maio é menos lógico que fazer de tudo responsável o pai Adão, que se deixou cair na fruta.⁴⁶

Este fragmento, tirado da coluna principal do jornal, mostrava justamente a idéia de que a desorganização do trabalho na lavoura não se devia à lei de 13 de maio, mas ao confuso processo de consolidação da República. A idéia era contrária ao que muitas vezes se reclamava no *Correio de Minas* sobre os prejuízos que a Abolição teria causado na lavoura. Por conta de toda a conjuntura problemática do início da República e do medo que os mais radicais tinham da volta à monarquia, O *Pharol* declarou:

Arranje o *Correio*, em suma, um modo pelo qual o país volte à sua antiga prosperidade econômica e aí terá resolvido o seu problema político sem a necessidade de tremer ante o espectro do passado. (...) Se os erros dos monarquistas produziram a República, como dizem, muito mais depressa estão os republicanos a acabar aí com isto, que já nem nome tem entre as formas de governo.⁴⁷

Pela análise de seus discursos, identifica-se o *Correio de Minas* com o movimento jacobino, que foi forte durante os primeiros anos do novo regime. Exemplos dessa relação aparecia principalmente em colunas que detratavam os portugueses da família real e pessoas próximas a ela. Também no modo como exaltava a pessoa de Floriano Peixoto.

Uma passagem interessante do *Correio* foi escrita por Heitor Guimarães, colaborador do jornal e adepto das mesmas idéias de Estevam de Oliveira. Após a Revolta da Armada, na época da transição para o governo de Prudente e no calor dos conflitos com Argentina, por questões de fronteira, e com Portugal, em decorrência da Armada, o jornalista declarou:

⁴⁶ O *Pharol*, 27.04.1895.

⁴⁷ O *Pharol*, 27.04.1895.

E a energia máscula do marechal Floriano Peixoto, a sua têmpera de aço, a sua alma republicana inteiramente devotada à consolidação da República, hão de virilizar os novos timoneiros chamados a contemplarem a primeira e perigosa travessia do governo civil, após um período de regime quase militar.⁴⁸

O ódio aos portugueses, no *Correio de Minas*, estendia-se à família real. Em uma série de artigos intitulados “Recordações do Império”, o jornal apresentava diversas críticas à política imperial e também ataques pessoais aos seus principais membros.⁴⁹ Após questionar o preparo e a capacidade de D. Pedro I para assumir a coroa, a coluna atacou o ex-imperador:

Cercado de ministros incompetentes e ambiciosos, não tendo sabido se aproveitar do gênio de José Bonifácio, da probidade de Martim Francisco, nem da ambição fogueira de Antonio Carlos, para instituir e alentar uma política essencialmente nacional, teve a infelicidade de herdar a sensualidade materna e, não podendo refreá-la, deixou-se enfiar pelos caprichos da amante, que sobre o seu espírito exerceu o mais despótico e o mais pernicioso domínio. (...) Dos camarins da amante voltava extenuado e mole para as reuniões do seu gabinete secreto, criação monstruosa no regimen constitucional do país, presidido por um bêbado estúpido do quilate de Chalaça.⁵⁰

Além disso, o *Correio* nunca apoiou a introdução da mão-de-obra portuguesa. Estevam de Oliveira afirmava: “muito poucos imigrantes portugueses vêm fecundar a lavoura com seu trabalho. Só algumas centenas de indivíduos procuram trabalho nas estradas de ferro mineiras e outros buscam colocação no Rio de Janeiro”.⁵¹

Não foi possível, até o ponto em que se chegou na pesquisa, saber ao certo se o proprietário e os colaboradores do *Correio* eram de fato jacobinos. Apenas foram identificadas características próximas ao movimento. Havia,

⁴⁸ *Correio de Minas*, 14.11.1894.

⁴⁹ Essa coluna pertencia ao jornal carioca *A Notícia* e era publicada no *Correio* dias depois. A prática era comum. Existia um intenso diálogo entre os jornais de Juiz de Fora e do Rio. Muitas notícias também eram publicadas no *Correio* após divulgação nos jornais do Rio ou após correspondência entre jornalistas das duas localidades.

⁵⁰ *Correio de Minas*, 20.05.1896.

⁵¹ *Correio de Minas*, 17.09.1896.

porém, discursos que divergiam um pouco da linha ideológica dos chamados radicais da República.

Conforme demonstrou Suely de Queiroz, os jacobinos não possuíam uma coesão em seu pensamento. Geralmente avessos aos estrangeiros, só se opuseram de fato aos portugueses. Eram antiliberais e contrários às oligarquias cafeeiras, mas nem sempre souberam dirigir seu movimento contra essas classes.

Nessa perspectiva, o *Correio de Minas* apelava sempre à introdução do elemento estrangeiro. Estes, com certeza, viriam para suprir a necessidade e atender aos clamores dos grandes lavradores. E o incentivo da vinda do imigrante para Minas era feito no periódico por diversos motivos. Os principais eram: a tão propalada falta de braços e a crise econômica dos primeiros tempos da República. Do mesmo modo, não houve no jornal nenhuma defesa da integração dos brasileiros com os novos trabalhadores vindos da Europa.

1.1 - Apelo à introdução do imigrante

1.1.1 - Italianos

Em boa parte das colunas sobre imigração do *Correio de Minas*, aparecia com destaque a falta de trabalhadores, sendo que Estevam de Oliveira se referia a todo o território de Minas, não só à Zona da Mata.

Com relação ao desinteresse pelo nacional, não havia claramente um discurso contra ele, mas havia a demonstração de que o imigrante europeu, fundamentalmente o italiano, era a melhor opção para cobrir a dita ausência de braços e desenvolver o Estado. Em algumas oportunidades, existia a noção de que o brasileiro era menos produtivo, como indicava uma tabela de produtividade do núcleo colonial Ferreira Alves, localizado em São João Nepomuceno, elaborada por Nominato José de Souza Lima, fiscal do 2º distrito de imigração, e publicada no *Correio*:

Tabela 6 - Tabela de Produtividade do Núcleo Colonial Ferreira Alves, em S. João Nepomuceno, segundo Nominato José de Souza Lima, fiscal do 2º distrito de imigração

Por cabeça ⁵²	Em café	Milho	Tijolos
Por 1 brasileiro	8,6 arrobas	1,5 carro	2553
Por 1 italiano	37 arrobas	2 carros	6521
Por 1 português	1 arroba	1 carro	0000

Fonte: *Correio de Minas*, 1.09.1896

Afirmou o funcionário do governo: “por onde se vê que o colono italiano se destaca notadamente sobre os demais, justificando assim os favores e a solicitude que o Estado tem dispensado à colonização italiana”.⁵³

Sem querer questionar o desempenho e o esforço dos italianos que vinham para o Brasil, verifica-se que não houve uma comprovação desses dados por parte do fiscal, como também não foi apresentado o número de habitantes da colônia por nacionalidade, tampouco o tempo em que cada trabalhador produziu. Pode-se colocar em dúvida as médias publicadas. Além de exaltar somente o italiano, ele depreciava o imigrante português, cujas médias de produção indicadas eram irrisórias.

O mesmo Nominato Lima apresentou o relato de Bernardo Cysneiro, médico, político e agricultor da região. Segundo ele, “os colonos que têm vindo para Minas são excelentes, inteligentes, dóceis e ambiciosos, o que é uma vantagem; e o serviço deles é limpo e asseado, tanto que os fazendeiros, com justos motivos, estão satisfeitiíssimos”.⁵⁴

Analisando a fixação dos italianos na fazenda do tenente-coronel Pedro Procópio, Estevam de Oliveira destacou a economia feita por eles. Primeiramente, ele descreveu as atividades desenvolvidas:

Lá, cada família de colonos recebe um lote de cafeeiros com obrigação de o cultivar, colher o fruto, secá-lo, prepará-lo para definitiva exportação, dando-se a divisão do produto líquido, em moeda corrente, depois de recebida a respectiva conta da venda. É facultado a cada família o plantio de cereais,

⁵² Palavras do jornal.

⁵³ *Correio de Minas*, 19.09.1896.

⁵⁴ *Correio de Minas*, 20.06.1896.

em terreno previamente designado pelo proprietário e nos lotes de cafeeiros, revertendo-se a ela exclusivamente toda a colheita.⁵⁵

Por esse motivo, segundo o fiscal, a fazenda não importava milho, feijão, banha, etc; apenas o necessário para alimentar uma pequena casa de negócios que o tenente-coronel ali mantinha para abastecimento da vizinhança. Em seguida, Estevam de Oliveira citou o exemplo de um colono da fazenda que fez um saque de 1:000\$000 (um conto de réis) para o enxoval de uma filha cujo casamento iria se realizar.

Em outro relatório, ele afirmou existirem em alguns estabelecimentos do seu distrito e em alguns do 2º, famílias com economias superiores a 5 contos de réis, outras com 10 e outras ainda com 15. A partir disso, o redator-chefe assinalou que a primeira idéia do imigrante italiano era formar pecúlio e repatriar-se. Poucos eram os que se convertiam em proprietários, segundo ele, ou que se prolongavam nas fazendas por mais de 3 ou 4 anos.

Um exemplo diferente do padrão apresentado acima foi o do colono italiano Primo Balboni, entrevistado por Estevam de Oliveira em uma visita sua à Fazenda Salvaterra, situada a nove quilômetros de Juiz de Fora. O colono estava lá há oito anos, era casado e tinha três filhos.⁵⁶

Segundo o fiscal do 1º distrito, as economias de Primo Balboni somavam 8 contos de réis e sua mulher e filhos andavam bem vestidos, mesmo dentro de casa. Ele possuía operários agrícolas e iria colher cerca de 500 arrobas de café naquele ano. Perguntado por que motivo abandonou a terra natal, já que havia declarado possuir terras e uma herdade, o italiano respondeu: "Porque o fisco tudo me levaria. O governo de minha pátria (...) é um ladrão!"⁵⁷

Prosseguindo a conversa, Estevam de Oliveira indagou: "No caso de um conflito armado entre o Brasil e a Itália, qual a sua atitude?" Respondeu o imigrante: "Pegaria em armas, como soldado brasileiro, porque brasileiros são

⁵⁵ Correio de Minas, 25.06.1894.

⁵⁶ Na fazenda, transformada em colônia, constavam 108 famílias: 62 italianas, 38 nacionais, 4 portuguesas, 3 alemãs e 1 espanhola. Adotava o sistema de parceria. *Correio de Minas*, 4. out.. 1896.

⁵⁷ *Correio de Minas*, 4.10.1896.

meus filhos, brasileiro me reputo e no Brasil encontrei o conforto que não achei em minha pátria”.⁵⁸

Concluindo a explanação sobre a colônia, o fiscal exaltou a participação dos imigrantes e a estrutura da fazenda, que contava com 500 mil pés de café e grande quantidade de matas virgens. Com isto, o cultivo poderia chegar a 1 milhão de cafeeiros, o que deveria elevar a colônia a 200 famílias. Estevam de Oliveira fez a seguinte observação: “se todos os fazendeiros tivessem orientação idêntica, quanto não seriam compensados os sacrifícios do tesouro com a imigração subvencionada!”⁵⁹

Pode-se perceber a retórica que guiava as colunas do *Correio de Minas*. O apelo ao italiano era recorrente e havia vários exemplos que são possíveis de se demonstrar. A preocupação básica do major era a lavoura mineira. O café, como principal produto de exportação, estava no centro das atenções. Mas também, o aumento do cultivo de cereais e outros gêneros alimentícios faziam parte das reivindicações. Além disso, as terras devolutas e a ocupação das margens das ferrovias caracterizavam o cerne da preocupação de Estevam de Oliveira e de outros fiscais da imigração.

Eram justamente as características do italiano que se adaptariam melhor à lavoura mineira e a ela dariam a desejada modernidade e o pleno desenvolvimento, de acordo com o discurso do jornal:

Coagidos pela falta de braços agrícolas que fecundem o nosso solo, temos de promover ainda a sua introdução e nenhum país nos fornecerá mais aptos que a própria Itália. (...) Até 1860, só importávamos súditos da baixa Itália – napolitanos, calabreses e sicilianos, em sua maioria mascates, latoeiros e condutores de realejo e de símios, que dali fugiam acossados pelo despotismo tirânico da casa borbônica. (...) Há alguns anos apenas, começamos a receber bons cidadãos italianos, excelentes trabalhadores, é certo, que muito hão contribuído para nossa prosperidade e para o engrandecimento de nossas lavouras.⁶⁰

⁵⁸ *Correio de Minas*, 4.10.1896.

⁵⁹ *Correio de Minas*, 4.10.1896.

⁶⁰ *Correio de Minas*, 19.09.1896.

No artigo abaixo, o jornal demonstrou abertamente seu pensamento sobre o imigrante oriundo da Itália:

Os italianos bem localizados em nosso país que atualmente compartilham conosco das opulências inexauríveis do nosso abençoado solo; que usufruem tranqüilamente a liberdade civil e política que as nossas instituições lhes garantem plenamente; que se transformam de proletários em proprietários, negociantes ou capitalistas; esses, por certo, constituir-se-ão em pregoeiros naturais do nosso estado social e econômico, da nossa civilização, das nossas extraordinárias riquezas, que apenas aguardam o braço operoso do trabalhador para se expandirem em espantosa progressão.

Se nós precisamos do braço italiano e o agricultor desta procedência é inquestionavelmente superior, também a Itália precisa de nossos mercados, do nosso comércio, do ouro que para lá exportam os seus súditos estabelecidos em nossas lavouras, e ninguém ignora que tudo isto era quase nulo há poucos anos.

Não haverá, portanto, nenhuma força capaz de deter a imigração italiana, temporária ou permanente para o nosso território.⁶¹

Estevam de Oliveira observou que, sem dúvida, o trabalho dos italianos, paciente subordinado e ambicioso de pecúlio, não encontrava rival. Mas ele não se prestava às grandes culturas de cereais, em virtude dessa mesma ambição que o dominava e, por isso, só se entregava à lavoura do café.⁶²

O fiscal alertou aos lavradores para que tentassem prender ao solo o imigrante, convertendo-o em colono, sendo assim expurgado o estabelecimento rural do mau trabalhador e relegadas a um plano secundário as que não se mostrassem ambiciosas de melhor posição; com isso, segundo o redator, a lavoura de Minas poderia sair do abatimento. As famílias estabelecidas, segundo Estevam de Oliveira, atrairiam outras, naturalmente, e de bons trabalhadores. E muito mais facilmente se estreitariam as relações entre proprietário e colono e a corrente imigratória se converteria então em fato normal e espontâneo.⁶³

⁶¹ *Correio de Minas*, 23.09.1896.

⁶² *Correio de Minas*, 17.07.1897.

⁶³ *Correio de Minas*, 15.07.1896.

Ana Lúcia Duarte Lanna destaca que a organização do trabalho livre ocorreu em três tipos: meação (parceria), trabalho assalariado temporário e colonato. Destas, a que mais prevaleceu foi a meação.⁶⁴

O fiscal do 1º distrito de imigração discorreu, em uma coluna de seu jornal, a organização dessa forma de trabalho, meação, nas colônias de Monte Alegre e Santa Helena, situadas no distrito de Matias Barbosa. A primeira pertencia ao major Geraldo Augusto Monteiro de Barros e a segunda ao Barão de Santa Helena, porém ambas eram administradas pelo major e possuíam juntas um milhão de pés de café. Havia nelas 58 famílias italianas e 12 nacionais.

Os colonos, segundo o redator-chefe do *Correio*, estavam muito satisfeitos e não demonstravam nenhuma queixa contra o proprietário, a quem se mostravam agradecidos pelo seu espírito caritativo. Um dos colonos teria perdido sua bagagem e o major Geraldo lhe dado roupa para si e para seus filhos. A fazenda fornecia, de acordo com Estevam de Oliveira, gêneros alimentícios de qualidade superior a um prazo de 12 meses, pelos preços sustentados no mercado.⁶⁵

O que acabrunhava muitos colonos de Minas, principalmente os meeiros, segundo o fiscal, era a privação de dinheiro durante muito tempo. Eles tinham de forçosamente endividar-se no primeiro ano de sua chegada até que suas plantações lhes dessem o preciso para o sustento da família. A falta de recursos, muitas vezes, originava queixas dos trabalhadores, que atribuíam sua difícil situação à ganância e pouca lisura dos fazendeiros. Estevam de Oliveira afirmou que os colonos não tinham capacidade para entender o fato econômico que era a parceria nas fazendas e por isso achavam que teriam melhor sorte trocando seu local de trabalho, indo de uma localização conhecida para uma desconhecida. Fez, então, um apelo; “é de suma importância, pois, que os fazendeiros os estimulem ao plantio de cereais, logo que chegue a época das plantações, a fim de se aplainar esta dificuldade”.⁶⁶

Afirmou ainda, Estevam de Oliveira, que no dia em que visitou Mathias Barbosa, duas escrituras foram passadas no cartório de paz daquele distrito,

⁶⁴ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho*. Op. cit.. p. 74

⁶⁵ *Correio de Minas*, 21.08.1896.

⁶⁶ *Correio de Minas*, 21.08.1896.

pelas quais dois colonos da fazenda do sr. Eugênio Leite se convertiam em proprietários. Um deles comprou uma fazenda por 48 contos, dando 25 à vista. Comentou o fiscal: “belíssimo exemplo que devia ser imitado por outros”. Mas, segundo ele, os mesmos colonos estavam localizados na fazenda havia 5 anos e ficaram devendo ao seu proprietário durante dois anos.⁶⁷

Novamente, o *Correio de Minas* apresentou enorme glorificação do serviço realizado pelos grandes lavradores e se colocou ao lado de seus interesses, já que criticou os colonos que desejavam melhores condições de trabalho e isentou os proprietários de qualquer acusação de exploração.

O redator do *Correio de Minas* destacou a construção da linha férrea que ia do Espírito Santo a Minas, atravessando terrenos muito férteis, vários deles devolutos; existia por parte do jornal a expectativa favorável da criação de novos núcleos agrícolas.

Visando o aumento da população mineira, com conseqüente crescimento da produção e da riqueza, Estevam de Oliveira sugeriu ao governo volver suas visitas aos centros agrícolas da Alemanha, mesmo que, pela percepção do fiscal, os alemães não emigrassem contratados para o cultivo de terrenos de outrem.

Neste ponto, segundo o redator, era sem superior o camponês do norte da Itália, que tanto contratava os seus serviços com terceiros, desde que pudesse chegar ao seu objetivo, formação de pecúlio, como se convertia em proprietário afeiçoado ao país, “uma vez que a fortuna lhe viesse a sorrir”. A partir disso fez a análise:

Consequentemente, o trabalhador rural da Itália impõe-se-nos ainda; é necessário, no período que atravessamos. Mas isto não deve impedir que se desenvolva conveniente propaganda desde já, em outros centros emigratórios, principalmente na Alemanha, cuja emigração para o Brasil deve ser solicitada a todo transe.

E só conseguiremos com certa vantagem quando puderem atraí-la os núcleos coloniais convenientemente instalados à margem das linhas férreas.⁶⁸

⁶⁷ *Correio de Minas*, 21.08.1896.

⁶⁸ *Correio de Minas*, 20.08.1896.

O *Pharol* também era favorável à introdução de imigrantes europeus e asiáticos. Porém era contrário ao serviço realizado pelo governo e pelos fiscais. O periódico mostrava, além disso, interesse pelo aproveitamento do trabalhador nacional.

Em uma reunião realizada em Juiz de Fora, cujo assunto central era a introdução do asiático, o presidente do Estado de Minas, Afonso Pena, mencionou a preocupação com trabalhadores que migravam do norte de Minas para a Zona da Mata e, depois de realizado este longo trajeto, entregavam-se à vadiagem.

Segundo o Presidente, o governo recebia constantes reclamações sobre a ociosidade e a vadiagem sobre as quais se pediam leis especiais e coercitivas. Afirmou Afonso Pena: “A repressão da vagabundagem depende, entretanto, dos próprios lavradores e das autoridades locais, que encontrarão nas leis vigentes, recursos contra ela.”⁶⁹

Relatou ainda em sua Mensagem de 1893 que o principal inconveniente de que se queixava a lavoura era a pouca estabilidade do trabalhador nacional, de sorte que o lavrador não tinha bases seguras para alargar ou restringir as suas plantações, pela incerteza de conservar o trabalhador. Muitas vezes ele se deslocava em viagens até mesmo para o Rio de Janeiro, gastando tempo em viagens e prejudicando a produção mineira, principalmente de cereais.⁷⁰

1.1.2 - Alemães

A imigração alemã, que desde a metade do século XIX povoava o solo mineiro, ganhou por parte do *Correio de Minas* um incentivo. De acordo com o jornal, os agricultores mineiros se mostravam satisfeitos com os italianos contratados na hospedaria, trabalhadores que não se encontrariam melhores em parte alguma, e por isso, o governo deveria promover por muitos anos a imigração italiana. Mas, interesses de ordem elevada, “como muito bem ponderou o ilustre presidente do Estado em sua brilhante mensagem

⁶⁹ O *Pharol*, 26.01.1893. O jornal relatou minuciosamente a reunião realizada no dia anterior. O assunto principal da reunião, o asiático, será tratado adiante.

⁷⁰ MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Affonso Augusto Moreira Penna ao Congresso Mineiro em sua terceira sessão ordinária da Primeira Legislatura. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1893. p.22-23.

aconselham a procurar no seio de outros povos **civilizados** os trabalhadores necessários ao desenvolvimento e prosperidade de nossa riqueza.”⁷¹

Na verdade, a Mensagem de Bias Fortes, em 1896, mostrava a preocupação de evitar o exclusivismo de uma só nacionalidade. O Presidente do Estado afirmou estarem sendo tomadas, por causa disso, providências para a entrada de colonos, principalmente portugueses.⁷²

Nenhuma nação, para o *Correio*, poderia oferecer melhores elementos do que a Alemanha, cujo governo “mostrou compreender que o Brasil não é um país de selvagens”. Prosseguia a coluna do periódico, dedicada à imigração alemã, dizendo oferecer uma grande vantagem aquele povo, que o tornaria superior ao de qualquer outra procedência: a disciplina de espírito:

Povo sóbrio e refletido, pois que esta qualidade é inerente à própria **raça**, o alemão compreende com rara nitidez que no seu país ou no estrangeiro o princípio de autoridade é sempre o mesmo, portanto, aos poderes constituídos, todos devem respeito e acatamento. Origina-se daí, como primeira conseqüência que quando mesmo se torne numerosa a aglomeração dos seus naturais em ponto determinado de país estrangeiro, nenhum atrito se dá entre eles e os habitantes primitivos.⁷³

Apontando a idéia da paz e bom convívio entre nacionais e imigrantes, o jornal citou os exemplos das colônias do Mucury e da cidade de Juiz de Fora. No primeiro, mostrou que não houve naquela localidade distúrbios e perturbações da ordem. A prosperidade crescente da cidade de Teófilo Otoni, próxima à colônia, atestava, segundo o *Correio*, o valor dos colonos que a criaram. Não houve, do mesmo modo, ação de autoridades consulares alemãs para a solução de conflitos entre alemães e brasileiros, pois eles próprios constituíam a sua polícia privada e impediam quaisquer atritos com os naturais do país.⁷⁴

⁷¹ *Correio de Minas*, 9.07.1896. Grifo meu.

⁷² MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua Primeira Sessão Ordinária da Segunda Legislatura. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1896. p. 30.

⁷³ *Correio de Minas*, 10.07.1896. (Grifo meu).

⁷⁴ *Correio de Minas*, 10.07.1896.

Juiz de Fora, também de acordo com a coluna, devia sua prosperidade e seu desenvolvimento industrial à colônia alemã, principalmente pelas ações de Mariano Procópio. Era dada, no *Correio*, ênfase na convivência pacífica entre nacionais e alemães: “numerosíssima, embora, jamais alterou sus hábitos de trabalho para alimentar preocupações descabidas de ascendência ou predomínio sobre os brasileiros com os quais vive aliás, na mais íntima e fraterna cordialidade.”⁷⁵

Sobre o fato dos alemães conservarem seus hábitos e não se integrarem aos costumes brasileiros, o *Correio* afirmou não ser verdadeira esta asserção: “conservam os alemães, é certo, suas coisas pátrias, das instituições sob cujo influxo se desenvolveram, sem menoscabarem, todavia, as dos países para onde se transportam e em que procuram novos elementos de subsistência”.⁷⁶

O jornal afirmou ter iniciado a colonização em Juiz de Fora, com uma pequena e modesta colônia primitivamente estabelecida em Mariano Procópio, irradiando-se depois por toda a zona urbana da cidade uma população forte e viril de teuto-brasileiros:

Em todas as nossas fábricas, no comércio e na pequena lavoura suburbana sobressai, ao lado do brasileiro originário, do português, do italiano e do velho alemão, uma plêiade de robustos teuto-brasileiros, que servem de desmentido às asseverações contrárias. E esta transformação lenta operou-se sem que, dos primitivos alemães nos tivessem vindo dissabores por contínuas e impertinentes reclamações diplomáticas ou consulares, por pedidos de indenização, ou quaisquer outros.⁷⁷

O *Correio de Minas*, quando mencionava conflitos entre nacionalidades e crises diplomáticas, certamente fazia referência à questão do Protocolo Italiano. Esta se deu pela chegada ao Brasil, em agosto de 1896, do ministro plenipotenciário italiano, Conde Magliano di San Marco, com a intenção de cobrar indenizações pelos prejuízos que súditos italianos haviam tido durante a Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul, além de perdas financeiras de

⁷⁵ *Correio de Minas*, 10.07.1896.

⁷⁶ *Correio de Minas*, 10.07.1896.

⁷⁷ *Correio de Minas*, 10.07.1896.

colonos, devido ao não cumprimento de promessas feitas no momento de suas contratações. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Carlos de Carvalho, assinou junto com a autoridade italiana protocolos visando o arbitramento da questão e a posterior aprovação no Congresso.⁷⁸

O episódio foi mais um agravante para a conturbada situação política do país na época. Segundo Maria de Lourdes Janotti, o caso era tratado como um “ultraje à honra nacional” e conflitos surgiram nos vários segmentos da sociedade. Os deputados jacobinos, em minoria, pressionavam o Executivo, recorrendo às forças patrióticas do Exército e das organizações populares para a defesa da nação. Choques violentos entre membros da colônia italiana e populares sucederam-se na capital paulista.⁷⁹

O *Correio de Minas* dedicou páginas inteiras ao assunto, nos meses de julho e agosto de 1896. Alguns discursos de deputados, citando dezenas de juristas e tratados de Direito Internacional, eram publicados na íntegra, para demonstrar que não era legítima a reclamação do governo italiano.

Prosseguindo a discussão sobre a introdução dos alemães, o *Correio* cogitou a possibilidade destes imigrantes serem equivalentes aos italianos no que se refere ao trabalho para terceiros nos grandes estabelecimentos rurais. Indagou o periódico: “Por que não há de ser o alemão tão bom trabalhador quanto o italiano desde que seja convenientemente localizado?” E dirigindo-se ao governo, pediu a resolução do problema da localização dos trabalhadores alemães propondo a criação de colônias nos terrenos devolutos. Novamente, o *Correio* trabalhou a imagem do imigrante como elemento de desenvolvimento do país e um acumulador de dinheiro, expressando:

Uma das mais importantes fazendas de São Paulo, no município de Ribeirão Preto, pertence a um alemão milionário, que para ali emigrou como simples imigrante. Por que razão não encontraremos nós, do mesmo modo, imigrantes alemães que venham impulsionar a lavoura mineira?”⁸⁰

A coluna passou então a sugerir a observação de japoneses, devido à criação de três consulados brasileiros no Japão. Com isso, segundo o *Correio*:

⁷⁸ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os Subversivos da República*. Op. cit. p. 120.

⁷⁹ Ibid. p. 120.

⁸⁰ *Correio de Minas*, 10.07.1896.

“hão de vir excelentes trabalhadores de onde é possível que nosso café encontre futuramente novos mercados”. Maria Tereza Schorer Petrone aponta este argumento referindo-se aos fazendeiros paulistas. A autora afirma que o interesse do governo de São Paulo pelo japonês cresceu devido à instabilidade do colono europeu no Estado e também à crise referente à superprodução de café, no início do século XX. Imigração japonesa e a conquista de novos mercados no Japão parecem estar intimamente ligados, segundo a autora, já que no Convênio de Taubaté, em 1906, ficou resolvido fazer-se propaganda para aumentar o consumo de café no mundo.⁸¹

Em Minas, no entanto, não houve registros de entradas de japoneses no período da imigração subvencionada. Devido à possibilidade da vinda dessas etnias, na mesma edição foi publicado um poema dedicado ao assunto:

Talvez daqui a alguns meses
Tenhamos (a imprensa o diz)
Alemães e japoneses
Aqui por estes Brasis

Que os lavradores pacholas
Vão fazendo provisão
De cervejas e ventarolas
Para gastar no verão⁸²

1.1.3 - Chineses

A introdução de imigrantes asiáticos, japoneses e chineses, foi amplamente discutida no Brasil. Um dos momentos de maior debate sobre a questão foi o Congresso Agrícola de 1878, realizado no Rio de Janeiro, por convocação do presidente do conselho de ministros do Império, Cansansão de Sinimbu. Reuniram-se no evento representantes das lavouras do Rio, São

⁸¹ PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. Op. cit. p. 105.

⁸² *Correio de Minas*, 10.jul..1896.

Paulo e Minas. Houve opiniões favoráveis e desfavoráveis sobre a entrada de colonos asiáticos.⁸³

Emília Viotti da Costa apresenta a difícil aceitação das elites a respeito da questão. O chinês era considerado muitas vezes “pior que o negro”, atrasado intelectualmente, com pouco amor ao trabalho, viciado em ópio, infanticida, ladrão. Foram realizados protestos e insinuações sobre os perigos da “mongolização” da sociedade brasileira.⁸⁴

Para outros, porém, os chineses eram a salvação da lavoura cafeeira. No entanto, as medidas para levar adiante o projeto de introdução dessa etnia despertaram fortes resistências principalmente da Sociedade Brasileira de Imigração e Sociedade Central de Imigração, que se empenhavam para introduzir europeus. Também o governo chinês, de acordo com Maria Lúcia Lamounier, por causa das condições de tráfico e de trabalho de seus súditos, principalmente em Cuba e Peru, estabeleceu sérias restrições para imigração. Hong Kong, Macau e Costa do Cantão eram os principais locais de onde saíam os chineses. A Inglaterra proibiu o engajamento e embarque deles (exceto para suas colônias) em Hong Kong e convenceu Portugal a fazer o mesmo com Macau.⁸⁵

O *Correio de Minas* era favorável à entrada de imigrantes asiáticos, chineses e japoneses. A discussão, contudo, teve maior ênfase nos habitantes da China, com exceção do trecho acima que tratava do japonês. Em 1894, a folha de Juiz de Fora indicou a introdução do asiático, como meio de auxiliar a lavoura mineira e aumentar a produtividade do café e de outras culturas ao mesmo tempo.

O decreto 612 de 1893, no artigo 15, obrigava a devolução ao Estado das quantias gastas pela subvenção de trabalhadores asiáticos. Essa quantia era descontada no salário dos colonos e deveria ser recolhida pelo lavrador.⁸⁶

⁸³ Vários autores analisaram o Congresso Agrícola de 1878. Ver, por exemplo: COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. Op. cit. pp. 184-188; LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Campinas: Papirus, 1988. pp. 128-145; LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho*. Op. cit. pp. 55-73.

⁸⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. Op. cit. pp. 184-188

⁸⁵ LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre*. Op. cit. p. 135.

⁸⁶ Estipulava o decreto: Cap 1, Art. 15: Do adiantamento que fizer o Estado para pagamento de passagens para os trabalhadores asiáticos serão os cofres públicos indenizados de 2.3 partes (iguais a 106 francos), mediante desconto que será feito no salário desses colonos e cuja importância deverá ser recolhida pelo lavrador à respectiva coletoria. Cf. Decreto 612 de 6 de

Um projeto em discussão na Câmara tentava revogar o artigo 15, tornando mais fácil a introdução de asiáticos, já que não seria mais necessária a devolução das passagens ao Estado. O *Correio* apoiou a iniciativa da Câmara e afirmou não ser totalmente favorável à imigração asiática, mas que também não chegava a ser *chinóforo*. Por isso apontou:

presentemente, atendendo-se à deficiência de braços com que luta a lavoura, ao decrescimento da produção agrícola exportável, e à quase nenhuma de cereais, a introdução do trabalhador asiático impõe-se como uma necessidade imperiosa e obedece a circunstâncias de momento que não podem e não devem ser esquecidas. (...) O Congresso prestará relevantíssimo serviço ao Estado convertendo em lei o supracitado projeto.⁸⁷

Tal sentimento foi compartilhado pelo Secretário da Agricultura, David Campista. Ele afirmou em seu Relatório que a imigração chinesa era desejada quase unanimemente no território mineiro e que estava convencido de que ela viria salvar a grande lavoura, e preparar o campo à pequena propriedade.⁸⁸

O *Pharol* chamou a atenção dos seus leitores (dirigindo-se principalmente aos lavradores) para uma circular publicada, convidando todos os interessados para a reunião marcada para 25 de janeiro de 1893, em Juiz de Fora, organizada, com a finalidade de deliberar sobre os meios práticos de introdução de trabalhadores asiáticos em Minas. Apontando a necessidade dos proprietários de terras comparecerem ao encontro, cujo objetivo seria “da maior relevância para seus interesses”, o jornal manifestou:

A introdução de trabalhadores asiáticos é uma necessidade que se impõe pelas condições especiais em que se acha a nossa lavoura, devido a um concurso de circunstâncias geralmente conhecidas. (...) Entretanto, para que essa imigração produza os desejados efeitos, (...) faz-se preciso garanti-la por meio de providências que assegurem o encaminhamento de uma corrente

março de 1893. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1893.

⁸⁷ Toda a discussão sobre a introdução do trabalhador asiático: *Correio de Minas*, 25.06.1894.

⁸⁸ MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Relatório apresentado ao Sr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Dr. David Moretzsohn Campista. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1894, p. 75.

verdadeiramente proveitosa. Nesse sentido, nada mais útil do que o acordo entre todos os interessados para dar uma direção uniforme à realização de semelhante idéia.

Negócios desta natureza, que dão margem à exploração mercantil, suscitam a ganância de especuladores, que não viam outro intuito a não ser a satisfação de seus próprios interesses.

Estamos vendo a formação de companhias e associações com o fim de introduzir no país os colonos asiáticos, muitas das quais naturalmente organizada mais com a mira nos resultados pecuniários do que com a idéia de beneficiar a lavoura.⁸⁹

Além disso, o impresso apresentou questões como salários, transporte e “qualidade” do trabalhador, que, para o *Pharol*, “sendo ruim, é melhor que pra cá não venha”.⁹⁰

O *Pharol* descreveu, pormenorizadamente, a reunião. Participaram do evento: os maiores agricultores de Minas, em número superior a 500, de acordo com a reportagem; Lino de Abreu, ministro de Viação e Obras Públicas; Luis Detsi, representante do ministro do Interior; David Campista; senadores; comandantes e oficiais da guarda nacional; membros da imprensa do Rio, e o presidente do Estado, Afonso Pena.

Ele, começando a tratar do objeto da reunião, disse que a solução do problema para a imigração chinesa dependia especialmente da lavoura e que esta não devia esperar solução vinda exclusivamente da ação do governo. A questão tinha dois aspectos, disse Pena: o povoamento do solo e o aproveitamento do trabalho.⁹¹

Para ele, conforme descrição do jornal, a imigração chinesa era muito prejudicial e perigosa, mas atendendo às circunstâncias do momento, considerava a introdução do trabalhador asiático uma necessidade para a lavoura. Entendia que a introdução devia ser feita aos poucos, elucidando ao lavrador de que ela não se realizaria aos milhares, já que nos Estados Unidos,

⁸⁹ O *Pharol*, 11.01.1893.

⁹⁰ O *Pharol*, 11.01.1893. A circular convidando os lavradores a participarem do encontro foi publicada na sessão “A Pedidos”. O documento é assinado por grandes agricultores da região, por exemplo: Lacerda Werneck, barão de Drummond, Chagas Lobato, barão de Santa Helena, visconde de Itatiaia, Gustavo Ribeiro, entre outros.

⁹¹ O *Pharol*, 26.01.1893.

para a introdução de duzentos mil *chins*, foi necessário um período de trinta anos. No Brasil, segundo Pena, seriam maiores as dificuldades.

O presidente do Estado manifestou apoio ao aproveitamento do nacional. Também acrescentou que o governo e lavradores não deviam descurar da imigração européia que, segundo ele, “muito indica para o futuro da nossa nacionalidade como elemento essencial para o povoamento do solo”. Se tivesse em vista, com a imigração chinesa, excluir completamente a européia, Afonso Pena seria inteiramente contrário àquela.⁹²

Pode-se articular o discurso do presidente com a sua Mensagem de 1893 e pensar como *O Pharol* reproduziu o pensamento das elites políticas e econômicas de Minas. Afonso Pena relatou:

Para ocorrer à deficiência de braços para a lavoura, tem sido reclamada a introdução de imigrantes chineses. O que cumpre, porém é tomar cautelas e providências para evitar que das ruas das grandes cidades chinesas e das suas praias nos sejam remetidos os refugos da população do celeste império. É ponto que merece especial atenção, e tenho resolvido nomear comissário especial que vá à China inspecionar as levas de imigrantes, que se destinem à lavoura de nosso Estado. Logo que seja celebrado tratado com a China e possam ser conhecidas as condições em que será permitida a imigração chinesa para o Brasil, seguirá imediatamente o comissário a que me refiro.⁹³

Manoel Peixoto de Lacerda Werneck, lavrador e um dos organizadores do encontro, expressou sua posição, após o pronunciamento de Afonso Pena: “somos náufragos, e aos náufragos todas as tábuas de salvação são boas”. Segundo ele:

Há quarenta anos que se empregam dinheiros para o serviço de imigração e, por assim dizer, sem o mínimo proveito. (...) A soma gasta com esse serviço monta a 60 mil contos e, no entanto, qual a imigração que se localizou nos estados do Pará, do Amazonas, do Mato Grosso e outros? (...) A imigração só tem sido em proveito dos estados de São Paulo, Rio Grande do

⁹² *O Pharol*, 26.01.1893.

⁹³ MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Afonso Augusto Moreira Pena ao Congresso Mineiro em sua terceira sessão ordinária da primeira legislatura. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1893. p. 22-23.

Sul, Paraná e Santa Catarina! (Aplausos) Temos, por conseguinte, o direito de pedir ao governo do país o seu auxílio porque somos brasileiros e contribuintes. Não sou contrário à imigração européia, mas reconheço que os seus resultados não têm sido os mais satisfatórios.⁹⁴

Segundo *O Pharol*, Lacerda Werneck, referindo-se à entrada de italianos, citou a excursão que fez a São Paulo, onde se convenceu de que naquele Estado o trabalho pelo braço europeu estava perfeitamente organizado. Disse que ali o colono italiano, às vezes por um interesse pequeno, deixava a fazenda onde estava para passar-se à outra situada a pouca distância.

Já Benedito Valadares⁹⁵ afirmou que a questão maior naquele momento não era o povoamento do território e sim a manutenção da grande propriedade. Seu medo era que o povoamento de Minas fizesse desaparecer a grande propriedade. Para ele, a magna questão era provê-la de braços. Nisto, o asiático seria um importante auxílio. Mas, segundo o político mineiro, era importante obter trabalhadores permanentes e não vagabundos. Quanto ao salário, alertou Valadares, “os lavradores que não se iludam. Este há de obedecer infalivelmente à lei da oferta e da procura.”⁹⁶

No dia seguinte ao encontro, reuniram-se novamente no fórum de Juiz de Fora, lavradores e alguns senadores como Gama Cerqueira, Monteiro de Barros, Antonio Cândido Teixeira e tenente Francisco Gomes Figueira. Gustavo Ribeiro, entre todos os que se expressaram, posicionou-se contra a afirmativa de que os *chins* eram novos escravos importados, dizendo que todos almejavam o trabalho livre.⁹⁷

O Pharol, neste caso dos asiáticos, vinculou-se estreitamente ao interesse dos maiores produtores agrícolas do Estado. As posições deles eram endossadas pelas colunas impressas que não se opunham a elas, nem as criticavam, motivando o leitor a concordar com a possível crise, falta de braços, ou a idéia de os orientais serem a “salvação da lavoura”.

⁹⁴ *O Pharol*, 26.01.1893.

⁹⁵ Não era Benedito Valadares Ribeiro (1892-1973), interventor do Estado de Minas durante o governo Vargas. Pela pesquisa, não foi possível saber se havia parentesco entre os dois.

⁹⁶ *O Pharol*, 26.01.1893.

⁹⁷ *O Pharol*, 27.01.1893.

1.1.4 - Outras etnias

Diante das afirmativas de crise e total desordem na organização dos trabalhadores, os jornais apoiavam a busca de estrangeiros de alguns outros países, repelindo, da mesma forma, alguns povos. Em uma série de cinco artigos intitulados “O Nosso Problema”, e escritos por Estevam de Oliveira, foi feita uma referência aos franceses: “Colonizadora, embora, não é a França país emigrantista, nem nos convém a sua emigração. **Precisamos de trabalhadores e não de joalheiros.** E é esta espécie de emigrantes que ela nos exporta”.⁹⁸

Tentando incentivar a introdução de imigrantes espanhóis, Estevam de Oliveira em um artigo dirigido aos lavradores observou:

Se não lhes merece inteira confiança o colono espanhol, como o italiano, por não estar suficientemente experimentado, procurem experimentá-lo com cautela, introduzindo aos poucos nos estabelecimentos agrícolas, principalmente naqueles em que estiver localizado grande número de colonos italianos, porque a prosperidade e bem estar destes servirão de estímulo àqueles.

A Espanha é também como a Itália um país agrícola, e na sua produção de cereais e de vinhos repousa a sua riqueza. Por que não há de habituar o espanhol com o peso da lavoura de café?⁹⁹

No ano seguinte afirmou, em um relatório publicado no jornal, num raciocínio bastante simplista, que os espanhóis não encontraram fácil colocação no Estado de Minas porque existia entre os lavradores o preconceito de que eles não se subordinavam com facilidade à disciplina necessária nos estabelecimentos agrícolas, como os italianos, e não eram, como estes, aptos para a lavoura.¹⁰⁰

Reproduzindo as palavras do cônsul brasileiro em Trieste, o *Correio* apontou o interesse pelo Brasil por parte de camponeses austríacos que, mesmo com severas proibições da Áustria contra a emigração, saíam da

⁹⁸ *Correio de Minas*, 17.09.1896.

⁹⁹ *Correio de Minas*, 14.10.1896.

¹⁰⁰ *Correio de Minas*, 17.07.1897.

Europa pelo porto de Gênova, chamados por seus compatriotas já estabelecidos no Brasil ou animados pelo desejo de melhorarem de vida. Conforme a publicação, a província que dava o maior contingente à imigração austríaca era a Galícia (Polônia austríaca), cujas condições econômicas não eram muito prósperas.

Incentivando esta corrente imigratória, o *Correio de Minas* ressaltou que era natural o fato dos austríacos procurarem o Brasil, pois teriam condições de trabalho mais fáceis e remuneradoras do que na Áustria, onde terra era estéril e a lavoura quase não dava fruto.

1.2 - Polêmicas políticas e a situação do trabalhador estrangeiro

O *Pharol*, principalmente no período de maior defesa da monarquia, oposição ao governo mineiro e conflitos com o *Correio de Minas*, possuía uma postura crítica ao serviço empreendido pelo governo do Estado, executado pelos fiscais e autoridades. Por exemplo, quando David Campista foi nomeado Superintendente de Imigração na Europa, em 1895, o jornal atacou ironicamente:

O ilustre itinerante vai tratar da vinda de imigrantes para Minas. Contra o descrédito da “peste, fome e guerra” por que ora se tem traduzido a “Ordem e Progresso”, nada mais a propósito do que ir à Europa o ex-ministro, que descobriu a pólvora no reinado do sr. Pena, e cuja presença irá desmanchar no velho mundo a idéia que fazem de nós como uns botocudos do Mucury.¹⁰¹

De modo igualmente irônico, O *Pharol* fez um comentário sobre a Mensagem de Bias Fortes, Presidente do Estado, em 1895:

A hora adiantada em que nos veio às mãos a “Mensagem” (...) não nos deixou tempo mais que para ler de corrida o importante documento. Manda a boa escola que, antes da análise, se deite ao quadro um olhar bem firme no conjunto, a ver se tem harmonia e se é original. Por este rápido exercício, podemos estar enganados, mas parece que nenhuma nem outra coisa oferece-

¹⁰¹ O *Pharol*, 25.04.1895.

nos o artista. Onde se requerem detalhes, na parte sombria dos motivos, quase sempre a mais interessante, S. Exc. com dois traços abrevia as impressões, ao passo que no “imaginário” se deleita. Se fosse música, classificaríamos a “Mensagem” entre as partituras de Wagner.¹⁰²

Mas, um sério embate entre os dois principais jornais de Juiz de Fora foi travado devido à suspeita de um surto de cólera ocorrido na Hospedaria Horta Barbosa. Um grupo de aproximadamente 2000 imigrantes chegava de trem a Juiz de Fora, quando, ao saberem da situação da localidade onde seriam abrigados, pularam na estação de Mariano Procópio e espalharam-se pelas redondezas.

Na época, havia o problema da cólera na região de acordo com a Mensagem de Bias Fortes:

Até fins do ano passado, a salubridade pública foi boa em todo o Estado. Entretanto, nos últimos dias do ano, apareceu na zona do estado limítrofe com a do Rio de Janeiro, a epidemia do cólera, que estendeu-se a alguns municípios da mata e a alguns do Sul do Estado. Providências enérgicas foram tomadas pelo Governo do Estado e pelos poderes públicos locais a fim de debelar-se tão terrível flagelo. Graças a essas medidas, pode-se afirmar o desaparecimento do mal em alguns dos pontos infeccionados e seu declínio em outros.¹⁰³

O Pharol aproveitou o ensejo para investir contra o rival, dizendo estar o serviço de imigração sendo feito de modo irregular e desumano; que a Hospedaria se encontrava lotada e na mais horrorosa promiscuidade e imundície; que as más condições de higiene produziam o aparecimento de moléstias graves, sendo considerável o número de óbitos, mormente de crianças.¹⁰⁴

Houve o contato com o ministro da Indústria, Antonio Olyntho, por parte de funcionários da Hospedaria ligados ao periódico. Ele alegou não poder

¹⁰² O Pharol, 25.04.1895.

¹⁰³ MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua Primeira Sessão Ordinária da Segunda Legislatura. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1895. p. 9-10.

¹⁰⁴ O Pharol, 8.01.1895.

intervir no assunto, pois se tratava de política estadual. Telegrafaram, então para o secretário da Agricultura, Francisco Sá, que não respondeu.¹⁰⁵

A coluna mostrou um quadro tenebroso sobre o episódio: “era horroroso aquela multidão de mulheres e crianças, depois de penosa viagem, fatigadas e sonolentas, a pedirem abrigo e pão pelas ruas da cidade”.¹⁰⁶ De acordo com o periódico, depois de muita relutância, conseguiu-se que os estrangeiros seguissem para a hospedaria. Porém, a maior parte se recusou obstinadamente a isso e permaneceu toda a noite em um rancho próximo à estação, pessimamente abrigada e sofrendo fome.¹⁰⁷

Concluindo a ofensiva ao serviço de imigração em Juiz de Fora, realizado por Estevam de Oliveira, declarou: “a nossa sociedade está seriamente ameaçada por este terrível foco de infecção que se chama Hospedaria Horta Barbosa, de onde poderá surgir uma epidemia grave, que facilmente se propagará a toda a população”.¹⁰⁸

Em resposta ao ocorrido, Estevam de Oliveira asseverou que a reportagem do concorrente se afastou da verdade dos fatos: “só uma imaginação alucinada pelo terror poderia articular que o serviço de imigração em Minas é desumano”.¹⁰⁹ Afirmou ter tomado todas as medidas cabíveis tentando a colocação dos estrangeiros em diversas hospedarias municipais. Chegou a telegrafar para o chefe de tráfego pedindo o retorno do trem, sem sucesso, devido a uma interrupção no telégrafo do Estado.

No dia seguinte, um colaborador do *Pharol*, João Andrade Gama, assumiu a responsabilidade pelo telegrama enviado às autoridades mineiras e ao presidente do Estado Bias Fortes, sobre o desembarque dos imigrantes. Segundo ele, o ato “não teve nenhuma pretensão política”; foi inspirado apenas por um “sentimento de humanidade”. Narrando os acontecimentos de forma demagógica e sendo bastante irônico ao citar o fiscal do primeiro distrito, ele apontou que:

Aquela multidão de indivíduos, numa promiscuidade lastimável, extenuados pela fome e cansaço, atirados à chuva, em uma localidade para

¹⁰⁵ *O Pharol*, 25.04.1895.

¹⁰⁶ *O Pharol*, 08.01.1895.

¹⁰⁷ *O Pharol*, 08.01.1895.

¹⁰⁸ *O Pharol*, 08.01.1895.

¹⁰⁹ *Correio de Minas*, 09.01.1895.

eles completamente desconhecida, centenas de crianças pedindo pão aos que por elas passavam, sem que houvesse no momento do desembarque uma mão caridosa e amiga que os guiasse; condoído por esse sentimento muito natural, o de humanidade, peculiar a todos os homens, cujos corações não têm ainda as vicissitudes de vida estragado (...) transmiti às 10:30 da noite, ao íntegro e honrado presidente do Estado o telegrama em questão, narrando o dolorido transe por que estavam passando aquelas pobres criaturas que, abandonando o solo pátrio, vinham esperançosas trazer ao meu Estado natal o trabalho livre e fecundante, a prosperidade e a vida, como soe acontecer no florescente estado de São Paulo.¹¹⁰

A publicação também assegurou que Estevam de Oliveira não foi ao encontro dos imigrantes, não tomou providências, mandando apenas representantes. E se lá houvesse ido, para o colunista, estaria envolvido “sinistramente no manto da invisibilidade”. Para completar, destacou sua rivalidade pessoal contra o redator do *Correio de Minas*:

não mais voltarei à imprensa, salvo se a isto for compelido, visto me faltar tempo para polêmicas com o sr. Estevam de Oliveira, que o tem de sobra, ao gozo de sua rendosa sinecura, tanto que passa os dias e as noites às portas dos cafés e charutarias, quando não se ocupa em descompor o próximo pelas colunas do seu jornaleco.¹¹¹

É possível perceber, através desses debates nos jornais, a questão política sobressaindo aos trabalhos da imigração. Observando a orientação dos periódicos e de seus redatores, observa-se o uso do imigrante, sua difícil situação para servir de base aos ataques entre os políticos. Note-se que eles tinham acesso às principais autoridades do Estado e até do país, para quem enviavam correspondências. O tema da imigração era usado como mote para ideologias, sendo que cada colunista fazia suas explanações baseadas em posições específicas. Os problemas enfrentados pelos estrangeiros, apesar de serem denunciados, funcionavam como um meio para os jornais tentarem

¹¹⁰ *O Pharol*, 10.01.1895.

¹¹¹ *O Pharol*, 10.01.1895.

formar a opinião dos leitores e mostrar o que convinha aos interesses das classes.

Quando *O Pharol* evocava o tal sentimento de humanidade ou as crianças que passavam fome, certamente sua preocupação maior era atacar Estevam de Oliveira, propagandista das idéias republicanas, num momento em que o rival defendia posições monárquicas.

Além disso, deve-se observar a quais grupos econômicos os dois jornais estão ligados. Em geral, os dois se prendiam às elites agrárias, aos comerciantes e profissionais liberais. *O Pharol*, pelo que foi analisado, era lido por elites mais tradicionais, muitos com títulos de nobreza como o barão de Drumond ou o visconde de Itatiaia; também Bernardo Mascarenhas, grande produtor da região.

O *Correio* defendia o interesse dos fazendeiros, como já foi dito aqui, e do mesmo modo, profissionais liberais e políticos republicanos, como o advogado Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, futuro proprietário do *Jornal do Comércio* de Juiz de Fora e assíduo anunciante no *Correio*.

Veja-se o exemplo do *Correio*, em 1895, sobre o transporte de imigrantes. A reclamação principal de seu redator, neste caso era que os agentes de navegação apenas visavam lotar os navios com quantidade de pessoas, não importando a profissão do imigrante. O temor do fiscal era continuar recebendo músicos, alfaiates e ferreiros como agricultores, e os introdutores continuarem recebendo os importes das respectivas passagens, sem que a lavoura visse resolvido o problema do trabalho. Igualmente o medo da ampliação das idéias anarquistas em Minas. Segundo ele, “com os músicos virão também os anarquistas.”¹¹²

Em edição posterior, no mesmo dia da polêmica sobre a fuga dos europeus, chegou a pedir a rescisão do contrato de introdução de imigrantes, celebrado entre o governo mineiro e os srs. Jácomo n. de Vincenzi & filhos, no ano de 1893. Segundo Estevam de Oliveira:

no afã de preencherem as lotações dos navios da companhia de que são agentes e por cujo único interesse naturalmente agem, não escrupulizam aqueles senhores em deitar mão a torto e a direito em todos quantos queiram

¹¹² *Correio de Minas*, 21.12.1894.

emigrar para o Brasil, pouco lhes importando a profissão habitual do emigrante que entende dever abandonar a pátrios lares.¹¹³

Sobre a ocupação do agenciador, Zuleika Alvim, com base em um observador da época da emigração em massa, apresenta boa descrição sobre esta função:

A tarefa de agenciador não requer muita especialização, basta dizer aos camponeses que dentro de alguns meses terão dinheiro aos montes, que num par de anos serão proprietários de latifúndios, que de trabalhadores braçais tornar-se-ão patrões e persuadir meia dúzia dos mais importantes de que o apostolado está completo. (...) E assim, aos gritos de 'Viva a América, morram os patrões', levam de emigrantes deixarão a região dirigindo-se para o Brasil.¹¹⁴

Havia a suspeita por parte de Estevam de que os agenciadores estivessem levando para Minas imigrantes contratados por fazendeiros paulistas. Com isso, para ele, o Estado estaria sendo lesado, pois os agentes receberiam por indivíduos que não seriam localizados em território mineiro.

Outra denúncia foi do mau tratamento dado aos imigrantes nas viagens de navio. O fiscal do 1º distrito apelou a Francisco Sá que exigisse dos introdutores humanidade com os seus compatriotas e não promovessem a entrada de velhos quase inválidos, de mulheres em adiantado estado de gravidez, muitas das quais davam à luz durante o trajeto. A alimentação das crianças recém-nascidas foi questionada, pois elas, conforme o relato, chegavam desnutridas à Hospedaria, aumentando a mortalidade. Estevam de Oliveira alertou: “convençam-se os imigrantes de que são seus próprios patrícios incumbidos de transportá-los para o Brasil, os seus maiores inimigos. Exploram sua miséria e desventura, para sobre suas desgraças fundarem grandes fortunas”.¹¹⁵

João Andrade Gama, naquele artigo em que investia contra o proprietário do *Correio*, também avaliou o caso e aproveitou para opinar sobre a intenção do oponente:

¹¹³ *Correio de Minas*, 9.01.1895.

¹¹⁴ ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres no campo. In: SEVCENKO, Nicolau. (org.) *História da Vida Privada no Brasil*; 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 231.

¹¹⁵ *Correio de Minas*, 9.01.1895.

E como o trabalho o incomoda, o sr. Estevam pede a rescisão do contrato de introdução de imigrantes, para voltar aos bons tempos em que se limitava a roer comodamente os seus 23\$333 diários, deixando a hospedaria convertida em Arca de Noé, repleta de pombos, marrecos e cabritos.”¹¹⁶

1.3 - Dificuldades econômicas: imigrante como solução

O trecho a seguir do *Correio de Minas* ilustra o pensamento do setor republicano mais radical sobre a crise econômica brasileira do final do século XIX:

As loucuras do jogo da Bolsa, iniciadas pelo ministério Ouro Preto, para atordoar interesses prejudicados com a abolição do elemento servil, e fomentadas pelo ministro da fazenda do governo provisório, a fim de atrair prosélitos à nova ordem política, criaram para o Brasil uma situação excepcionalíssima, brusca e violentamente feita.¹¹⁷

Em 1897, quando o Brasil estava no auge da crise política, com o furor jacobino, a tensa questão de Canudos e o movimento monarquista, a economia continuava em turbulência, mesmo com a boa safra de café e os preços altos. O *Correio de Minas* reproduziu algumas partes da Mensagem presidencial de Bias Fortes, demonstrando um desespero diante da situação do país e da lavoura. Em um dos trechos, o presidente declarou:

Tão precária situação da indústria agrícola não podia deixar de influir na depressão cambial, que há sido agravada, além de outras coisas geralmente indicadas, pela falta de produção de diversos gêneros denominados de primeira necessidade, em quase todos os Estados do Brasil, falta que ocasiona avultada importação desses gêneros de países estrangeiros, determinando o desequilíbrio contra o Brasil, pelo seu peso na balança do comércio internacional.¹¹⁸

¹¹⁶ *O Pharol*, 10.01.1895.

¹¹⁷ *Correio de Minas*, 20.07.1897.

¹¹⁸ *Correio De Minas*, 6.07.1897. Também: MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua Terceira Sessão

Com a libertação dos escravos e a posterior elevação dos preços do café, segundo Delfim Netto, a agricultura de subsistência foi literalmente abandonada, pois os fazendeiros dedicaram os recursos disponíveis à produção de café, que lhes proporcionava mais lucro. Dessa forma, para o economista, o volume de importações de alimentos cresceu de maneira sensível. Estas são algumas das principais razões para a baixa do câmbio no período, que estava em 7 pence por mil-réis no ano de 1897.¹¹⁹

Após a exposição da Mensagem, o *Correio de Minas* fez um apelo ao governo para que criasse bancos regionais, nos quais se pudessem recolher as pequenas economias do operário agrícola, do imigrante ou do pequeno lavrador, e onde pudesse o grande agricultor em grosso buscar os recursos de que viesse a necessitar em ocasiões oportunas. Isso facilitaria a circulação monetária e a ativação do comércio e indústria.

A preferência de Bias Fortes era a criação de bancos de crédito real. Ele afirmou: “A criação do estabelecimento bancário, que facilite à lavoura, a juro relativamente módico e a longos prazos, os capitais que indispensáveis lhe são. (...) Primeira fonte dos nossos recursos orçamentários, merece essa lavoura todo cuidado e proteção dos poderes públicos, que nela tem o mais sólido apoio”.¹²⁰

O *Correio de Minas* prosseguiu apontando o que seria segundo sua orientação a causa fundamental para a crise, a abolição:

Ninguém hoje ignora, porque é fato rudimentar, que a lei 13 de maio operou transformação radical na economia interna das lavouras, pelas novas necessidades que lhe impôs a substituição do trabalho servil pelo trabalho remunerado e livre. O lavrador tem urgência de dispor, constantemente, do necessário numerário para ocorrer a contínuos pagamentos, semanais ou mensais, aos seus trabalhadores, e ainda para acudir aos reclamos do trabalhador parceiro, mormente quando este não está de longe localizado na fazenda.¹²¹

Ordinária da Segunda Legislatura no ano de 1897. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1897. p. 16-17.

¹¹⁹ DELFIM NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1979. p. 20-22.

¹²⁰ MENSAGEM ... de 1897. p. 18.

¹²¹ *Correio de Minas*, 06.07.1897.

O mais curioso e interessante nesse comentário é a reclamação que o impresso fazia da abolição, quase dez anos após a lei de 13 de maio. Isso pode ser um indicativo de como o proprietário mineiro estava preso ao braço escravo. E em momentos de crise e falta de crédito sempre havia o apelo à intervenção do governo, para haver uma solução e conseqüente recuperação do patrimônio econômico.

Nestas condições, segundo o *Correio*, a situação da lavoura era de “verdadeira agonia, de verdadeira derrocada. E ela arrastará inevitavelmente, em sua queda, todas as outras classes conservadoras do país, que a ela estão presas por laços indissolúveis”.¹²²

A quebra de alguns bancos devido à crise também fizeram com que, segundo o *Correio*, quem conseguisse alguma economia não depositasse. A circunstância criava um ciclo em que:

Os bancos não emprestam ao comissário; o comissário não pode facilitar dinheiro ao lavrador; o lavrador não pode ocorrer às necessidades do custeio; o custeio tudo absorve, pela baixa do produto, alta elevadíssima do salário, carência de produção de cereais, exorbitância de tarifas, prendem e manietam a lavoura a esses mesmos bancos, que especulam com nossos escassos recursos para manutenção de suas taxas cambiais.¹²³

Com isso, para o jornal, a lavoura, principalmente a de café, estaria fatalmente condenada a completo e inevitável desfalecimento se grandes remédios não lhe fossem ministrados. “Grandes remédios, como convém às grandes enfermidades”. E, mais uma vez, fez referência à falta de trabalhadores como um dos males da crise brasileira.

Conseqüentemente uma das soluções mais apontadas foi a entrada de estrangeiros. O presidente Bias Fortes afirmou que para remediar a situação, o governo estava tentando promover a policultura e introduzir imigrantes, tanto que no ano 1896 o número de europeus que entraram em Minas foi de 22.496.¹²⁴

¹²² *Correio de Minas*, 06.07.1897.

¹²³ *Correio de Minas*, 20.07.1897.

¹²⁴ MENSAGEM de Bias Fortes...de 1897. p. 18-19

O argumento mais forte do *Correio de Minas*, para que viesse um número cada vez maior de imigrantes era de que estes, grandes poupadores, de acordo com toda a retórica dos redatores do periódico, poderiam depositar suas economias nos bancos regionais, facilitando a circulação e aumentando o crédito. Isso ao invés de enviar dinheiro ao exterior ou fazer o chamado “pé-de-meia”.

A crise, de fato, teve grandes proporções, mas é preciso observar que a produção de café aumentou muito no período de 1895 a 1900, conforme os dados apresentados acima. Do mesmo modo a mão-de-obra escrava no período pós-abolição, foi absorvida, ou não seria possível manter os índices de produtividade. É necessário ponderar o que foi real e o que foi exagero nos discursos das elites do final do século XIX.

CAPÍTULO II

O IMIGRANTE EM UMA ECONOMIA ESCRAVISTA: FONTES E HISTORIOGRAFIA

O discurso dos jornais mineiros sobre os trabalhadores imigrantes era divergente, vinculado diretamente a interesses políticos, econômicos e repletos de idéias preconcebidas e raciocínios reducionistas. Torna-se necessário observar os principais estudos sobre a escravidão e imigração em Minas e, do mesmo modo, o pensamento das elites e as teorias antropológicas do final dos séculos XIX e XX. Assim, pode-se refletir e entender mais sobre o posicionamento dos periódicos, a veracidade de algumas afirmações e o que eram apenas reivindicações de determinados setores políticos.

Em Minas Gerais, no século XIX, houve um grande crescimento da população escrava, decrescendo em números apenas no final do período de escravidão, conforme se observa nos dados apurados por Robert Conrad. Com isso, o autor mostra o tamanho do contingente escravo na então Província, que contava com o maior número de cativos do Brasil, às vésperas da Abolição:

Tabela 7 - Populações escravas por Províncias 1864-1887 – Centro Sul.

Centro-Sul	1864	1874	1884	1887
Minas Gerais	250.000	311.304	301.125	191.952
Espírito Santo	15.000	22.297	20.216	13.381
Rio de Janeiro	300.000	301.352	258.238	162.421
Município Neutro	100.000	47.084	32.103	7.488
São Paulo	80.000	174.622	167.493	107.329
Total	745.000	856.659	779.175	482.571

Fonte: CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 346.

Os irmãos Roberto Borges Martins e Amílcar Martins Filho através de suas pesquisas, ampliaram as estatísticas e constataram que o número de escravos no período cresceu de 169.000 pessoas em 1819, para 382.000 em 1873, quando Minas reunia um quarto da população escrava do país. Para os autores, entre 1819 e 1850, auge do tráfico africano de escravos para o Brasil, Minas teria sido uma das maiores importadoras dessa mão-de-obra.¹

Segundo os autores, não foi a economia exportadora que gerou demanda por escravos. A mineração do ouro, diamantes e pedras preciosas utilizava poucos cativos no séc. XIX e a produção de café na década de 1870 requeria apenas uma pequena fração da força de trabalho escravo. Para os Martins, Minas Gerais era uma economia voltada para consumo interno. Isso sustentaria o cativeiro no período em questão.

Para a sustentabilidade da economia escravista, também era bastante considerável, para os autores, o chamado “fator Wakefield”. Segundo este princípio, a grande disponibilidade de terras impedia a libertação dos escravos, pois estes poderiam se dispersar e sobreviver em seu próprio pedaço de terra. Isso tornaria impossível a formação de um mercado de trabalho livre, já que ninguém se submeteria a ser assalariado, quando poderia ser proprietário.²

Já Robert Slenes dá maior importância à economia exportadora mineira no século XIX. Para ele, as atividades de exportação não só permitiam um grande tráfico de escravos, mas também constituíam o centro dinâmico da economia mineira. É a importância desse centro e de seus efeitos multiplicadores sobre o resto da economia que explica o apego dos mineiros à escravidão durante boa parte do século. A cafeicultura, para o autor, constituía sem dúvida a principal atividade da economia da Zona da Mata, área que praticamente coincidia com a região cafeeira de Minas.³

Ao contrário das proposições dos Martins, Robert Slenes afirma que o motivo maior de se continuar com o trabalho escravo foi a possibilidade de utilizá-lo na produção mercantil. Minas Gerais não teria importado tantos

¹ MARTINS Fº, Amílcar e MARTINS, Roberto Borges. Slavery in a nonexport economy: nineteenth-century Minas Gerais Revisited. *Hispanic American Historical Review*, vol. 63, nº3, agosto de 1993. p. 537-568. apud. SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH/Unicamp*, Campinas, 17, junho de 1985. p. 6.

² Ibid. p. 6-7

³ Ibid. p. 9-17.

escravos, de acordo com o autor, se não tivesse tido uma economia de mercado bastante grande; e essa não teria alcançado as proporções que teve se não fosse pelo setor exportador da Província.⁴

Douglas Libby mostra que a escravidão foi a forma predominante de trabalho em Minas até a década de 1880, na medida em que o trabalho escravo foi vital ao funcionamento de praticamente todos os setores mais dinâmicos da economia. O autor destaca a existência de uma indústria mineira, produtora de fios e panos e de uma produção manufatureira. O término do tráfico negreiro internacional em 1850 constituiu o grande divisor de águas para o regime escravista brasileiro. Entre 1830 e 1852, os negociantes de escravos conseguiram importar cerca de 500.000 africanos. Como o porto de desembarque da maioria desse contingente era o Rio de Janeiro, Minas Gerais muito possivelmente se beneficiou e foi um dos prováveis destinos desses escravos.⁵

Uma questão pertinente na época do Império era a da aparente compatibilidade entre escravidão e idéias liberais adotadas no Brasil com a Independência e através da Constituição de 1824. Vários autores se dedicaram a entender o assunto e alguns aspectos podem ajudar a entender o apego dos proprietários mineiros à escravidão. Maria Emília Prado considera difícil a penetração do ideário liberal na sociedade brasileira da época. Existia uma contradição fundamental no Império: a aspiração de integração à civilização convivendo cotidianamente com a presença da escravidão. Também, nesse sentido, a abolição seria uma questão complexa, pois toda a produtividade das riquezas no Brasil contava com o braço escravo. Além disso, o momento de ruptura dos laços coloniais ocorreu simultaneamente à demanda pelo café nos mercados consumidores. Considerando-se o esgotamento da economia mineradora e a queda da demanda do açúcar produzido no Nordeste, a perspectiva aberta à produção cafeeira levou à revitalização do caráter mercantil da economia e o revigoramento da escravidão.⁶

⁴ Ibid. p. 59.

⁵ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 61.

⁶ PRADO, Maria Emília. Ordem liberal, escravidão e patriarcalismo: as ambigüidades do Império do Brasil. In: PRADO, Maria Emília & GUIMARAES, Lúcia Maria (org). *O liberalismo no Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, Revan, 2001. p. 163

Para Izabel Marson, a possível compatibilidade entre estas categorias ficou registrada em inúmeras fontes, quando traços modelares delineadores das nações consideradas “civilizadas” foram redefinidos pelo liberalismo e passaram a privilegiar parâmetros raciais. Dessa forma, até aquele momento, pelas falas de políticos liberais moderados e conservadores do Império e de outras nações, mesmo ingleses, entendia-se que a escravidão poderia ser superada gradativamente. Mais ainda, pensava-se que, se bem administrada, ela se configuraria numa etapa necessária e importante na domesticação dos povos considerados “selvagens”, tornando-se um recurso para a disciplinarização do futuro cidadão/trabalhador.⁷

Segundo a autora, o tráfico e a escravidão estiveram estreitamente imbricados na conformação do mercado de trabalho livre europeu e na expansão das fábricas, particularmente as inglesas. As manufaturas abasteciam os negociantes de escravos de várias nacionalidades com navios, algemas tecidos, armas e pólvora. Sua análise mostra que para os liberais de várias partes do mundo, havia espaço para a escravidão e que ela resultou em um impulso para várias atividades econômicas. Portanto, havia ligação entre liberalismo e práticas escravistas.⁸

As análises servem para entender um pouco sobre o trabalho escravo em Minas que de acordo com os autores, cresceu e foi bastante utilizado. Ponderações podem ser feitas para se pensar a falta de braços, declarada pela elite dos lavradores, e as reclamações dos jornais sobre a Abolição. Por outro lado, existem os estudos que apresentam a utilização do nacional e a integração do ex-cativo nas principais atividades mineiras.

Ana Lúcia Duarte Lanna destaca o aproveitamento do trabalhador nacional, em sua maior parte ex-escravos. As relações de trabalho se estruturaram organizando a população existente como mão-de-obra disponível para a agricultura cafeeira. Desse modo, a transição para o trabalho livre foi feita na região sem grandes choques.

O imigrante europeu, segundo a autora, era visto em Minas como o elemento colonizador capaz de qualificar e dignificar o trabalhador manual. No

⁷ MARSON, Izabel Andrade. Liberalismo versus escravidão: reflexões sobre uma relação contraditória. *História & Perspectivas*. Universidade Federal de Uberlândia. Nº 24, 2001. p. 45

⁸ Ibid. p. 46-47

entanto, os trabalhadores nacionais da região mineira tiveram maior aceitação do que o estrangeiro devido às condições financeiras e produtivas da Zona da Mata. Torna-se patente, conforme a historiadora, que o trabalho livre organizou-se na região cafeeicultora aproveitando a mão-de-obra internamente disponível. O trabalhador nacional, incluindo o ex-escravo foi a força fundamental na constituição de um mercado.⁹

Sonia Maria de Souza estuda a presença de um movimento camponês no município de Juiz de Fora no final do século XIX e início do XX. O fato da Zona da Mata ter se constituído em uma região de fronteira aberta possibilitou o estabelecimento de uma parcela social, sem grandes recursos financeiros, que se dedicou à produção de alimentos, utilizando basicamente a força de trabalho familiar. No final do século XIX, o número de cativos em Juiz de Fora começou a cair e predominou, a partir desse período, a população livre.

Para a autora, apesar do município concentrar a maior população escrava da região da Zona da Mata, predominaram unidades produtivas sem posse de escravos. Dentre as propriedades que contavam com essa força de trabalho, prevaleciam as pequenas posses com até cinco cativos, representando mais de 50% das unidades. As que continham mais de vinte cativos eram a minoria das unidades produtivas. A parcela social considerada camponesa era composta por profissionais especializados, como carpinteiros, sapateiros, pedreiros, celeiros, comerciantes. Mas a categoria dos lavradores era majoritária.¹⁰

A autora reitera a utilização do trabalhador nacional após a abolição, na região da Zona da Mata e a disponibilidade de mão-de-obra livre, que fizeram com que a região não absorvesse o trabalhador estrangeiro com tanta intensidade, conforme as proposições de Ana Lúcia Duarte Lanna. E, observando a perspectiva do camponês, afirma que estes tiveram uma ligação muito estreita com o escravismo, no período. Muitos deles eram ex-senhores de escravos, enquanto outros eram ex-escravos ou seus descendentes diretos.

O liberto era caracterizado, para Sonia Souza, como degenerado pela escravidão e, portanto, sua preparação para o mercado de trabalho passaria pela educação. Os jornais locais incitavam os fazendeiros a tomarem iniciativas

⁹ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho*. Op. cit. p. 74-90.

¹⁰ SOUZA, Sonia Maria de. *Terra, família, solidariedade*. Op. cit. p. 49-62.

para implementar um sistema educacional capaz de introduzir o ex-escravo nas diferentes atividades produtivas.

Conforme a autora, a Abolição trouxe em Minas Gerais um temor de que os escravos abandonassem maciçamente as fazendas, fato que não se confirmou, segundo ela. Passada a euforia inicial e as comemorações pelo fim da escravidão, os libertos voltaram ao trabalho nas lavouras. Alguns trocaram de fazenda em busca de melhores condições de trabalho, mas não abandonaram a lida agrícola, mesmo porque não lhes restavam muitas alternativas de sobrevivência.

Sonia Souza também utiliza o periódico *O Pharol* para abordar a campanha feita por este veículo impresso pelo aproveitamento do trabalhador nacional. A autora destaca a mudança de orientação política do *Pharol* durante todo o seu período de existência, sendo que a partir de 1885 assumiu posição bastante conservadora, mantendo estreitas ligações com o grupo dos fazendeiros de café. Embora alguns de seus articulistas enaltecessem a iniciativa dos paulistas de fazerem experiências com os imigrantes europeus, eles não aconselhavam fazer o mesmo para a região, pois acreditavam que os fazendeiros não teriam condições de arcar com os altos custos que o empreendimento exigia. A saída apontada seria a utilização do colono nacional, que apresentava a vantagem de já estar acostumado ao trabalho nas fazendas e não ser exigente como o europeu.

É interessante a observação da autora sobre os salários pagos a libertos. Na fazenda da Fortaleza de Sant'anna, que pertencera à Baronesa de Sant'anna em Juiz de Fora, esses ex-escravos foram utilizados nas mais variadas atividades. A mais comum era o trabalho nas lavouras, mas havia trabalhadores domésticos, mucamas, lavadeiras, cozinheira, e especializados, carpinteiros, pedreiros, ferreiros, feitores. O menor salário pago aos não especializados era de 1\$000 (mil réis) e o maior salário de um especializado era de 20\$000. A média de salários pagos aos libertos na fazenda era de 6\$000 a 8\$000 mensais.¹¹

Peter Eisenberg mostra a disponibilidade de trabalhadores livres na Província de São Paulo, onde houve preferência pela introdução do trabalhador

¹¹ Ibid. p. 153.

imigrante. O autor apresenta dados, mostrando que, durante o século XIX, a média da população escrava na Província era de 23%. Ele tenta explicar a escolha dos estrangeiros pelos paulistas. Uma hipótese apresentada atribuía ao nacional uma incapacidade ou falta de vontade de participar no setor de exportação. Apresenta discursos que condenavam como ocioso, indolente e preguiçoso.¹²

Os trabalhadores livres eram bastante utilizados em São Paulo no século XIX, principalmente no cultivo de gêneros alimentícios, milho, feijão, mandioca e arroz, e eram pagos salários diários. A estes juntavam-se os moradores e agregados, que ganhavam direitos de usufruir a terra alheia em troca de seu trabalho. Esses trabalhadores, segundo Eisenberg, constituíam mão-de-obra para uso eventual durante as épocas de maior atividade, como a safra. O autor então propôs as seguintes questões: “por que esse elemento não foi melhor aproveitado na expansão do café em São Paulo?” e “como se explica que o mercado de trabalho rural nessa província tenha se abastecido com a imigração européia, principalmente a partir de meados da década de 1880?”¹³

Maria Sylvia de Carvalho Franco afirma que durante todo o século XIX, persistiram as economias de mercado e de subsistência. Houve, ao mesmo tempo, grandes e pequenos proprietários, lavradores em terras devolutas ou não exploradas, moradores e agregados.¹⁴ Segundo a autora, a presença da escravidão freou a constituição de uma sociedade de classes, não tanto porque o escravo estivesse fora das relações de mercado, mas especialmente porque excluiu delas os homens livres e pobres, deixando incompleto o processo de sua expropriação. Ficando marginalizada nas relações essenciais à sociedade e guardando a posse dos meios de produção, a população poderia ser transformada em mão-de-obra livre esteve a salvo das pressões econômicas que transformariam sua força de trabalho em mercadoria.¹⁵

Paulo César Gonçalves estudou o aproveitamento de migrantes cearenses nas regiões cafeeicultoras do Centro Sul do Brasil. Os fazendeiros

¹² EISENBERG, Peter L. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989. p. 230-231.

¹³ Ibid. 228-229.

¹⁴ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Unesp, 1997. p. 98.

¹⁵ Ibid. p. 237.

paulistas procuraram aproveitar a força desses homens e mulheres que, juntamente com seus filhos, foram obrigados a deixar sua localidade de origem para não sucumbir à seca. Relevantes, para o autor, no processo de expansão da cafeicultura paulista, caracterizada pela falta de trabalhadores, os retirantes foram utilizados como força de trabalho suplementar ao escravo e, posteriormente, ao imigrante.¹⁶

Algumas avaliações podem ser feitas a respeito do discurso das elites, que requisitavam sempre o imigrante e muitas vezes desprezavam o nacional, fosse ele escravo, livre ou camponês. O preconceito racial, e as teorias antropológicas do século XIX marcaram a retórica da imprensa e dos políticos. Nas edições lidas do *Correio de Minas* não se mencionou uma palavra sobre o aproveitamento do trabalhador livre. Isto numa região que concentrava a maior população de escravos do Brasil às vésperas da Abolição. Já no *Pharol*, o discurso muitas vezes era o de integrar o trabalhador nacional ao imigrante. Mas quase sempre que se falava em trabalhador nacional, a ele era associado o termo vadiagem, como se todos os brasileiros vivessem na ociosidade. Alguns autores preocuparam-se com esse tema.

Para Tania Regina de Luca, “a idealização das relações raciais é uma construção pacientemente tecida pelas elites letradas que, sobretudo a partir da Abolição, viram-se às voltas com a problemática da incorporação dos ex-escravos e seus descendentes à nação brasileira.”¹⁷ Torna-se oportuno, segundo a historiadora, reavaliar os debates travados em torno da imigração nas décadas iniciais do século XX, um dos períodos estratégicos para compreender as linhas de força que moldavam uma dada apreensão da nacionalidade.

Ainda mais no contexto da recém instaurada República, o questionamento da nação era um assunto de extrema repercussão. Nisto, o branqueamento surgia como uma espécie de solução mágica para as contradições da sociedade multirracial, heterogênea e atravessada por uma rígida hierarquia.

¹⁶ GONÇALVES, Paulo César. *Migração e Mão-de-obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do Centro-Sul (1877-1901)*. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 217-218.

¹⁷ LUCA, Tania Regina de. Imigração e teorias antropológicas no Brasil (1910-1920). *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, ano 15, nº 46, 2000.

No discurso abolicionista havia contradições e preconceitos contra os escravos. Havia diferentes noções de projetos nacionais sem trabalho cativo, mas não necessariamente incluindo o ex-escravo. Humberto Fernandes Machado mostra a visão ambígua de Joaquim Nabuco em *O Abolicionismo* e também da imprensa fluminense sobre o assunto. Nabuco, segundo o autor, ressaltava a raça negra como de considerável importância nacional, estreitamente ligada por infinitas relações orgânicas à constituição do povo brasileiro. No entanto, destacava que muitas das influências da escravidão poderiam ser atribuídas à “raça negra”, ao seu desenvolvimento mental atrasado, aos seus instintos bárbaros, às suas superstições grosseiras.¹⁸

Segundo a análise do autor, baseada no discurso de Nabuco, o negro possuía características não condizentes com os comportamentos e interesses que levariam os povos para o caminho do “progresso” e da “civilização”. Foram-lhe atribuídos estereótipos, divulgados pela imprensa, que tentavam comprovar sua inferioridade racial: propensos à violência, à marginalidade, à desordem, mantenedores de relações familiares promíscuas e que só trabalhavam sob vigilância, mediante castigos. A liberdade para os escravos significaria exercer a ociosidade, externando desse modo, seus maus instintos e abandonando o trabalho.¹⁹

Conclui Humberto Fernandes Machado afirmando que com essas concepções predominantes, as elites que atuaram na campanha abolicionista pela imprensa, direcionaram sua retórica para a construção de uma nação, incorporando os ex-escravos ao mundo dos brancos, porém preservando um caráter desigual e hierarquizado da sociedade brasileira. As propostas de reformas visavam situar o país entre as nações “civilizadas”.

A inserção dos ex-escravos nessa sociedade, segundo o autor, foi pautada por valores europeus e realizada de maneira paternalista, sem uma proposta de alteração das relações excludentes. Os discursos dos abolicionistas eram direcionados para os senhores, garantindo seus interesses na medida em que se propunham mudar o regime de trabalho para conservar a

¹⁸ MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto do pós-abolição. In FERREIRA, Tânia Maria Bessone.; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia Maria Bastos P. (orgs.) *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006. p. 147.

¹⁹ Ibid. p. 148.

ordem, sem abalar a produção agrícola. Paralelamente, a imprensa, como as elites intelectuais, foi bastante influenciada pelas teorias raciais, pelo liberalismo e pelo positivismo.²⁰

Florestan Fernandes, na parte inicial de sua obra *Interação do Negro na Sociedade de Classes*, apresentou uma sociedade basicamente racista. Tomando a cidade de São Paulo como exemplo, demonstrou as relações excludentes que se mantiveram entre imigrantes e ex-escravos.

Isto ocorreu porque, segundo Florestan Fernandes, nas regiões onde a produção agrícola atingia níveis altos, os ex-escravos tinham que concorrer com outros trabalhadores nacionais e com a mão-de-obra importada da Europa, constituída freqüentemente por trabalhadores mais afeitos ao novo regime de trabalho e às suas implicações econômicas ou sociais. E os efeitos dessa concorrência foram prejudiciais aos antigos escravos que não estavam preparados para enfrentá-la. A legislação, os poderes públicos, e os círculos politicamente ativos da sociedade mantiveram-se indiferentes, largando o negro por si e para si mesmo.²¹

Para o autor, o trabalho livre, a iniciativa individual, e o liberalismo econômico eram os ingredientes do progresso, a chave que iria permitir superar o atraso do país e propiciar a conquista de foros de “nação civilizada” pelo Brasil. Dentro disso, o negro só encontraria boa acolhida enquanto rebelde que fugia da escravidão como protegido de famílias tradicionais. Do contrário era uma figura deslocada e aberrante no cenário da febre do café.²²

Quando conseguia inserir-se no sistema de ocupação das cidades, ele não “engrenava”, conforme a análise de F. Fernandes. Faltava-lhe coragem para enfrentar profissões degradantes como engraxar sapatos ou vender peixes, como faziam os italianos. Por outro lado, as deformações introduzidas em suas pessoas pela escravidão limitavam sua capacidade de ajustamento à vida urbana, sob regime capitalista, impedindo-os de tirar algum proveito das novas oportunidades.²³

²⁰ Ibid. p. 150-151.

²¹ FERNANDES, Florestan. *A Interação do Negro na Sociedade de Classes*. v. 1. São Paulo: Dominus editora: Edusp, 1965. p. 3

²² Ibid. p. 5.

²³ Ibid. p. 5.

A recusa de certas tarefas e serviços; a inconstância na freqüência ao trabalho; o fascínio por ocupações real ou aparentemente nobilitantes; a tendência a alternar períodos de trabalho regular com fases mais ou menos longas de ócio; a indisciplina agressiva contra o controle direto e a supervisão organizada; a ausência de incentivos para competir individualmente com os colegas e para fazer do trabalho assalariado uma fonte de independência econômica; essas “deficiências” do negro e do mulato, segundo F. Fernandes, se entrosavam á complexa situação humana com que se defrontavam no regime de trabalho livre.²⁴

A leitura da obra de Florestan Fernandes aparentemente apresenta traços que denigrem a imagem dos ex-escravos. Ele afirma que a escravidão imprimiu ao negro essas características, limitando sua capacidade de ajustamento à vida urbana, sob regime capitalista, impedindo-os de tirar algum proveito das novas oportunidades. Mas também é necessário compreender que o capitalismo no Brasil marginalizou o negro, propiciando ao imigrante, principalmente em São Paulo as melhores ofertas de trabalho.

Célia Maria Marinho de Azevedo critica F. Fernandes sobre a posição do negro no pós-abolição. Segundo a autora, a partir da premissa de que o negro era apático para o trabalho livre e acostumado à coação de um sistema irracional de produção, vários trabalhos sobre escravidão concluíam que o ex-escravo e seus descendentes saíram despreparados para o trabalho livre e que eram incapazes de se adequarem aos novos padrões contratuais e esquemas racionalizadores e modernizantes da grande produção agrícola e industrial. Desde a publicação do livro de Fernandes, prevaleceu na historiografia até meados dos anos de 1980 a idéia da marginalização inevitável do negro por força da própria herança da escravidão carregada por ele. Ao negro apático costuma-se contrapor o imigrante disciplinado e responsável, já condicionado á ética do trabalho contratual, em que capacidades de iniciativa e de auto-sacrifício combinam-se de forma maleável, a fim de atender aos anseios de mobilidade e de ascensão social.²⁵

²⁴ Ibid. p. 13-14.

²⁵ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004. p. 18-20.

A autora propõe a questão: até que ponto a imagem de negros e mestiços como uma massa inerte, sem grande importância histórica em fins do século XIX não surgiu do âmago de todo um imaginário racista que procuraria justificar a necessidade de trazer imigrantes europeus em substituição aos escravos? Ela afirma que, num primeiro momento, durante as discussões sobre o aproveitamento dos trabalhadores livres nacionais e dos ex-escravos para o trabalho livre, houve interesse em coagir o nacional ao trabalho.

Num segundo momento, porém, o negro começou a ser descaracterizado não só como força de trabalho, mas como futuro cidadão. A ala de políticos imigrantistas da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo cresceu, ao final do século XIX, e, com isso, o imaginário do medo, aquele que tinha por centro a figura do negro instável e perigoso cedeu gradualmente lugar a outro imaginário de paz e progresso, cuja personagem central, redentora dos males do país era o imigrante.

Eram características do discurso imigrantista: a exaltação do branco estrangeiro, que chegaria ao Brasil para instaurar um tempo de progresso no país, com formação da nacionalidade e cidadania; o negro como incapaz de aderir ao trabalho livre; a inferioridade racial dos negros pela sua descendência dos africanos.²⁶

É possível observar no jornal *Correio de Minas* as assertivas propostas por Célia de Azevedo. A exaltação extrema dos europeus, principalmente os italianos, devido ao seu possível bom rendimento como agricultores e a atribuição dada a eles de grandes acumuladores de pecúlio, eram permanentes em todas as colunas do jornal. Contudo, nessas intensas defesas dos imigrantes, não eram apresentados argumentos sólidos ou comprovações de que os estrangeiros eram muito eficazes. Apenas observações genéricas eram estampadas nas páginas do periódico, muito provavelmente com base nas experiências de São Paulo e do Sul do país, especialmente num momento de consolidação da cafeicultura paulista e da grande atração de estrangeiros para essas localidades.

Célia de Azevedo passa então a tratar da questão da falta de braços para a lavoura, tão propalada pelas elites do período, ressaltando que para

²⁶ Ibid. p. 223.

justificar a necessidade de imigração era comum afirmar-se uma escassez de braços, além de um suposto melhor preparo do imigrante para o trabalho assalariado ou regime de colonato. As qualidades disciplinares do europeu ficavam por conta da sua suposta superioridade racial, como alegavam os imigrantistas. Quanto à falta de trabalhadores, a autora afirma tratar-se sempre de uma asserção genérica sem fundamentos quantitativos, feita em função de necessidades específicas regionais ou de interesses especificamente ligados à introdução do estrangeiro.

Outro argumento utilizado pelos defensores da imigração eram os altos salários exigidos pelos nacionais. Era preciso baixar os salários, e um recurso para isso seria aumentar a reserva de mão-de-obra ou a oferta de trabalhadores. Deste modo, além da concorrência no mercado impor uma baixa nos salários, uma massa maior de trabalho, de mais-valia, poderia realizar-se, aumentando com isso a margem dos lucros dos proprietários e possibilitando também a sua capitalização para outras esferas produtivas.

O tão alardeado tema da ociosidade do nacional não passava, para Célia de Azevedo, de uma manifestação superficial a encobrir três questões muito profundas: a possível não submissão do nacional pobre a um tempo burguês externo às suas necessidades de sobrevivência; o arbítrio dos governantes a entravar a possibilidade de disciplina de trabalho livre; e, por fim, os salários. Esses temas, para a autora, expressavam o embate entre resistência dos homens livres e pobres nacionais, e opressão por parte dos grandes proprietários e seus representantes políticos, que na interpretação simplificada dos imigrantistas não passava de vagabundagem, incapacidade para o trabalho ou escassez de braços.²⁷

As matérias sobre necessidade de imigrantes apresentadas nos jornais *Correio de Minas* e *Pharol* referiam-se a todo o Estado de Minas. É o caso do relatório publicado no *Correio* do fiscal do 3º distrito de imigração Pedro Xavier de Moura, região que envolvia o sul de Minas. Segundo ele:

A procura de imigrantes tem sido de soma avultada, tanto que há pedidos de 2 anos ou mais que não se podem satisfazer devido à procura de

²⁷ Ibid. p. 117-120.

trabalhadores e à extensão do território que tem eles de percorrer, preferindo os imigrantes os contratantes de residências mais próximas.²⁸

Como solução para o problema, Pedro Xavier de Moura pediu ao governo que fizesse um contrato com as Companhias Estrada de Ferro Inglesa, São Paulo e Mogiana, para que os imigrantes pudessem desembarcar no porto de Santos e seguir para Minas via Estado de São Paulo, sem custo para este.

O fiscal também citou exemplos de municípios como Monte Santo e São Sebastião do Paraíso, que pela falta de braços utilizavam serviços de migrantes do norte da Bahia. Monte Santo, segundo ele, iria colher em três anos 4.500.000 de quilos de café e os trabalhadores baianos empregados na lavoura faziam imposições aos fazendeiros e nenhuma noção tinham do cultivo da planta. Sobre São Sebastião do Paraíso, o fiscal afirmou: “Este município luta com falta de braços, sendo atualmente servidos por emigrados baianos do norte que trazem em sobressalto os fazendeiros deste florescente município devido ao gênio desordeiro da maioria destes emigrados”²⁹.

Em relatório publicado no *Correio de Minas*, Gustavo Ribeiro, fiscal do 4º distrito de imigração, região que compreendia o Triângulo mineiro, lamentou a não entrada da “promissora corrente imigratória tão ansiosamente aguardada” pelo distrito e que segundo ele traria todos os benefícios possíveis.

É importante salientar uma afirmação de Gustavo Ribeiro sobre a reorganização do trabalho em Minas após a abolição. Ele disse não ter encontrado a região do Triângulo bem organizada para a produção e que era sua missão iniciar o novo regime de trabalho na zona, propícia pelas vantagens do seu solo e da benignidade do seu clima, pois houve:

grande perturbação na constituição de nosso trabalho que é necessário dizê-lo, desorganizou-se mais no centro do Estado, no seu sertão, do que nos pontos onde mais intensa era a produção e mais densa também a população

²⁸ *Correio de Minas*. 8.09.1896. Há uma diferença com relação ao quadro de distritos apresentado no Cap. 1, que se baseia nos *Decretos 626 e 640* de 1893. Eles afirmam que Pedro Xavier de Moura era fiscal do 4º distrito. Provavelmente houve uma reorganização desses distritos após 1893.

²⁹ *Correio de Minas*. 8.09.1896.

rural, supridora dos braços à lavoura, apesar de sua inércia e alto espírito de indolência e imprevidência.³⁰

Reforçando a retórica da superioridade do estrangeiro, atacando o trabalhador nacional, o fiscal também aponta a menor dificuldade dos locais onde a lavoura era mais desenvolvida em arregimentar braços para o trabalho. A afirmação contradiz o discurso presente em boa parte do *Correio* e do *Pharol* também sobre o possível caos em que estava o trabalho no Estado.

Nota-se para a região sul de Minas e do Triângulo uma linearidade no discurso das elites do Estado com relação à superioridade da imigração. Já sobre as demais regiões do Estado seria necessário um estudo mais profundo para avaliar-se a economia e a demanda de trabalhadores. Através da historiografia mineira é possível afirmar que, pelo menos na Zona da Mata, não havia a falta de braços declarada principalmente no *Correio de Minas*, e também no *Pharol*.

A integração entre as regiões mineiras em termos econômicos também traz perspectivas para se pensar no aproveitamento dos trabalhadores no século XIX. Sobre o assunto, John Wirth utiliza o conceito de “mosaico mineiro” para caracterizar o contexto sócio-político da Província/ Estado, afirmando ser fundamental o fato de Minas não ser uma região, mas um mosaico de sete zonas ou sub-regiões diferentes: Norte, Sul, Leste, Oeste, Centro, Mata e Triângulo. Cada zona desenvolveu-se numa linha diferente de tempo, dando ao Estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos.³¹

A região central perdeu terreno para a Zona da Mata e o Sul em todo o decorrer do século XIX, quando muitas famílias da elite se estabeleceram na agricultura, após migrarem de uma decadente área de mineração. Lá, juntaram-se a outros migrantes do vale do rio Paraíba, formando uma nova elite.

O conceito de mosaico é questionado por Mônica Ribeiro de Oliveira, pois houve vínculos internos entre as regiões mineiras, possibilitando a consolidação do núcleo agrário-exportador cafeeiro. A região mineira estava

³⁰ *Correio de Minas*. 10.09.1896.

³¹ WIRTH, John D. *O Fiel da Balança*: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1930. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 41.

bastante articulada internamente, reflexo de um trânsito interno de elites pelas vastas regiões, promovidos pelos circuitos mercantis que entrecortavam toda a Província, em busca de acesso à propriedade e à ascensão ao status de grandes proprietários de terras.³²

A partir de uma análise bibliográfica, verifica-se que para alguns historiadores a imigração em Minas foi um fracasso. Essa conclusão deve-se a comparações feitas com o Estado de São Paulo, visto como modelo de sucesso da política imigratória. Além disso, o fato de São Paulo ter introduzido uma quantidade muito maior de estrangeiros, a liderança econômica exercida pelo Estado já no século XIX e durante todo o século XX, e a contribuição dos imigrantes nesse crescimento reforçam a contraposição sucesso e fracasso. O quadro abaixo mostra as entradas na Hospedaria de São Paulo no período estudado.

Tabela 8 - Entradas na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo (1893-1898)

Ano	Entradas				
	Totais	Subsidiados		Não-subsidiados	
		Nº	%	Nº	%
1893	69.139	65.462	95	3.667	5
1894	29.148	26.548	91	2.600	9
1895	104.122	101.233	97	2.889	3
1896	74.910	71.586	96	3.324	4
1897	65.886	63.649	97	2.237	3
1898	28.358	27.072	95	1.286	5

Fonte: HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café*.
Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 90

Para Norma de Góes Monteiro, uma das razões que prejudicaram a vinda de estrangeiros foi um grande número de leis, algumas contraditórias, acrescido de má administração em relação ao assunto. Também destaca o aproveitamento do trabalhador nacional, o que fez com que o imigrante não

³² OLIVIEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de Famílias*. Op. cit. p. 251.

tivesse tanto espaço. O fato de Minas possuir a maior população escrava do Brasil facilitou o seu desvio para a lavoura cafeeira da Mata.

A autora destaca a grande contribuição do estrangeiro em São Paulo e no Sul do Brasil para o crescimento demográfico e para as atividades econômicas. A mão-de-obra trazida pelo imigrante significou a implantação do trabalho livre, com a valorização do trabalho livre, com a institucionalização do regime de pequena propriedade; a diversificação da economia e o desenvolvimento industrial. Em Minas, no entanto, a participação do imigrante se fez em grau bem menor, em razão do número relativamente pequeno de estrangeiros introduzidos e, sobretudo, da limitação e rotina da economia.³³

Segundo John Wirth, a diversificada economia paulista acenava com variadas oportunidades para os imigrantes, enquanto em Minas eram vistos como possibilidade de mão-de-obra barata e não colonizadores tentando deitar raízes no solo mineiro.

De modo geral, para Wirth, a imigração fracassou porque os cafeicultores, supostamente seus maiores beneficiários, não queriam nem podiam manter a mão-de-obra estrangeira. Tampouco as colônias estaduais, planejadas para promover novas lavouras e novas técnicas agrícolas, convenciam número suficiente de estrangeiros das vantagens oferecidas pelas formas livres em que as terras públicas eram alienadas para uso privado. Em São Paulo, as políticas públicas de incentivo à imigração foram organizadas e eficientes, havendo oportunidades de trabalho concretas para os que lá se encaminhavam e, também, existindo efetivos resultados com a participação do imigrante na economia, o que não aconteceu em Minas Gerais.³⁴

É indiscutível a liderança paulista econômica e politicamente no Brasil da época. Houve a ampliação de fazendas cafeeiras, das oportunidades abertas à imigração e a ascensão financeira do estrangeiro que muitas vezes tornou-se proprietário. Segundo Thomas Holloway, uma família de colonos seria capaz de economizar 38% de sua receita, conseguindo, assim, com o tempo, obter pequenas propriedades. Na primeira década do século XX, já havia terras de proprietários estrangeiros espalhadas por todo Oeste paulista, e seu número

³³ MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas*. Op. cit. p. 164-165.

³⁴ WIRTH, John. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*. Tradução: Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 54.

cresceu nos anos seguintes. Muitos imigrantes dominaram numericamente diversas áreas locais como produtores de café. Assim, os recém-chegados podiam certificar-se de que era possível os trabalhadores se tornarem proprietários.³⁵

Contudo, é preciso relativizar a dualidade sucesso/fracasso e a permanente comparação de Minas com São Paulo. Torna-se necessário observar bem as especificidades de cada região e as condições de absorção da mão-de-obra imigrante, sua interação com os trabalhadores livres, entre outros fatores. Em São Paulo, não obstante os aspectos positivos relatados acima, houve muitas dificuldades na interação dos estrangeiros, principalmente no início da colonização.

Michael Hall e Verena Stolcke mostram, no período anterior à abolição, que desde o início houve grandes dificuldades para disciplinar a mão-de-obra estrangeira e manter boa produtividade. Um destes aspectos é a lei de locação de serviços de 1879 que estabelecia prisão pelo abandono da fazenda sem justa causa, como também por greves e incitamento de outros à rebelião, mediante ameaça ou uso da violência. Por outro lado, a mesma lei revelou-se ineficaz e contraproducente, segundo os autores. Os imigrantes presos não pagavam os empréstimos devidos aos fazendeiros e nem colhiam o seu café. A lei, portanto, servia apenas para desacreditar a colonização brasileira na Europa.³⁶

Para José de Souza Martins, a substituição do trabalho escravo pelo livre foi complicada e tensa. Embora a suposta mentalidade escravocrata do fazendeiro possa ter oferecido dificuldades no relacionamento com o imigrante, a verdade é que as condições objetivas da substituição do negro pelo branco sofreram de imediato poucas modificações em relação às condições escravistas. A simples possibilidade de trazer para o Brasil imigrantes,

³⁵ HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café*. Trad. Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 246. Boris Fausto, em um artigo de balanço historiográfico, opõe duas correntes de trabalhos sobre imigração em São Paulo. A primeira inclui as análises de Michael Hall, Warren Dean e José de Souza Martins e mostra as poucas possibilidades de ascensão dos imigrantes no meio rural. A segunda corrente tem como autor principal Thomas Holloway, que demonstrou a possibilidade de mobilidade social dos imigrantes, afirmando que muitos se tornaram proprietários. Fausto concorda com a última corrente. Cf. FAUSTO, Boris. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1991.

³⁶ STOLCKE, Verena e HALL, Michael M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 3 (6): 80-120, set. 1983. p. 104-105

trabalhadores livres que se integrassem na produção do café, não era suficiente para efetivar a inversão da combinação contraditória de trabalho cativo e terra livre.³⁷

A partir de 1870, conforme José de Souza Martins, os imigrantes eram localizados de preferência em colônias oficiais, em regime de pequena propriedade. Os colonos eram localizados em terras impróprias para cultivo de café ou cana para que se dedicassem à produção de alimentos baratos que serviriam para sua sobrevivência. O governo, assim, constituído de grandes fazendeiros, procurava organizar viveiros de mão-de-obra para o trato e a colheita das fazendas de café.³⁸

Maria de Lourdes Mônaco Janotti aponta os conflitos existentes entre os fazendeiros e imigrantes no Estado de São Paulo. A verdadeira face da imigração repousava nas necessidades de um determinado estágio da hegemonia burguesa. As oscilações do mercado de café e as conseqüentes medidas internas tomadas pelos plantadores paulistas, abertura de novas frentes ou restrição do cultivo, foram determinantes no aparecimento de diversos tipos de contato e de atritos no trabalho. Houve repatriações, protestos do governo italiano e conflitos nas fazendas. Vale ressaltar o assassinato do coronel Diogo Salles pelo colono italiano Angelo Longaretti, caso que gerou enorme repercussão na imprensa da época.³⁹

A preferência dos imigrantes por São Paulo, atraídos por melhores oportunidades, era um processo que acontecia igualmente em território paulista. O *Correio de Minas* reproduziu uma matéria de um jornal de Campinas sobre a criação de um comitato em São Paulo para tirar trabalhadores do Estado e enviá-los à região do Rio da Prata:

A notícia da organização do tal comitato, diz o nosso despacho, foi muito bem recebida em Buenos Aires de onde telegrafaram encorajando a idéia aconselhado os colonos a que se vão do Estado de São Paulo.

³⁷ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 61-62.

³⁸ Ibid. p. 65.

³⁹ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Sob o arbítrio da oligarquia. In: PAULA, Maria R. Simões de et. al. (orgs.). *In memoriam de Eurípedes Simões de Paula*: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra. São Paulo: FFLCH-USP, 1983. p. 165-166.

As lamentáveis ocorrências passadas na capital, a propósito dos protocolos (...) podem servir infelizmente aos fins do comitato, que necessariamente há de funcionar em território nosso e enviar representantes pelo interior.

Todos os dias passam vagões cheios de italianos que se dirigem para Santos e dizem que com destino a Buenos Aires. Poderá o governo assistir de braços cruzados ao funcionamento de semelhante comitato? ⁴⁰

Destaca-se nesse processo a atuação de aliciadores que prometiam melhores condições de trabalho na Argentina, país que foi o segundo maior destino dos imigrantes na América.

A obra de Norma de Góes Monteiro e principalmente a de John Wirth foram escritas dentro de uma perspectiva regional que, em linhas gerais, comparava o sucesso do Estado de São Paulo com outras regiões do país, e tentava compreender por que estas não atingiram o desenvolvimento paulista. Torna-se necessário refletir sobre as conclusões dos autores sobre o fracasso mineiro.

Maria de Lourdes Janotti, no artigo “Historiografia: uma questão regional”, apresenta a seguinte pergunta: por que São Paulo não possui estudos caracterizados como regionais? Ela afirma que o caráter da evolução histórica nacional, delineado por estruturas de produção colonial, neo-colonial e, de forma mais abrangente, capitalista, gerou a centralização de pólos dinâmicos da economia em algumas áreas geográficas do país. Inicialmente foi atribuído o termo regiões aos espaços geo-econômicos que não participavam da prosperidade. Portanto, o regional passou a ser sinônimo de marginalidade e/ou de decadência. Assim, a hegemonia das áreas dinâmicas sobre as demais revelou-se também na imposição de sua realidade histórica sobre o conjunto das diversas realidades contidas no espaço brasileiro. ⁴¹

Dessa maneira, a primazia dispensada pelos estudos históricos aos pólos dinâmicos passou a identificá-los com a própria História do Brasil, que parece apenas se desenvolver ora em uma, ora em outra área, reproduzindo

⁴⁰ *Correio de Minas*, 24.09.1896.

⁴¹ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Historiografia uma questão regional?. In: SILVA, Marcos Antônio da (coord.) *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990, pp. 91-101.

assim, claramente, a desarticulação econômica interna. Modelos exemplares desse tipo de representação são as obras que adotam os ciclos da economia açucareira, da mineração e do café como categorias explicativas.

A História do complexo agro-exportador cafeeiro e da industrialização passou a constituir-se em temática privilegiada nas obras que se dedicam a explicar a História do Brasil de 1850 até hoje. Por conseguinte, o espaço que o tema São Paulo ocupa na História e na historiografia brasileiras é por demais amplo para que se impusesse, na consciência das classes dominantes e na consciência da maioria dos historiadores, uma “visão regionalista”. Pelo contrário, a hegemonia econômica incontestada de São Paulo identificou a sua História com a História do progresso republicano.

Mudanças sensíveis introduziram-se no pensamento brasileiro a partir dos fins dos anos 60. Ampliaram-se as perspectivas científicas sobre a abordagem da realidade nacional, rompendo-se os diques que separavam as diversas ciências sociais. Ao mesmo tempo em que se realizava a unificação do mercado interno pelo capitalismo e o Estado se tornava seu parceiro nos dividendos, a abordagem interdisciplinar renovava a Historiografia Brasileira.

Contudo, a abrangência das explicações e o nível de sua complexidade não expulsaram São Paulo do espaço privilegiado que ocupava como centro irradiador do capitalismo nacional, mas sim problematizaram suas relações com o espaço brasileiro.⁴²

Para exemplificar e melhor definir a ênfase nas especificidades de cada localidade, são importantes as considerações de Pierre Clastres a respeito do etnocentrismo, sobre a representação de poder nas sociedades consideradas arcaicas e nas não-arcaicas. O objeto do autor era entender a não necessidade de poder coercitivo nas sociedades arcaicas. Por isso, desejava entender cada uma com suas características e, então, estabeleceu críticas a estudiosos que comparavam sociedades. Por exemplo Jean-William Lapierre que comparou tribos africanas dizendo: “nenhum povo *nilota* pôde elevar-se ao nível das organizações políticas centralizadas dos grandes reinos bantos”, ou “a sociedade *lobi* não foi capaz de se proporcionar uma organização política”.⁴³

⁴² Ibid. p. 91-101.

⁴³ CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*: pesquisas de antropologia política. Trad. Theo Santiago. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 31.

Clastres citou o exemplo dos portugueses que chegaram ao Brasil e se referiram aos Tupinambás como “gentes sem fé, sem lei, sem rei”. Era realmente estranho a esses europeus acostumados às monarquias absolutas encontrarem sociedades em que os chefes não possuíam poder. O autor compara o discurso dos conquistadores com o dos pesquisadores modernos, afirmando haver uma continuidade entre eles. Para o autor este tipo de argumentação provém do campo ideológico do Ocidente moderno, do etnocentrismo. Para Clastres:

O etnocentrismo não é, portanto, um entrave superficial à reflexão e suas implicações têm mais conseqüências do que se poderia crer. Ele não pode deixar subsistir as diferenças (cada uma por si) em sua neutralidade, mas quer compreendê-las como diferenças determinadas a partir do que é mais familiar, o poder tal como é experimentado e pensado na cultura ocidental.⁴⁴

É preciso perceber que Minas Gerais possuía várias características diferentes de São Paulo, que devem ser estudadas especificamente, não em termos comparativos, como nos estudos que apontam fracasso mineiro.

A noção de uma bem sucedida política de imigração paulista aparecia nos jornais. O *Correio de Minas* apontou para existência, na época, da corrente migratória italiana espontânea para o Estado de São Paulo: “muitos fazendeiros mantêm, atualmente, correspondência direta para a Itália em matéria de imigração”. Os agenciadores, então, para atraírem mais estrangeiros a Minas iludiam em Gênova famílias destinadas a São Paulo remetendo-as para o Estado mineiro. O *Correio* apelou para a rescisão do contrato com os introdutores: “basta o fato de cessar a responsabilidade dos introdutores de imigrantes, uma vez recebidos estes no porto do Rio de Janeiro pelo fiscal que o governo ali mantém, para se coligir daí a possibilidade de ser prejudicado o Estado pelo pagamento do transporte de indivíduos, cuja colocação, entretanto, não se verifica em território mineiro”.⁴⁵

A esse respeito, o *Correio* apresenta a seguinte denúncia: “ouvimos dizer que em uma das levadas vieram como imigrantes para o nosso Estado e,

⁴⁴ Ibid. p. 33.

⁴⁵ *Correio de Minas*. 9.01.1895.

consequentemente, à custa dos cofres mineiros, indivíduos chamados por um fazendeiro paulista que havia remetido 1300 francos para despesas desses mesmos imigrantes”.⁴⁶

No relatório do 3º distrito, Pedro Xavier de Moura, comparando a organização do serviço imigratório de Minas com outras localidades, salientou:

Como o artigo 34 nº III do decreto nº 612 diz que incumbe aos fiscais inspecionar todo o serviço das hospedarias, venho por isso dar uma leve informação sobre as faltas notadas na hospedaria dos imigrantes de Juiz de Fora. Esta hospedaria está em condições muito inferiores em relação às de Pinheiros no Estado do Rio e às de São Paulo. É mister que com a máxima brevidade seja concluída a cozinha e refeitório já começado e que seja murada a hospedaria para evitar contato dos imigrantes com os aliciadores que continuamente estão na hospedaria e não há meio de evitá-los por estar a mesma completamente aberta.⁴⁷

Na série de artigos de Estevam de Oliveira, “O nosso problema”, o fiscal elogiou as iniciativas paulistas:

Daí avolumar-se a corrente emigratória de súditos italianos, a que deu todo impulso a ação governamental. Antes mesmo de resolvida definitivamente a questão abolicionista, já São Paulo, então província, pelos seus poderes constituídos e pela iniciativa particular dos seus adiantados agricultores, havia atraído aquela parte do nosso território grande massa de imigrantes italianos. Sem dúvida nenhuma, o Estado de São Paulo progrediu espantosamente nestes últimos anos, e seria grave injustiça não se atribuir grande parte desse progresso à cooperação eficiente da operosidade italiana”.⁴⁸

Dá para notar que uma parte do discurso dos grupos interessados diretamente na imigração foi apropriado pela historiografia de Minas, como a idéia do fracasso e da falta de braços, e influenciados pela liderança paulista no desenvolvimento econômico.

⁴⁶ *Correio de Minas*. 09.01.1895.

⁴⁷ *Correio de Minas*, 09.09.1896.

⁴⁸ *Correio de Minas*, 17.09.1896.

Outro ponto importante a ser explicitado diz respeito ao apego dos produtores mineiros à escravidão. Nas matérias do jornal *Correio de Minas*, muito se reclamava da abolição, das indenizações pagas aos donos de escravos que contribuíram para a crise econômica, ou seja, um permanente discurso que propalava a falta de braços e a desorganização do trabalho livre. Infere-se daí a falta de confiança de seu redator-chefe no emprego dos ex-escravos nas fazendas como mão-de-obra, pois havia lamentações pela libertação dos escravos, mas nunca o incentivo ao emprego destes após a sua saída do cativeiro. Além disso, a função pública, fiscal de imigração, do jornalista fazia com que ele incentivasse apenas a introdução de estrangeiros.

Em uma de suas primeiras edições, o periódico assinalou uma certa resistência de parte dos lavradores na aceitação do estrangeiro, devido ao costume com os nacionais e o apego à tradição escravista. Segundo seu autor, “felizmente, vai se operando entre os lavradores de espírito liberal uma reação oposta àquele sistema, e os poucos pedidos de imigrantes que tenho levado à vossa consideração bastam para demonstrá-lo”.⁴⁹

Dois anos depois, Estevam de Oliveira ressaltou que a crise brasileira motivava-se pela Abolição dos cativos e não pela desorganização dos primeiros tempos da República, como diziam os monarquistas, revelando também aspectos do pensamento do redator a respeito do trabalho no Brasil e sua opinião sobre como solucionar o problema:

Afirmem dogmaticamente quantas vezes quiserem os teóricos do regime decaído que todas as nossas dificuldades atuais decorrem da transformação política operada a 15 de novembro, e nós continuaremos a sustentar, convencidamente, deduzindo nossa opinião dos fatos observados com imparcialidade, que essas dificuldades, que todos os embaraços com que lutamos, ter-se-iam de dar fatalmente, com mais ou menos intensidade, mudasse ou não o país o seu regime institucional, uma vez decretada a abolição imediata e simultânea do elemento servil a 13 de maio de 1888.

Podemos tocar, desembaraçadamente, neste assunto, porque à causa vencedora e triunfante naquela época dedicou todos os seus esforços e atividade quem escreve estas linhas. Ninguém nos pode acusar, portanto, de ódio contra o império, de despeito contra a pseudo-redentora dos cativos,

⁴⁹ *Correio de Minas*. 25.05.1894.

quando àquele fato culminante e grandioso da nossa história política prendemos a penosa situação econômica em que ora nos encontramos.

Só os inimigos sistemáticos da República, os seus perversos e ignorantes detratores, poderão desconhecer quão viciosa e rudimentar era a organização do nosso trabalho agrícola, quão pouco sólida era a riqueza pública no Brasil.⁵⁰

A partir disso, o jornal fez menção à organização do trabalho durante o Império, indicando que o Brasil no período não estava nem um pouco aberto para uma possibilidade de trabalho livre:

Nem carece de longa demonstração este asserto. Basta lembrarmos que a 13 de maio, sem nenhuma indústria, excetuada a exploração agrícola extensiva pelo braço escravo, nos sentimos atordoados com a brusca transição econômica criada subitamente pela gloriosa lei, e desprovidas de elementos eficazes com que pudéssemos amparar o golpe desferido e minorar-lhe os efeitos. Até então era considerado o trabalho coisa desprezível, indigno do homem livre e somente compatível com a condição servil.⁵¹

Dentro da retórica de desespero frente às condições de trabalho em Minas Gerais, o *Correio* apontou a solução para o caso, a única possível de acordo com toda a leitura realizada do periódico:

Não será, porém, com recriminações e com o comentário desfavorável aos fatos deste curto período de loucuras, que nos reergueremos do abatimento atual, que reconstruiremos nossas finanças, que haveremos de cimentar, finalmente, os fundamentos de nossa futura grandeza.

Para isso, é mister que trabalhem, e muito, que nos esforcemos herculeamente, para que atestemos à face dos povos civilizados que também somos viris, que também podemos construir a nossa riqueza de sobre as ruínas produzidas por um período de desacertos subseqüentes a uma causa real.

⁵⁰ *Correio de Minas*, 9.07.1896.

⁵¹ *Correio de Minas*, 9.07.1896.

E, sem dúvida, há de ser fator de grande ponderação, ou talvez fator único, o povoamento de nosso solo, para aumento da produção agrícola, por meio da poderosa corrente imigratória.⁵²

Mas, uma afirmação do *Correio de Minas*, claramente escrita por Estevam de Oliveira, faz até refletir e duvidar da integridade de um periódico que desde o seu número inicial mostrava o objetivo de “propagar o engrandecimento e progresso do Estado de Minas Gerais, no seio da federação brasileira, tornando-o de mais em mais, digno do honroso conceito de ter sido o primeiro em que se radicaram as instituições republicanas a que se adaptou, por completo, o regime democrático”.⁵³ Ele apontou apenas os italianos como responsáveis pela colheita e pela manutenção da produtividade da economia mineira. Com base nas discussões apresentadas neste capítulo, pode-se duvidar inteiramente do trecho abaixo, publicado no jornal:

Já temos, e em grande escala, a imigração italiana, e a ela é justo atribuir-se não termos perdido inteiramente as nossas colheitas, como também a diminuição da importação de certos gêneros alimentícios, com que aliás fomos sobrecarregados nos anos de 1892-1894. (...) Nem há que contestar quanto ela nos tem auxiliado porque, evidentemente, o camponês italiano, mormente o do norte da Itália, é um excelente trabalhador.⁵⁴

O serviço da imigração subvencionada em Minas estava apenas no início. Houve uma entrada, que em números pode ser considerada expressiva para o período, mas, com base em todos os estudos dos historiadores e mesmo permeando as matérias jornalísticas do período, observa-se que os imigrantes se integraram aos trabalhadores nacionais, mesmo nas colônias, jamais podendo atribuir-se somente a eles a produtividade agrícola.

Prosseguindo as asseverações sobre o trabalho em Minas, Estevam de Oliveira mostrava sempre um ataque ao Império pela situação brasileira do

⁵² *Correio de Minas*, 9.07.1896.

⁵³ *Correio de Minas*, 16.05.1894.

⁵⁴ *Correio de Minas*, 9.07.1896.

momento e novamente apelava apenas ao imigrante como solução para todos os problemas:

Reconstituição política sob moldes de adiantado federalismo dos Estados, mantida, porém rigorosamente a integridade do território nacional, e reconstrução econômica sobre os alicerces perduráveis do trabalho livre, tal foi a herança recolhida pela República com a aurora regeneradora de 15 de novembro.

País sem indústrias e cheio de riquezas inexploradas, repousava todo o seu sistema econômico, exclusivamente na produção agrícola esteiada no trabalho servil, sobretudo agravada pela carência da policultura.

O café, e somente o somente o café, constituía a base da produção nacional, e sobre esta base mantinha-se em equilíbrio artificial o sistema financeiro conseqüência da organização econômica de que diretamente decorria.

Que todo este mecanismo, que toda essa estrutura, por falseada, teria de esborear-se ao sopro de novas forças pela insegurança de seus fundamentos, previam todos os combatentes que apostolavam a democracia, sem se iludirem quanto às provações que nos estavam reservadas, logo que o império cedesse o passo aos legionários da nova cruzada.

Internamente o Brasil era o Imperador e o Imperador era o Brasil perante as nações européias. Não tínhamos então nem consciência da nossa vitalidade, nem os estímulos próprios de uma nação forte e viril, nobremente ciosa de seus foros de nacionalidade livre e independente.

Colhida, pois, de um dia para o outro, pela mais gloriosa de todas as nossas conquistas, a libertação do braço escravo, viu a Nação desaparecer o seu único elemento de produção e, conseqüentemente, substituir-se pela desordem econômica, pelo desequilíbrio financeiro, a organização até esse tempo mantida, embora sobre falsos princípios de economia.

Consequentemente, tornou-se a imigração o objetivo final das nossas cogitações econômicas. Acrescentemos a esta circunstância de natureza transitória outras causas naturais, como, por exemplo, a insuficiência da população brasileira, disseminada por um território vastíssimo, e teremos explicado o fenômeno da emigração estrangeira para o nosso solo, solicitada e promovida com enormes dispêndios para o poder público.⁵⁵

⁵⁵ *Correio de Minas*, 16.09.1896.

Em sua Mensagem de 1897, o Presidente do Estado Bias Fortes acenou seu apoio apenas à introdução dos imigrantes, reiterando a crise na lavoura: “O único remédio para esse mal que tanto infelicitava o país, afigura-me ser, além do aumento de trabalhadores, necessidade a que o governo tem procurado atender, empregando todos os esforços possíveis e compatíveis com os esforços financeiros do Estado para atrair para ele a maior cópia possível de imigrantes”.⁵⁶

É possível relacionar a intenção dos jornalistas do *Correio de Minas* em inserir o imigrante para solucionar problemas econômicos, com a idéia de José de Souza Martins, para quem a imigração subvencionada atendeu às reivindicações da classe de fazendeiros do café. Durante mais de um século, para o autor, a “falta de braços para a lavoura” foi a mais reiterada reclamação dos fazendeiros, mesmo em momentos de crise de superprodução e de baixas de preços do café. Esta reivindicação constituiu o meio de pressão para uma permanente obtenção de subsídio para entrada de trabalhadores.⁵⁷

José de Souza Martins explica que além de indenizações pelo fim da escravidão, os fazendeiros receberam a garantia de um fluxo contínuo de trabalhadores sem o menor dispêndio de capital. Somente com a intervenção do Estado foi possível quebrar o circuito do trabalho cativo, procedendo-se a uma socialização dos custos de formação da força de trabalho e criando-se as condições para que se instituisse o trabalho livre e o mercado de trabalho. A intervenção do Estado na formação do contingente de mão-de-obra para as fazendas de café representou, de fato, o fornecimento de subsídios para a formação do capital do empreendimento financeiro.⁵⁸

Octavio Ianni mostra as características de empresa que a fazenda de café apresentava no Oeste paulista. Os negócios na cafeicultura eram racionalizados. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que o empresário procurou retardar a Abolição, formulava toda uma política de mão-de-obra. A

⁵⁶ MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua terceira sessão ordinária da segunda legislatura no ano de 1897. Ouro preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1897. p. 17

⁵⁷ MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 68.

⁵⁸ Ibid. p. 66-67.

“fome de braços”, segundo o autor, conduziu à política de braços para a lavoura.⁵⁹

Segundo Martins, o escravo era, para seu proprietário, renda capitalizada e nele se imobilizavam grandes somas de capitais. Essas somas continuaram a ser empregadas em trabalhadores livres, que iam para o Brasil custeados pelos fazendeiros. Somente com a imigração subvencionada, essa parcela de capital empregada acabou sendo liberada. Com a subvenção do Estado, o produtor não só poupava, mas ganhava capital, já que cada trabalhador chegava à fazenda representando um custo para os cofres públicos. Para usufruir desse ganho, o fazendeiro necessitava ampliar seus cafezais e assim atrair novos trabalhadores estrangeiros.⁶⁰

Quando o *Correio de Minas* criticava o fim da escravidão e incentivava a introdução do imigrante, isto não queria dizer que o jornal desejasse a substituição pura e simples do escravo pelo europeu ou do negro pelo branco. As perspectivas neste caso eram amplas e envolviam um jogo político, a continuidade dos benefícios à classe de grandes lavradores e também a questão racial. O *Pharol*, quando defendia a utilização dos nacionais, preocupava-se com os interesses mais imediatos da lavoura e a manutenção da produtividade agrícola.

⁵⁹ IANNI, Octávio. Capitalismo, escravidão e trabalho livre. In: FERNANDES, Florestan. *Comunidade e sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1975. p. 385

⁶⁰ MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. p. 68.

CAPÍTULO III

A CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA E A IMIGRAÇÃO

O tenso ambiente político do início da República teve a imprensa como um dos palcos das defesas apaixonadas dos diferentes grupos interessados em atingir o poder. Em linhas gerais, havia os monarquistas, os jacobinos e os republicanos mais moderados, basicamente ligados à elite cafeeicultora paulista. Alguns movimentos de revolta na época eram caracterizados como monarquistas, por exemplo, a Revolta da Armada, ocorrida no Rio de Janeiro, a Revolução Federalista, no Sul do país e Canudos, na Bahia. Este foi o que concentrou, com grande intensidade, todas as tensões políticas do momento e acabou sendo duramente reprimido, em 5 de outubro de 1897, no final do governo de Prudente de Moraes.

No início do período republicano, principalmente durante a Revolta da Armada, Minas Gerais apoiou a novo regime, aliando-se a Floriano Peixoto. Segundo Maria de Lourdes Janotti:

Foi decisivo para Floriano Peixoto o apoio que recebeu de São Paulo e de Minas Gerais por ocasião da crise rio-grandense e da Revolta da Armada. A burguesia dos dois mais importantes Estados da União compreendeu por sua vez ser importante a aliança com a ditadura militar, a fim de garantir sua futura direção do governo federal.¹

Nas Mensagens de Afonso Pena e Bias Fortes imprimia-se o sentimento de que Minas Gerais era um oásis de paz e tranqüilidade em meio a todas as lutas pelo país. Provavelmente devido ao apoio dado ao Presidente da República é que se faziam essas afirmações. No final de seu governo, em 1894, Afonso Pena discursou:

¹ JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Os Subversivos da República*. Op. cit. p. 65.

Quando em outros Estados da República as paixões políticas, ladeadas de ambições desmarcadas, agitam sua vida pública, fazendo explosões violentas que se traduzem na luta armada, Minas entrega-se ao trabalho, à exploração regular dos elementos naturais de riqueza, de que é dotada, gozando de paz e tranqüilidade, pelo que devemos render graças ao Todo Poderoso. Sim! É no sentimento religioso do povo mineiro, nas suas tradições democráticas, nos seus hábitos inveterados de ordem, de amor à liberdade e de respeito à lei, que encontramos a explicação de sua felicidade, no meio das agitações que têm conturbado a vida pública em grande número de Estados da República. Felizmente os últimos sucessos que se desdobraram na baía do Rio de Janeiro e nos Estados do Sul, nos pressagiam a paz por toda a parte e advento de uma nova era que permita ao povo brasileiro caminhar desassombrado para a conquista de seus grandes destinos pelo trabalho, pela ordem, pela liberdade. A eleição de Presidente e Vice-presidente da República pelas urnas, realizada em 1º de março, é a consagração popular do regime estabelecido na Constituição de 24 de fevereiro. Acresce que os acontecimentos determinados pela revolta de 6 de setembro, na baía do Rio de Janeiro, aconselharam o governo a máxima cautela e impuseram a reunião de forças em lugares, donde com mais facilidade pudessem ocorrer à defesa e garantia da autoridade do Estado e das instituições.²

O apoio dos paulistas e mineiros a Floriano Peixoto para o combate às revoltas custou a entrega do poder a um representante da elite cafeicultora, Prudente de Moraes, em 1894. Dois anos depois, Bias Fortes, que também assumiu a presidência do Estado de Minas em 1894, demonstrou a mesma tentativa de apresentar Minas como um ambiente de paz:

Felizmente dias tranqüilos atravessa hoje a pátria brasileira, cessada de todo a luta entre irmãos, que por mais de dois anos conflagrou o Estado do Rio Grande. Congratulo-me convosco por este feliz acontecimento, para o qual muito concorreram o tino administrativo do atual Presidente da República, dr. Prudente de Moraes, que por este e outros atos, tem feito jus à estima e à benemerência do povo brasileiro. Com a terminação dessa luta, desapareceu a última nuvem que sombreava o horizonte político da República Brasileira.

² MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Affonso Augusto Moreira Penna ao Congresso Mineiro em sua quarta sessão ordinária da Primeira Legislatura. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1894. p. 4-8.

Desassombrados e livres de receios e dificuldades políticas, e afastados os motivos de qualquer perturbação da ordem pública, podemos hoje caminhar juntos em busca de progresso. Sem risco de contestação, pode dizer-se consolidada, hoje definitivamente, no Brasil, a forma republicana de governo. São disso testemunho as representações populares e de todas as corporações administrativas locais, dirigidas aos altos poderes públicos da Nação, e nas quais com entusiasmo é assegurado o concurso em favor da nova forma de governo. É que em 6 anos pode o regime fazer mais pelo progresso do Brasil do que o antigo em 67 anos. As antigas províncias, que definhavam por falta de rendas, presas e manietadas ao governo central, são hoje Estados prósperos, pujantes de elementos de vida. A República está firmada na consciência nacional, manifestada pelo consenso unânime dos Estados; ela será mantida pela Federação, disse, muito bem, o ilustre primeiro Magistrado da Nação, em sua última mensagem ao Congresso Federal.³

Exatamente um mês após o final da guerra de Canudos, no dia 5 de novembro de 1897, ao recepcionar os combatentes da revolta que desembarcavam no Rio de Janeiro, Prudente de Moraes sofreu uma tentativa de assassinato por parte dos jacobinos. No atentado, morreu o Marechal Machado Bittencourt, Ministro da Guerra, que se lançou em defesa do Presidente. A partir disso, surgiram diversas manifestações de apoio a Prudente, que passou a ser aclamado calorosamente. O fato enfraqueceu o movimento jacobino e deu força à candidatura de Campos Salles, agradando a burguesia paulista.⁴

O governo de Prudente de Moraes, apesar de seu desfecho favorável, foi altamente conturbado por conta dos choques entre os grupos políticos e a ameaça constante da possível restauração da monarquia. O Presidente era considerado fraco pelos jacobinos, admiradores da postura enérgica e autoritária de Floriano Peixoto. O fato de Prudente ter concedido anistia aos punidos pela Revolta da Armada e Revolução Federalista contribuíram para esta imagem. As derrotas do exército no arraial de Canudos acirraram as críticas contra seu governo.

³ MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua Segunda Sessão Ordinária da Segunda Legislatura. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1896. p. 3-4

⁴ Cf. JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Os Subversivos da República*. op. cit. p. 140-160

Pelo menos na imprensa mineira, esse ambiente pacífico, relatado nas Mensagens presidenciais, não existia. O *Correio de Minas*, que seguia posturas próximas ao grupo jacobino, em um dos seus artigos sobre Canudos, no ano de 1897 usou um termo pejorativo ao se referir aos seus habitantes: “Anteontem não tivemos correspondência do Rio e as notícias telegráficas dali transmitidas não esclareciam suficientemente o caso do combate das forças legais contra a jagunçada”.⁵ O termo por si mostrava um pouco da aversão ao movimento, considerado como monarquista. O jornal havia publicado, no dia anterior, um artigo cujo autor aparecia com pseudônimo, apresentando aspectos de seu posicionamento sobre o conflito e sobre o Presidente da República:

Singular governo é esse que temos, governo de ineptos, governo de loucos! Ineptos porque deixam correr na mais criminosa pasmaceira os negócios de maior interesse para a nação; loucos porque assoberbados pela manta de perseguições andam a descobrir conspirações em toda a parte, tremendo de pavor ante a simples enunciação do nome de um morto.

Se alguma coisa faltasse ainda para firmar-nos na convicção de que somos governados por um mole, bastava esta constante ignorância do governo em relação aos sucessos de Canudos. Quando a expedição Moreira César foi destroçada pelos bandidos, a Capital inteira soube logo de triste acontecimento, porque o boato afirmava categoricamente a morte dos bravos coronéis e de quase todos os outros oficiais. A imprensa, impressionada pela gravidade e insistência do boato, interpelou o governo e este respondeu que nada constava oficialmente. Quando veio a confirmação oficial já para ninguém era um segredo de astro.

Agora repete-se a mesma esquisita ocorrência; telegramas particulares afirmam a vitória das forças legais dando como ferido o bravo Savaget e fora de combate 200 homens de sua coluna, e o governo com um desprazo que assombra manda declarar ao público que nada sabe... Mas então de que serve esse governo de nulos?⁶

⁵ *Correio de Minas*, 3.07.1897.

⁶ *Correio de Minas*, 2.07.1897.

Quando o colunista citava o morto se referia a Floriano Peixoto. Havia manifestações e protestos por parte dos jacobinos em que se exaltava o nome do Marechal, criticando principalmente Prudente de Moraes e os monarquistas, como no exemplo que o jornal apresentou: “Sabe que um cidadão em um bonde, ao voltar da romaria ao túmulo do GRANDE MORTO, deu viva à memória do Marechal de Ferro”.⁷

A concepção de Canudos como um movimento monarquista foi muito radicalizada pelos jacobinos, principalmente após a derrota da terceira expedição comandada por Moreira César. Segundo Maria de Lourdes Janotti, por causa das derrotas sofridas pelas expedições a Canudos, foram levantadas suspeitas de que os monarquistas mantinham relações estreitas com os conselheiristas, fornecendo-lhes armas. Inclusive, houve a notícia de que estas eram enviadas de Sete Lagoas em Minas Gerais.

As prédicas de Antonio Conselheiro possuíam muitas características do pensamento monarquista; relacionava Monarquia com o poder divino, apontava a República como inimiga dos católicos, especialmente pela instituição do casamento civil.⁸

Por toda essa situação, Prudente de Moraes foi alvo de duras críticas como a coluna do *Correio*, citada acima. O Presidente também pediu licença para tratamento de saúde no final do ano de 1896, deixando em seu lugar o vice-presidente Manuel Vitorino. Ele agradava ao grupo jacobino e pretendia forçar a renúncia do Presidente tentando o apoio dos militares florianistas. Prudente descobriu a trama e secretamente reassumiu o poder em março de 1897. O mesmo artigo do *Correio de Minas* atacava duramente o governante brasileiro, reforçando sua imagem como medroso e ausente:

E foi para isso, para atarrachar na cadeira presidencial a sombra de um nevrótico, a estátua do medo, ou deus do silêncio, que tantos milhares de brasileiros concorreram às urnas no cumprimento de um dever cívico!

E é esse o resultado do sacrifício de tantas vidas preciosas que ajudaram a cimentar o pedestal em que hoje assenta como um fantasma agonizante, funebremente chato, o cadáver mortal de um histórico.

⁷ *Correio de Minas*, 2.07.1897.

⁸ JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Os Subversivos da República*. op. cit. p. 140-160.

E nós que concorremos com todo nosso esforço para o advento do apregoado governo civil, batemos contritamente no peito e impomo-nos como castigo severo de nosso erro a humilhação de sustentar até que se esgote o período presidencial esse bonzo que sobre nossos ombros galgou a posição que hoje desonra. É mais um sacrifício (e este é quase sobre-humano) que devemos à República e à sagrada memória de seu consolidador.

Bem-aventurados são... os que nos governam, porque deles é o reino do céu.⁹

Percebe-se que o *Correio de Minas* possuía muita ligação com o ideário jacobino através das suas polêmicas publicações. Houve o lamento pela passagem do governo militar ao civil e a constante e severa crítica a Prudente de Moraes. Mas, muitas vezes, o jornal destoava de alguns pontos centrais do movimento como se verificará adiante.

A ironia, o deboche, a galhofa, eram marcas da imprensa na época. O *Pharol*, jornal de posicionamento monarquista entre os anos de 1891 a 1896, para se defender das críticas republicanas do *Correio de Minas*, afirmou:

O chavão com que somos combatidos é cediço e gasto. Monarquistas! Sebastianistas! Eis a tonadilha. Não cremos que isto seja por maldade. Não nos passa na mente a suspeita de quererem nos ver fuzilados. Os mineiros, em sua quase totalidade, roncam muito rigor, mas na hora de ver a gente subir ao patíbulo, ninguém quer dar a corda; e os maiores facínoras nunca deixaram de ter, nesta boa terra de Marília, corações bastante moles que os lastimem. (...) Pode acaso também ser para nos meterem em talas, obrigados à explicações, que sejam de humildades, para nos defendermos da pecha, aliás infamante, de sectários de uma monarquia tão execrável, tão sanguinária e bárbara, tão cruel e corrupta, que inspira medo de voltar.¹⁰

Em uma publicação com a epígrafe “Sebastianistas a postos”, rebateu críticas do periódico republicano o *País*, do Rio de Janeiro. Este dizia: “o *Pharol* põe em perigo a República, ameaçando muito seriamente a sua existência”. Da mesma forma, havia publicado que “o governo civil do sr. Prudente de Moraes

⁹ *Correio de Minas*, 2.07.1897.

¹⁰ *O Pharol*, 17.04.1895.

deve ceder o passo à ditadura militar, porque só isto pode manter e consolidar a República”, ao que respondeu o *Pharol*: “Ora essa... mas isto é nação ou é quartel? Somos cidadãos livres iguais fraternos ou tarimbeiros relaxados, sob a ameaça constante da chibata? O *País* esta caducando...”¹¹

Apesar de ter um posicionamento contrário ao regime republicano, O *Pharol* defendia-se sempre tentando argumentar o contrário. Quando a República entrou em seu momento mais crítico, a partir do segundo semestre de 1896, o periódico interrompeu sua circulação, voltando a ser impresso em abril de 1897, com nova direção e orientação política. O fato, inclusive, foi noticiado pelo *Correio de Minas*, que saudou o colega de Juiz de Fora, manifestando o desejo de uma nova postura por parte do *Pharol*.¹²

Outra informação importante é que no *Pharol* havia poucas matérias sobre a organização do trabalho em Minas. O jornal dedicava-se mais à política nacional e local, fato que dificulta um pouco a pesquisa sobre a questão proposta e a visão dos grupos ligados ao jornal a respeito da imigração.

Após o atentado a Prudente de Moraes, houve manifestações de solidariedade, que fortaleceram politicamente o Presidente. Bias Fortes, em sua Mensagem de 1898, assim se exprimiu ao Congresso sobre o atentado e a política mineira:

Neste momento em que iniciais vossa última reunião, a primeira após os deploráveis acontecimentos desenrolados na capital federal, em dias do mês de novembro do ano passado, dos quais foi protagonista um louco ou fanático, instrumento de más paixões de facções políticas sem apoio na opinião pública, cumpro o dever de assinalar, com honra para o povo mineiro, que manifestações as mais sinceras partiram de todos os pontos do Estado e de todas as classes de nossa sociedade, condenando o revoltante e nefando atentado contra a vida do primeiro Magistrado da República, e do qual resultou a morte do benemérito Ministro da Guerra Marechal Bittencourt, que morreu gloriosamente legando a seus compatriotas inolvidável exemplo de verdadeiro civismo.

¹¹ O *Pharol*, 24.04.1895.

¹² Na Biblioteca Nacional não foram encontrados exemplares de 1896, que seriam importantes para se observar a posição do jornal num momento crítico da política nacional e também no ano de maior entrada de imigrantes. O *Pharol* foi impresso de janeiro a setembro daquele ano.

Felizmente para a Nação Brasileira, o autor e cúmplices do nefando atentado, tão insólito na história política de nosso país, viram condenados por todos os brasileiros, sem distinções políticas, que não existem quando se trata da integridade da pátria e da honra nacional, sua miseranda obra de destruição. E como não ser assim, se o atentado contra a vida do Presidente da República era uma triste prova da retrogradação da política sem precedentes da nossa história, em desacordo com a índole ordeira de nosso povo e com nossos sentimentos morais e religiosos! ¹³

Disse Bias Fortes ter sido intérprete, junto ao Presidente da República da manifestação que os partidos e todas as corporações políticas e administrativas do Estado dirigiram-lhe, “condenando e estigmatizando um acontecimento antagônico com a nossa civilização e com os nossos costumes”. De acordo com o Presidente de Minas,

pode-se dizer, sem receio de errar, que todos os mineiros manifestaram-se jubilosos por verem falhar a tentativa do louco assassino contra a vida da primeira autoridade da República, e assim era de esperar-se, uma vez que desse modo livrou-se o país, senão da anarquia, pelo menos da considerável e prejudicial desorganização, tanto mais de estranhar-se, quando é certo que no Brasil operou-se a transformação de seu regime político sem abalo e comoções, e antes com o aplauso sincero de toda a Nação. ¹⁴

Bias Fortes reiterou a manutenção da ordem no Estado: “Felizmente, em nosso Estado, continuou quase inalterada a ordem pública, ligeiramente perturbada apenas em um ou outro ponto de nosso extenso território em consequência da explosão de paixões partidárias locais, mas sempre prontamente restabelecida às primeiras providências tomadas quer pelas autoridades locais, quer pelas superiores do Estado”. ¹⁵

¹³ MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua Quarta Sessão Ordinária da Segunda Legislatura. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1898. p. 3-4

¹⁴ Ibid. p. 3-4.

¹⁵ Ibid. p. 3-4.

Com a observação do panorama político brasileiro, pode-se entender de modo mais profundo os projetos dos grupos ligados à imprensa quanto à imigração em Minas. Permite-se, assim, perceber o sentido das publicações do *Correio de Minas* que exigiam a intervenção do governo financiando a entrada de estrangeiros, num Estado bastante povoado. Havia muitas contradições nas colunas de Estevam de Oliveira como será observado.

Uma das manifestações do redator do jornal em termos políticos e envolvendo a introdução de estrangeiros foi em ocasião dos incidentes em torno dos Protocolos italianos. Ele considerava um abuso a intervenção da Itália nos assuntos brasileiros, e em vários artigos criticava a possibilidade de se pagar indenizações aos imigrantes e também as reclamações estrangeiras por conta da expulsão de alguns anarquistas de São Paulo. Procurava então apontar soluções para que não houvesse mais conflitos diplomáticos. Foi publicada uma cláusula do protocolo firmado entre o ministro das relações exteriores e a autoridade italiana, que dizia:

5ª. Quanto às reclamações que forem ulteriormente apresentadas, por fatos posteriores à presente data, será observada a seguinte norma: tratando-se de reclamações ou de queixas de particulares que se relacionem com a ordem penal, civil ou administrativa, os agentes diplomáticos ou consulares deverão abster-se de intervir, salvo nos casos em que esgotados todos os meios legais por parte dos interessados, ficar demonstrado que há denegação de justiça, demora extraordinária ou ilegal na aplicação da justiça, ou qualquer outra violação dos princípios de direito internacional geralmente reconhecidos pelas Nações civilizadas.¹⁶

Para o *Correio de Minas*, da aprovação do protocolo em diante não seriam mais permitidas as reclamações diplomáticas, salvo o caso restrito de denegação de justiça, sempre que as queixas e reclamações particulares dos súditos italianos se relacionassem com a ordem penal, civil e administrativa criada pela legislação da República. Para o periódico: “A nossa chancelaria

¹⁶ *Correio de Minas*, 26.07.1896.

obteve assim um grande triunfo, porque não mais se aplicará ao Brasil a norma de exceção que a Europa criou para as nações sul-americanas”.¹⁷

Algumas manifestações de deputados eram impressas nas páginas do periódico, como o voto contrário à aprovação dos protocolos pelo Congresso do deputado Lemanha Lins. Segundo o político, a preocupação que o fez votar contra a aprovação do protocolo italiano, foi o arbitramento, ou seja, o questionamento dos italianos quanto à expulsão de oito anarquistas de São Paulo e a de um bandido do Rio de Janeiro. A expulsão política de estrangeiros para ele “é um direito soberano que devia ser sempre incontestado e, posto que sujeito às conveniências da boa amizade internacional, nunca sujeito à sua verificação por qualquer tribunal que seja”. Citou juristas, autores de tratados de direito internacional, casos ocorridos nos Estados Unidos e Bélgica e ressaltou: “Eis aí o direito das nações civilizadas. Como, pois, sujeitar ao arbitramento a expulsão perfeitamente justificada de oito italianos anarquistas de São Paulo e um tal Miscione pela polícia do Rio de Janeiro?”¹⁸

Importante atentar ao termo nações civilizadas, que compreendiam os países mais desenvolvidos economicamente. Os discursos da imprensa e dos políticos eram sempre ligados a essa noção, ressaltando que o Brasil devia sempre se adequar aos modos dessas nações.

O *Correio* continuou nos dias seguintes publicando a opinião do deputado. Ele afirmou que os prejuízos sofridos pelos estrangeiros em consequência de atos resultantes do exercício do poder público ou de força maior, não poderiam envolver responsabilidades do Estado:

A este respeito, pode-se admitir como regra absoluta, que os estrangeiros não podem ter mais direito em um país do que os nacionais deste, e que nenhuma potência ter um direito, pretextando a proteção de estrangeiros, de arrogar-se, em outras nações, uma situação privilegiada. Ela não pode subtrair seus súditos às medidas de ordem pública ou à aplicação das leis gerais do Estado em que residem, a menos que eles não devam a caráter diplomático, o gozo de certas imunidades.¹⁹

¹⁷ *Correio de Minas*, 26.07.1896.

¹⁸ *Correio de Minas*, 28.07.1896.

¹⁹ *Correio de Minas*, 30.07.1896.

Em diversas colunas do *Correio* apareciam, então, referências ao conflito diplomático. A imigração para o jornal deveria ser de famílias agricultoras que se estabeleceriam e atrairiam outras até que a vinda de estrangeiros se tornasse um fato espontâneo. Desse modo, “não mais teremos constantes reclamações diplomáticas e consulares, motivadas por conflitos de que se queixam continuamente os imigrantes”. A solução apontada era sempre o trabalho organizado nas lavouras. Estevam de Oliveira advertiu: “E os srs. agricultores não ignoram que tais reclamações nos devem melindrar, ferindo nosso orgulho, a nossa dignidade, porque elas nos apresentarão como menos civilizados que outros povos cultos”.

Para o *Correio de Minas*, dos colonos localizados nas lavouras era raríssimo aparecer a menor reclamação. Somente havia problemas quando eram colocados em fazendas indivíduos que nunca tinham sido agricultores, porém que se transportavam para o país, “iludindo a fiscalização da nossa superintendência na Europa, e obtendo passaportes evidentemente mentirosos”. Mesmo assim, “nenhum imigrante se queixa de sua sorte, porque mil vezes melhor do que aquela que tinham em sua pátria”. Uma vez localizado na lavoura:

O colono, e é este o fato geral, nela obtendo fartos recursos de subsistência e mesmo perspectiva de acumulação pecuniária, por modesta que seja, não cogita de protocolos, nem de reclamações diplomáticas, porque nada disto afeta os seus interesses, e o seu interesse imediato é assegurar pelo trabalho e economia um pouco de conforto que lhe negou a própria pátria. O que ele sabe, por experiência própria, é que a terra natal aguarda o crescimento do filho para o serviço militar, quando não é designado à morte inglória nos desertos da África. A tranquilidade de espírito, o bem-estar e a própria segurança de manutenção individual e de patrimônio nos casos raríssimos de posse, tudo isto, finalmente que lhe falece na terra do seu nascimento, oferece-lhe o Brasil com exuberância inigualável, porque a hospitalidade de seus filhos sobrepuja ainda o acúmulo de riquezas inexploradas.

É notável, pois, que adquira afeição ao solo onde pela primeira vez lhe sorriu a felicidade e que a sua incorporação à nacionalidade que lhe prodigalizou venha a ser um fato incontestável, senão por si mesmo, ao

menos pela prole, futuramente identificada com as nossas alegrias ou desgraças.²⁰

A polêmica questão das indenizações a estrangeiros influenciou boa parte das matérias sobre imigração do *Correio de Minas* no ano de 1896. O jornal até publicou uma afirmação referindo-se ao governo italiano, que dizia: “Como, pois, pretende o governo do rei Humberto ferir a nossa suscetibilidade, magoar nosso melindre, com o aparato inconveniente de navios de guerra para apoiar reclamações diplomáticas?” Era uma alusão ao fato do Ministro italiano ter chegado ao Brasil num navio de guerra, para negociar a assinatura do protocolos.²¹

Na série de artigos sob a epígrafe “O Nosso Problema”, Estevam de Oliveira relatava a crise brasileira, a reorganização da mão-de-obra, e, além disso, o tipo de trabalhador preferido, que fosse para o Estado de Minas e não causasse problemas para o governo. Neste sentido, o fiscal clamava para a introdução apenas de imigrantes para a lavoura agrícola, desprezando todos os que tivessem outra profissão que não a de agricultor, e os que se dirigissem aos centros urbanos, deixando, dessa maneira, de povoar os meios rurais. Em seu primeiro exemplar o *Correio* já estampava em sua página principal a preferência pela manutenção do sistema agrário:

A lavoura e o comércio são ainda, e se-lo-ão por muito tempo a dupla manifestação da nossa vida nacional. Por isso mesmo, empenhar-nos-emos para que essas duas classes encontrem, da parte do governo, solução imediata aos seus justos reclamos.²²

As matérias sobre o trabalho em Minas sempre remetiam à defesa da lavoura e da agricultura, como únicas formas econômicas no Estado. Em diversas edições era esse o tom do discurso, como no exemplo abaixo:

A agricultura é e será ainda por algumas centenas de anos a nossa principal fonte de riquezas. Ao seu desenvolvimento e progresso, pois, cumpre

²⁰ *Correio de Minas*, 09.07.1896.

²¹ *Correio de Minas*, 19.09.1896.

²² *Correio de Minas*, 16.05.1894.

consagremos todos os nossos esforços, a fim de a elevarmos a altura condigna e para que tiremos do estado rudimentar e embrionário em que se acha.²³

Estevam de Oliveira apelando concomitantemente ao governo e aos lavradores mineiros pedia:

Aumentemos quanto pudermos a imigração de agricultores, porque é destes que necessitamos. E os operários agrícolas, além de se afeiçoarem ao solo que lhes garante a subsistência, não se constituem elemento perturbador da ordem pública. Eis a imigração que convém a um país de grande extensão territorial, de população rarefeita e cuja riqueza se origina da produção agrícola.²⁴

Outra preocupação importante apontada pelos jornais era a de que os costumes nacionais, a cultura, os traços brasileiros fossem apagados pela presença de grandes grupos de imigrantes com uma só nacionalidade. Para Tania Regina de Luca, as elites brasileiras desejavam a presença do estrangeiro, pois ela traria a purificação do povo e o progresso. Havia para alguns a relação de causa e efeito entre o desenvolvimento de algumas regiões do país e a presença de populações brancas européias. Por outro lado, era necessário evitar a submissão do brasileiro a povos considerados mais fortes e enérgicos. Esperava-se que as contribuições das chamadas nações superiores se fundissem à brasilidade sem extinguir suas peculiaridades. Os membros da elite criticavam concentração de imigrantes em áreas semidesertas do país, alertando para a formação de quistos. O desejado desenvolvimento de pouco valeria se a contrapartida exigida fosse a própria nacionalidade.²⁵

As idéias da historiadora podem ser relacionadas perfeitamente com as afirmações do *Correio de Minas*. Estevam de Oliveira advertiu aos leitores que a imigração promovida oficialmente era o recurso a que se atinham os países “novos”, que necessitavam povoar o solo e precisavam estimular a sua produção. Isto seria um “fato econômico, em suma”. Contudo, o fiscal salientou

²³ *Correio de Minas*, 29.09.1896.

²⁴ *Correio de Minas*, 21.08.1896.

²⁵ LUCA, Tania Regina de. Imigração e teorias antropológicas no Brasil . Op. cit. 593-595.

a necessidade do governo de analisar as várias faces do problema e ser o regulador da questão:

Se a imigração solicitada aumentasse em progressão geométrica, em nosso Estado, dentro de poucos anos, não obstante a vastíssima extensão do território mineiro e sem embargo de ser ainda muito rarefeita a sua população, teríamos de assistir ao espetáculo tristíssimo de ver desaparecidos os seus costumes, a sua índole, as suas tradições, porque em vez de assimilarmos, seríamos assimilados; em vez de absorvermos, seríamos absorvidos. Felizmente, essa previsão não me parece realizável.²⁶

Conforme o periódico, o governo não deveria se ocupar somente do lado econômico do problema da imigração, mas deveria também estudá-lo na sua complexidade, que abrangeria como fator primário a questão etnográfica e a questão política. Haveria, então, a necessidade de se regular metodicamente a entrada de imigrantes solicitados, especialmente porque Minas não atraía correntes de outras nacionalidades, apenas introduzindo imigrantes de etnia italiana:

A introdução de imigrantes dessa procedência deve restringir-se unicamente às necessidades da lavoura, manifestadas pelos pedidos de agricultores, porque a imigração espontânea, dada a propaganda que os próprios trabalhadores agrícolas terão de fazer entre os parentes e amigos que lá ficaram na terra natal, encaminhar-se-á sem dúvida alguma para os nossos centros de produção.²⁷

Na coluna “O nosso problema”, o *Correio de Minas* reiterou: “Precisamos povoar o nosso território e aumentar progressivamente a produção nacional e por isso promovemos a vinda de braços fecundantes aos quais dispensamos não pequenas vantagens”. Mas alertava para a não formação de grupos estrangeiros que sufocassem os costumes nacionais como no trecho abaixo:

Se é certo que da imigração resulta também outro fato de alta relevância, como o é sem dúvida a modificação de nosso tipo, não menos certo

²⁶ *Correio de Minas*, 20.08.1896.

²⁷ *Correio de Minas*, 20.08.1896.

é que esse fenômeno precisa de ser regulado convenientemente, para que venhamos a assimilar e não a ser assimilados; para que venha a predominar o sentimento nacional e não o cosmopolitismo doentio que atrofia as nacionalidades.²⁸

Para o redator, o Estado promovia a introdução de imigrantes, na pressuposição de que importava somente elementos de trabalho; e, entretanto, incorporava meio brasileiro, “à nossa nacionalidade, em porcentagem que nos deve causar séria inquietação, perigosos agentes de desordem interna e de complicações externas”. Dentro de seu desejo, o de uma sociedade sem conflitos sociais de nenhum tipo, clamou:

Venha para o Brasil quem quiser e puder, pois que em nenhum outro país encontrará o estrangeiro tantas regalias, tão dilatado horizonte ao exercício da liberdade, como nesta terra malsinada, cujos naturais retribuem com o sorriso de benevolência a ingratidão de todos quantos, vítimas da tirania e naufragos dessa mesma liberdade, nela encontraram hospitalidade e abrigo, conforto e refúgio às atribulações de seu espírito. Não alimentemos, porém, com o nosso sacrifício, a emigração perniciosa daqueles que só intentam explorar-nos em seu interesse próprio e exclusivo, sob a proteção de nossa liberdade.²⁹

Para Oliveira, se o Brasil tirava proveito da imigração de italianos, a Itália, a seu turno, retirava largos benefícios exportando o excesso de sua população. O governo não deveria jamais incitar a introdução subvencionada de trabalhadores que não se dirigissem para a lavoura já que havia inevitavelmente a aglomeração destes nas cidades. A imigração subvencionada, para produzir desejáveis efeitos em país que necessite de povoar o seu território, deveria se ater às circunstâncias desse mesmo país. E uma das primeiras regras a se observar era que a imigração fosse heterogênea, e que se disseminasse por toda a superfície do território nacional. Por esse meio, segundo o redator, “evitaremos pletora de elementos

²⁸ Correio de Minas, 19.09.1896.

²⁹ *Correio de Minas*, 19.09.1896.

inassimiláveis em uma parte do país, com prejuízo de outra e, mais ainda, com prejuízo de todo o organismo social”.³⁰

O Estado haveria, para o *Correio*, de dispor os termos de uma equação de natureza social, visando o não aniquilamento do espírito nacional brasileiro. As organizações sociais pouco diferiam quanto a fenômenos gerais, dos seres organizados, ou organismos vivos. Naquelas, como nestes, havia leis biológicas, que não deveriam se modificar, senão em proveito da saúde, o que significava a conservação da nacionalidade una, forte, autônoma e soberana. Dirigindo-se ao governo, apelou:

Cumpra o governo o seu dever de protetor natural da Nação, e nós cumprimos o nosso, propugnando o triunfo e a vitória daqueles princípios de cuja aplicação supomos depender o engrandecimento de nossa pátria, cogitação única de nosso espírito, ideal a que aspiram todos os patriotas. Mas com as grandes levas de imigrantes em massa de uma só nacionalidade, ocorre um grave inconveniente de ordem econômica: a vinda de indivíduos não habituados às lides do campo, à rudeza do trabalho agrícola, e estes vêm aumentar as nossas populações urbanas, por via de regra improdutivas em país de regime industrial embrionário. Semelhante imigração, em vez de corrigir os males organizados da falta de produção agrícola, vem agravá-los ao contrário.³¹

A participação política dos imigrantes foi tema de um artigo de um escritor italiano chamado Arrigo Zettiry, publicado no *Correio de Minas*, que relatava: “se os italianos no Brasil não têm importância na política e administração local, isto é devido à falta de cultura intelectual das massas emigradas, à sua repulsa em aceitar a naturalização, repulsa fomentada oficialmente na Itália e também pelos italianos residentes nas cidades”. Para o colunista, costumava-se dizer na Itália aos patrícios que aceitassem naturalização, que eles seriam renegados. Esta palavra, segundo o italiano:

seja dito em honra nossa, fere profundamente o amor próprio dos italianos. Se não fosse a recusa da nacionalidade brasileira, se não fosse essa

³⁰ *Correio de Minas*, 19.09.1896.

³¹ *Correio de Minas*, 09.07.1896.

mancha de renegado, que aconteceria? Nos municípios, os italianos mais instruídos teriam voz nos conselhos comunais, os cultos e bem preparados para os negócios públicos poderiam conquistar cadeiras nos congressos legislativos dos Estados e, para os italianos, esses lugares não seriam poucos, desde que eles fossem às urnas votar em candidatos da mesma origem.³²

No entanto, a participação política somente se daria pela naturalização. Não seriam dados direitos políticos aos estrangeiros. Boris Fausto afirma que a burguesia paulista, por exemplo, não pretendia nem se via forçada a abrir aos imigrantes caminhos no sentido de lhes permitir uma participação política na sociedade.³³

A nacionalidade era questão importante no século XIX. No Brasil, a Proclamação da República e a influência do positivismo no meio militar reforçavam a idéia de formação de um espírito nacional. Os jacobinos eram em geral xenófobos, mas o *Correio de Minas* contrariava essa posição do grupo republicano radical quando incentivava principalmente a introdução da mão-de-obra estrangeira. Mas não era qualquer imigração que agradava ao periódico juiz-forano. A presença de trabalhadores urbanos causava pavor ao seu redator-chefe Estevam de Oliveira, devido a conflitos ocorridos em São Paulo, decorrentes dos protocolos, e agitações em meios urbanos de diversas partes do mundo.

O *Pharol* mostrou uma estatística de imigrantes que entraram no Brasil durante o ano de 1892. Chegaram ao porto do Rio de Janeiro 54.509 estrangeiros, sendo que a esmagadora maioria era composta de agricultores, 49.050, sendo 4.641 artistas e 818 eram de outros trabalhadores. Do total que chegou ao Rio 25.684 iam para São Paulo e 3.477 dirigiam-se a Minas Gerais. Os números ajudam a observar melhor o discurso pesado sobre o imigrante urbano, coisa que certamente possuía implicações políticas.³⁴

Boris Fausto apresenta a relação entre imigração e as idéias anarquistas que penetraram no movimento operário brasileiro principalmente durante o

³² *Correio de Minas*, 8.11.1896.

³³ FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1976. p. 33.

³⁴ Do total relacionado pelo jornal, 30.248 eram italianos, 14.160 portugueses, 7.470 espanhóis. Os outros, em menor número, eram austríacos, alemães, franceses. Outros destinos mais procurados eram Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina. *O Pharol*, 24.02.1893. Observar também o quadro de profissões dos imigrantes no Cap. I.

século XX. Através dos imigrantes, chegaram ao Brasil não só os intelectuais portadores da ideologia como massas de trabalhadores pelo menos em algum grau tocados por ela. As doutrinas anarquistas propagaram-se em regra nas áreas de menor concentração industrial (Itália, Espanha, França, Portugal) onde predominava a pequena indústria de propriedade individual ou familiar na qual a organização do trabalho se baseava amplamente em trabalhadores qualificados, nos artesãos convertidos em assalariados.³⁵

O autor destaca não só a ida dos trabalhadores estrangeiros para os centros urbanos como também a migração das áreas rurais para as cidades, embora lhe faltassem dados para uma melhor discussão do assunto. Esse grande número de imigrantes contribuiu para a formação do operariado e das lutas contra o sistema vigente no país. Para Fausto, em determinadas épocas, 1897, por exemplo, houve um excesso de trabalhadores em São Paulo e provavelmente uma transferência para as cidades. As fases de depressão da cafeicultura e as dificuldades de acesso à propriedade da terra contribuíram igualmente para a saída do campo.³⁶

Em Minas Gerais não há como precisar essa migração a não ser por algumas referências da bibliografia, como no capítulo I, ou por uma ampla pesquisa. *O Pharol* fez uma indicação deste fenômeno, num artigo intitulado “Que ilusão”, relatando:

Aqueles que percorrem os municípios da Mata e vêem o desenvolvimento das povoações, sobretudo nas cidades, tomando a nuvem por Juno, pensam que a prosperidade é a origem e que a riqueza tem-se aumentado.

É a maior ilusão. Esse florescimento das povoações, porquanto, provém do abandono dos campos e das roças e não significa mais que o desalento da atrofiada e perdida lavoura.³⁷

São apontamentos importantes porque o modo como Estevam de Oliveira vociferava contra os trabalhadores urbanos fazia pensar que todos eles vinham ao Brasil com más intenções, para perturbar a ordem pública. O fiscal

³⁵ FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. Op. cit. p. 63-67.

³⁶ Ibid. 23-24.

³⁷ *O Pharol*, 24.04.1895.

culpava o governo pelo transporte desses imigrantes. É preciso observar outras faces da questão, para compreender de modo crítico a postura do redator do *Correio de Minas*. Muitos poderiam ter ido para trabalhar na agricultura, mas acabaram se transferindo para as cidades. Ele fez um alerta sobre a quantidade de trabalhadores urbanos em São Paulo:

Em São Paulo, cujas últimas ocorrências tanto nos tem amargurado, tantas dificuldades acabam de trazer à nossa política internacional, há uma população de 400 mil italianos, diz uma estatística estimativa, dos quais 60 mil residem na capital e 80 mil (140 mil ao todo, isto é, mais de um terço) habitam as cidades do interior. São bem eloqüentes estes algarismos.³⁸

Em diversas colunas de seu periódico, Estevam de Oliveira atacava duramente os trabalhadores que não se dirigiam à agricultura, imprimindo a eles os piores adjetivos, como se verá em seguida. Argumentando uma suposta superioridade do agricultor sobre outros tipos de trabalhadores, o jornal expressou:

É certo que nem sempre são as lavouras providas de braços aptos para os rudes trabalhos de campo, porque, sem embargo da fiscalização severa e inteligente a que procede na Itália o nosso digno superintendente de imigração, dr. David Campista, não é possível evitar que venham promiscuamente com os bons agricultores, em grandes levadas, não pequeno número de vadios e vagabundos. A estes, que superabundam nos grandes e pequenos núcleos das populações européias, juntam-se artistas e operários sem trabalho, que a luta pela vida impele a procurarem noutras plagas o conforto indispensável à existência.

Afigura-se-lhes o nosso país como a terra da promessa; uma vez, porém, localizados nas lavouras, sem o hábito do trabalho pesado e diuturno que a agricultura exige, sentem desfazer-lhes o ânimo e daí, na maioria dos casos, os atritos entre patrão e operário e conseqüente abandono do campo por parte do imigrante.³⁹

³⁸ *Correio de Minas*, 23.09.1896.

³⁹ *Correio de Minas*, 15.07.1896.

O *Correio* ressaltou que o fato constituía a exceção não a regra, e também era transitório. Porém, a insistência no assunto mostrava uma grande preocupação de Estevam de Oliveira, no tocante à entrada de não agricultores. O proprietário do jornal dirigiu-se aos lavradores e advertiu-os que se no momento em que conduzissem os imigrantes da Hospedaria para suas lavouras, verificassem a inclusão entre eles de indivíduos inaptos para o trabalho agrícola, deveriam levar o fato ao conhecimento dos fiscais de distrito, a fim de que estes pudessem orientar o governo, e assim apertar a fiscalização nos portos de embarque, mesmo tendo de se abrir mão de despesas já feitas com estes imigrantes.⁴⁰

Estevam de Oliveira fez algumas considerações sobre a imigração operária. Segundo ele, uma questão capital e que deveria merecer profunda cogitação por parte do governo era a que dizia respeito ao operariado, “que tende a imigrar em escala superior a de que necessitamos”. Disse o redator não se referir propriamente ao operário artífice, sempre útil em país onde era abundante o trabalho e apenas principiavam a ter incremento as indústrias. Referia-se, porém, ao fato de serem introduzidos indivíduos que se diziam agricultores, mas não o eram e, “uma vez alojados na hospedaria, rejeitam colocação nas lavouras para aumentarem improdutivamente as populações urbanas”. Para Oliveira, “a população italiana, sem profissão definida, aumenta progressivamente nesta cidade, donde se deve concluir o mesmo fato para outros centros de população”.⁴¹

Era um receio enorme do fiscal da imigração o desenvolvimento da vida urbana, o trabalho informal, e a habitação, como aponta o trecho abaixo:

Rara é a leva de imigrantes que aqui não deixa grande número de indivíduos, a título de que são operários, e que pouco depois se entregam ao comércio de frutas, peixes e outras miudezas, como mascates ou vendeiros ambulantes, sem de modo algum concorrerem para a resolução do nosso grande problema pelo aumento reprodutivo da população propriamente trabalhadora.

Já temos, nesta cidade, o exemplo pernicioso de se aglomerarem duas e mais famílias de italianos em habitações que se denominam cortiços o que,

⁴⁰ *Correio de Minas*, 15.07.1896.

⁴¹ *Correio de Minas*, 21.08.1896.

além do mais, constitui gravíssimo perigo à saúde pública no caso de epidemias invasoras.⁴²

Durante o período de junho a novembro de 1896, diversas matérias saíram no *Correio* com praticamente a mesma argumentação, envolvendo os conflitos diplomáticos entre Itália e Brasil, o apelo ao colono agrícola e o desprezo ao urbano. O preconceito permeava todas essas páginas do periódico. De acordo com a opinião do jornal, a imigração fixa, ou preferentemente, a colonização agrícola:

constitui elemento eficiente de ordem e resistência contra quaisquer tendências de aventureiros menos escrupulosos, que divisam nas reclamações diplomáticas, ou na quebra de relações amistosas entre nós e o seu país de origem, inexorável fonte de proventos às suas desmedidas ambições.

Devemos, portanto, incrementá-la, porque, em se tratando da imigração italiana, por exemplo, à medida que tivermos aumentado exclusivamente a vinda de trabalhadores agrícolas, convenientemente temperada pela imigração de outras procedências, teremos desferido o golpe mortal no excesso da emigração, atualmente exagerada, de flibusteiros e vagabundos, que supondo-nos povo conquistado, ou pelo menos explorável, tomam passagem à nossa custa como agricultores, com intenção evidente de fraudar o Estado, e conservam esta falsa qualidade até definitiva colocação. Somente aí, após agravação dos nossos encargos, descobrem-se eles e uns são barbeiros, outros alfaiates, músicos, sapateiros e tutti quanti. Até roleteiros já importamos por conta dos cofres públicos! Eis a orientação que devemos imprimir ao nosso serviço imigratório, de hoje para o futuro, se o governo italiano, resolvida a pendência diplomática com o nosso governo, anular o interdito proibitório contra a emigração de seus súditos, por nós subvencionada oficialmente.⁴³

Por conta do impasse diplomático, houve interrupção no embarque de italianos para o Brasil e, por isso, a referência do jornal. A introdução maior de trabalhadores não agrícolas poderia agravar cada vez mais na opinião do redator os conflitos. Era prioritário valorizar o proletário agrícola italiano e mesmo dos pequenos proprietários, pois o grande objetivo destes era a

⁴² *Correio de Minas*, 21.08.1896.

⁴³ *Correio de Minas*, 23.09.1896.

emigração para a América, “onde os espera toda a sorte de reconforto físico e econômico, onde se lhes desenha à mente risonho futuro de propriedades”. Dos centros agrícolas não surgiam incentivos para complicações externas, mas sim estímulos de trabalho e de economia.⁴⁴

Citando exemplo de famílias que provavelmente se envolveram em incidentes⁴⁵, o *Correio de Minas* afirmou serem um produto da imigração flutuante ou temporária que avolumava as populações urbanas, sem nenhum proveito para o país em que estabeleceram o campo de suas especulações, “onde recebiam fidalgo e cavalheiroso acolhimento, para depois cuspirem torpes injúrias sobre aqueles mesmos que os acolheram benignamente, sobre a nova pátria onde encontraram todas as garantias de liberdade”. Contra esta espécie de imigração, de acordo com Estevam de Oliveira, enquanto favorecida pelo Estado, “havemos de envidar todos os nossos esforços, havemos de combater sem tréguas”.⁴⁶

Concluindo a série de artigos sob a epígrafe “O Nosso Problema”, Oliveira afirmou que de todas as suas observações, resultava em síntese a convicção de que não era lícito ao governo agravar o problema econômico do Estado, pelo impulso dado à imigração de indivíduos que se diziam operários, que se inculcavam mesmo trabalhadores agrícolas, e que nada mais eram, entretanto, “que simples desocupados ou vagabundos”. Estes, para o jornal:

Introduzidos no país, aglomeram-se nas cidades e aí, ou continuam os hábitos de vadiagem que mantinham na terra pátria, ou monopolizam o pequeno comércio ambulante, o comércio de frutas, de aves e hortaliças e constituem-se por esse modo fator ponderável de desorganização econômica. Não somente por esta face devemos encarar a questão, mas também quanto às suas conseqüências naturais examinadas previamente à luz de rigorosa crítica. Está bem visto que nos referimos à questão do operariado. Se não temos hoje como superestrutura social ou pelo menos, como incorporação à nossa vida econômica, o proletariado operário, parece-nos dever elementar, dever primário do próprio Estado, não promover, com sacrifício do tesouro

⁴⁴ *Correio de Minas*, 23.09.1896.

⁴⁵ “Os Nilo Deodatti, os Caminadas, os Nicosias”, famílias italianas. Pela pesquisa, não se pôde observar qual foi a causa de conflitos.

⁴⁶ *Correio de Minas*, 23.09.1896.

público, a criação deste mesmo estado social, que é hoje o fantasma de toda a Europa.⁴⁷

O pensamento do redator era incentivar cada vez mais a agricultura:

Não temos ainda a agricultura racional e é necessário que a criemos, alicerçada em princípios científicos. Mas, certamente, não há de ser com braços inúteis, improdutivos, que procuram de preferência os centros urbanos para neles se estabelecerem com a indústria da vadiagem, que resolveremos o problema econômico. Consequentemente, gravíssimo erro cometem os governos que propulsionam esta espécie de imigração, com menosprezo de interesses de ordem elevada, sob o ponto de vista político e social.⁴⁸

O fiscal da imigração criava um clima de terror ao tratar da questão do trabalhador não agrário, visto que mais e mais apontava dados e comprovações para suas assertivas. Segundo ele, havia crescido muito o número de imigrantes subvencionados de outras profissões e artes liberais, que se diziam jornalistas, engenheiros, empregados de escritório, etc, e afirmou: “ter-se-á a suma do que é a imigração de indivíduos não agricultores”.

Justificando a sua insistência no assunto, ele argumentou: “Que não se nos julgue pessimistas ou doentiamente preocupados com um fantasma que não existe. Felizmente para a nossa dialética, mas infelizmente para o país, o depoimento dos fatos comprova nossa tese de modo iniludível”.

Estevam de Oliveira acreditava que se uma colônia estrangeira adquirisse grande preponderância em um país qualquer, desde que a porcentagem da população urbana da mesma colônia atingisse número considerável, seria natural a ascendência exercida por esta parte sobre os trabalhadores rurais da mesma nacionalidade. A população estrangeira homogênea, habitante de núcleos urbanos assumia, para ele, uma espécie de protetorado ou suserania sobre os habitantes da zona rural, que se sujeitavam sem relutância à “supremacia dos seus inculcados mentores”, já que os julgavam mais inteligentes e civilizados.

⁴⁷ *Correio de Minas*, 29.09.1896.

⁴⁸ *Correio de Minas*, 29.09.1896.

Era por causa dessa influência dos centros urbanos, segundo análise do *Correio*, que surgiam reclamações dos trabalhadores do campo contra o modo pelo qual os agricultores cumpriam seus contratos, reivindicações consideradas improcedentes em sua maioria, para o jornal, e daí também a origem de “descabidas reclamações diplomáticas, mais ou menos apoiadas por navios de guerra, contra o nosso governo”, referência novamente à questão dos protocolos. Concluiu o redator: “também não será pessimismo admitir-se que daí se origine até a própria desorganização do trabalho agrícola, pelo natural fomento de indisciplina nos estabelecimentos rurais”.⁴⁹

Para tornar mais sólidos seus pressupostos, o *Correio de Minas* publicou um artigo do escritor italiano Arrigo Zettiry, reforçando a contraposição entre as imigrações agrária e urbana:

Duas correntes bem distintas de emigrantes vão para o Brasil. Uma muito numerosa de gente pobre, a que o Brasil paga a viagem; que emigra por famílias ou talvez por comunas inteiras, e vai estabelecer-se no interior do país, nas propriedades particulares, geralmente cultivadas de café; a outra, menos numerosa, de aventureiros, vagabundos, anarquistas, arruinados, e em pequena parte, de negociantes, artistas e pessoas de certa cultura intelectual que se estabelecem nas cidades do litoral e também algumas do interior. Aquela primeira espécie, numerosíssima, emigra quase sem exceção em busca de trabalho. Quem emigra com família não pode ser turbulento e efetivamente se nota que a emigração italiana agrícola é tranquilíssima, altiva, morigerada, verdadeiro ornamento da pátria longínqua. No seio da outra corrente que emigrou à própria custa há numerosos elementos subversivos; gente que não suporta o trabalho, mesmo bem retribuído. (...) Oh, sejamos justos. Pode pretender-se que a travessia do oceano tenha regenerado, reabilitado toda essa escoria? Digamos antes que admira não ocorram mais freqüentemente fatos desagradáveis.⁵⁰

Revelou-se grande preocupação quanto à entrada no Brasil de anarquistas e pessoas sem profissão, fato que segundo argumentação recorrente do jornal, prejudicaria o desenvolvimento da lavoura. A passagem

⁴⁹ *Correio de Minas*, 29.09.1896.

⁵⁰ *Correio de Minas*, 5.11.1896.

abaixo apresentava um grande desprezo pelos imigrantes, por parte de Estevam de Oliveira, que tanto incentivou sua introdução, sempre destacando-lhes grandes qualidades. É importante destacar o trecho na íntegra:

Um dos grandes inconvenientes da imigração, quando esta não se compõe apenas de agricultores, é a aglomeração de indivíduos inúteis pelas cidades agravando enormemente o problema econômico, pelo excesso de consumidores sobre produtores. Aqui mesmo nesta cidade temos frisante exemplo do que deixamos dito.

Não é somente a questão econômica, que se desloca do seu eixo natural pelo fato de se aglomerarem nos núcleos urbanos pessoas que não contribuem absolutamente para o aumento da produção nacional. Há também a questão de saúde pública, que não se deve desprezar e que decorre da aglomeração de famílias em cortiços inabitáveis.

Todos sabem que os imigrantes que procuram nosso país, com toda a sua preconizada civilização, primam em demasia por hábitos de inveterado desasseio, por hábitos de nojenta porcaria. Acrescente-se a isto o ajuntamento deles em casas anti-higiênicas e em número décuplo ao que podem conter tais casas, e ter-se-á a razão que nos dita estas linhas, para as quais chamamos a atenção dos poderes públicos: do governo do Estado, a fim de restringir quanto possível a vinda de desocupados que constituem o excesso das populações urbanas européias, da autoridade sanitária deste município, para o que ocorre atualmente em matéria de higiene domiciliária nesta cidade.

Ainda ontem tivemos notícia de que habitam pequenina casa da rua Barão de Santa Helena diversas famílias que perfazem o número total de 15 pessoas, em alojamento que não comporta 5. Além do mais, esses indivíduos inundam as imediações com dejetos do seu organismo e ameaçam por este meio a saúde pública, da vizinhança, principalmente.

Diz o nosso informante não haver nariz que resista ao fétido podre que envenena o ambiente de semelhante moradia, ameaça constante à saúde alheia.

Por isso mesmo pensamos que é caso da intervenção do sr. diretor de polícia, em primeiro lugar, e depois da inspetoria de higiene, para que cesse tal abuso.⁵¹

⁵¹ *Correio de Minas*, 29.09.1896.

Ou seja, de acordo com os seus interesses e dos grupos que ele representava, Estevam de Oliveira tecia seus argumentos. Os imigrantes que antes eram aclamados como civilizados, trabalhadores, econômicos, passavam a ser taxados de vadios, desocupados, porcos, virando caso de polícia por habitarem um cortiço! Percebe-se que valia qualquer tipo de afirmação para a defesa de suas intenções. Também, nota-se a bem trabalhada construção de uma retórica em defesa dos postulados da agricultura, beneficiando assim os lavradores, fundamentalmente os grandes produtores rurais.

Algumas colocações sobre a higiene são apontadas por Zuleika Alvim, bem como as habitações no Sul da Itália, sem cômodos separados, fissuras nas paredes, fortes odores, ausência de banheiros. Também destacou o costume dos italianos de tomarem banho apenas uma vez por semana.⁵²

Porém, Estevam de Oliveira usou essa idéia referindo-se a todos os imigrantes, de maneira geral, ou seja, sendo preconceituoso. E, curiosamente, quando recebeu uma reclamação de três famílias de colonos estrangeiros que haviam abandonado uma fazenda devido a más condições de habitação, ele disse:

Fomos então ver a casa em que estavam aboletadas: era uma antiga tulha de café, perfeitamente arejada e iluminada, coberta de telhas e assoalhada, paredes caiadas e janelas envidraçadas. Eis a casa que esses colonos reputavam má!

A razão procedente não articularam, que era estar a dita casa muito distante do seu lote de café, um excelente corte de cafezal no alto da serra, em cujo centro estavam sendo edificadas boas casas para eles.⁵³

Claramente, o *Correio de Minas*, através de seu redator, publicava coisas às vezes sem sentido para agradar o setor agrário. Se a habitação dos imigrantes fosse na zona rural era perfeita; se fosse na cidade era promíscua. O mesmo se aplicava aos habitantes das duas esferas. O imigrante agricultor era dotado das mais valiosas virtudes, enquanto o urbano era tratado como escória da sociedade.

⁵² ALVIM, Zuleika M. F. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. Op. cit. p. 227-261.

⁵³ *Correio de Minas*, 21.08.1896.

Pode-se afirmar, com certeza, o medo do fiscal da imigração com relação ao anarquismo e às organizações operárias que já existiam no mundo e que se desenvolviam quase totalmente nas cidades. Também a manutenção da organização agrária brasileira, sem nenhum tipo de perturbação para a esse sistema era um objetivo para o jornal dentro do contexto de consolidação da República.

Estevam de Oliveira, apesar de sua função de organizador da entrada de estrangeiros financiada pelo governo, não era a favor dos gastos públicos para a realização do serviço, de acordo com sua afirmação: “compreende-se sem esforço que este sistema de imigração é transitório e obedece a circunstâncias de momento; que não pode perdurar; que não deve incluir permanentemente entre os serviços da administração pública”.⁵⁴ Em algumas edições do seu impresso, chegou a dizer que a imigração subvencionada era um mal necessário.

O seu desejo era a formação da corrente espontânea de imigração. Os lavradores utilizariam os estrangeiros e estes atrairiam seus parentes, amigos e conterrâneos. Segundo ele:

não entenderam ainda os senhores lavradores que é tempo de se abandonar a rotina e de se abrir à resolução do problema agrário novos horizontes, e que este problema não terá solução definitiva enquanto a grande propriedade rural não se submeter ao benéfico influxo da colonização. Convém ainda que os lavradores não se deixem impressionar somente diante das colheitas abundantes para a colonização de suas lavouras. Havemos de insistir continuamente junto dos senhores agricultores para que não descurem o grande problema da colonização, do qual depende exclusivamente a prosperidade da lavoura.⁵⁵

Várias contradições podem ser apontadas no trecho acima. Citava colheitas abundantes nas lavouras e a prosperidade apenas pela mãos do colono estrangeiro. Durante todo o período estudado, o fiscal apontava a crise da lavoura, o desespero, e de repente observou grandes colheitas. Estas não

⁵⁴ *Correio de Minas*, 15.07.1896.

⁵⁵ *Correio de Minas*, 15.07.1896.

poderiam ter existido, de acordo com os dados obtidos, se não fosse pelo trabalho dos nacionais, que eram simplesmente ignorados pelo jornalista.

No início do ano de 1897, foram extintos os distritos de imigração em Minas Gerais. Estevam de Oliveira publicou então seu último relatório no jornal observando pontos positivos e negativos durante o exercício de sua função. Para ele, predominou a imigração italiana, que aumentava progressivamente e começou a ser paralisada somente quando foram estremecidas as relações amigáveis entre Itália e Brasil pela rejeição dos protocolos Magliano-Carvalho, pelo Parlamento Nacional.

Porém, ele lamentou o fato dos imigrantes não se fixarem e não formarem uma corrente espontânea. Segundo Oliveira: “o italiano que emigra para o Brasil não é colono, não vem aumentar as populações rurais, senão em progressão diminuta”. A única imigração que se prendia realmente ao solo brasileiro era a “imprestável de vagabundos, desordeiros e gatunos, que posteriormente começam a infestar as povoações urbanas” e igualmente ainda a de “indivíduos sem profissão e que se entregam ao pequeno comércio de frutas, aves, etc., etc”.⁵⁶

Assim, durante longos anos seria imprescindível a imigração promovida oficialmente, a fim de que os resíduos do fluxo e do refluxo, ou seja, a diferença entre os que iam e os que ficavam no Brasil fossem se radicando no território brasileiro e pudessem construir o povoamento futuro. “Então as correntes espontâneas serão fato normal”.⁵⁷

Ratificava dessa forma o discurso pró-imigrante, desconsiderando a presença do brasileiro nativo e cogitando a possibilidade de construção de um povo apenas com a incorporação dos europeus. É bem possível que houvesse por parte do jornal e do grupo em seu redor um projeto republicano, de continuidade da economia agrícola por longos anos e nenhum incentivo à urbanização e a industrialização.

⁵⁶ *Correio de Minas*, 17.07.1897.

⁵⁷ *Correio de Minas*, 17.07.1897.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois jornais estudados, ambos incentivaram a imigração de acordo com as necessidades e interesses da elite econômica de Minas Gerais. O *Pharol*, após a Abolição sugeria o aproveitamento dos trabalhadores nacionais, mesmo que muitas vezes os considerasse vadios. Alguns anos depois da Lei Áurea, houve o incentivo, por parte do periódico, à imigração de chineses e japoneses, mesmo contando com grande aversão e preconceito do Presidente do Estado Afonso Pena, viriam para solucionar a falta de trabalhadores na lavoura, tão proclamada pelos produtores rurais. Mesmo não sendo contrário à imigração, O *Pharol* procurou sempre criticar o serviço de imigração subvencionada pelo governo republicano mineiro.

O *Correio de Minas*, pelo envolvimento de seu proprietário no serviço de imigração, apoiou avidamente a entrada de europeus no Brasil, dos quais destacava principalmente o italiano por ser bom trabalhador agrícola, produtivo e econômico, poupando seus ganhos que poderiam ser investidos em bancos de crédito para ajudar a solucionar a crise pela qual passava o país. Segundo os republicanos a crise brasileira foi causada pela libertação dos escravos e pagamento de indenizações aos escravocratas, ou seja, era culpa do Império. Os monarquistas afirmavam que a crise era causada pela República e sua instabilidade política.

É complexo entender como o *Correio de Minas*, republicano, e seu redator-chefe, que disse ter lutado pela Abolição, reclamavam tanto do fim da escravidão. Se a escravidão era tão importante é porque existiam muitos braços no trabalho e que grande parte da atividade econômica em Minas era realizada pelo escravo. E depois da Abolição? Não se poderia continuar utilizando-o no trabalho? Por que Estevam de Oliveira citava tanto a existência do braço escravo e após a libertação ele só falava em organizar o trabalho com o imigrante?

Ao longo dos capítulos foi feita uma tentativa de compreender essas questões através, principalmente, de trabalhos historiográficos que mostravam a disponibilidade de pessoas em Minas, o preconceito com relação ao

trabalhador nacional, a preferência que foi dada em São Paulo pela utilização dos imigrantes, a noção das elites de que o nacional ou ex-escravo não seria um bom trabalhador livre, obediente e disciplinado. Essas concepções podem ser observadas no discurso da imprensa mineira, quando se vê os adjetivos impostos aos habitantes nacionais.

A partir da compreensão de que a falta de braços para a lavoura era mais uma retórica do que uma realidade, outras questões foram investigadas para se entender o sentido do discurso imigrantista no *Correio de Minas*. Chama atenção o temor da assimilação cultural dos costumes italianos por parte dos brasileiros, o que, segundo o grupo republicano, ligado aos militares seria prejudicial no processo de consolidação do regime recém-instaurado. Os conflitos diplomáticos devido ao Protocolo italiano, também feriram o orgulho nacional dos republicanos inflamados. Estevam de Oliveira fez várias proposições para que se introduzissem os imigrantes certos para que não houvesse mais conflitos envolvendo estrangeiros.

O correto, para o *Correio*, era a atração de trabalhadores agrícolas, os “braços fecundantes”. Os homens que fossem para os centros urbanos eram execrados, pois seriam causa de conflitos no país. Neste ponto, identificou-se no jornal o medo do anarquismo, pelas referências existentes nas publicações, e o desejo de que a economia agrícola prevalecesse por muito tempo em relação a outras atividades do país. Pode-se imaginar, além disso, embora não se mencionasse nas páginas impressas, que o jornal estava tratando dos portugueses, quando atacava o imigrante urbano, já que diversas agitações aconteceram envolvendo portugueses, no Rio de Janeiro.

Houve, portanto, incentivo à imigração por parte da imprensa devido a interesses políticos, econômicos, aliado a preconceitos, tanto contra os nacionais como determinados grupos estrangeiros. Havia intenção dos republicanos mineiros em desenvolver a economia agrária através da imigração, sem mencionar o que fazer com a população nacional. O progresso do Estado vizinho, São Paulo, claramente influenciava as atitudes e palavras dos mineiros, preocupados em atingir um desenvolvimento de Minas.

A imigração é um fato econômico e social, mas procurou-se demonstrar suas relações com o universo da política, mesmo porque a entrada de estrangeiros dependeu de decisões políticas, negociadas no contexto social. A

renovação dos estudos de História política permitiu que se pensasse as tramas políticas que perpassam a economia da época, os preconceitos sociais e a produção jornalística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Zuleika M. F. *Brava Gente! Os italianos em São Paulo: 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ALVIM, Zuleika M. F. Imigrantes: a vida privada dos pobres no campo. In: SEVCENKO, Nicolau. (org.) *História da Vida Privada no Brasil*; 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: Imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. Trad. Theo Santiago. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Unesp, 1998.

DELFIM NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

EISENBERG, Peter L. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

FALCON, Francisco. "História e Poder" In: CARDOSO, Ciro F. S. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus. 1997.

FAUSTO, Boris. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1991.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

FERNANDES, Florestan. *A Interação do Negro na Sociedade de Classes*. v. 1. São Paulo: Dominus editora: Edusp, 1965.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4^a ed. São Paulo: Unesp, 1997.

FRANZINA, Emílio. *A Grande Emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

GONÇALVES, Paulo César. *Migração e Mão-de-obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do Centro-Sul (1877-1901)*. São Paulo: Humanitas, 2006.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café*. Trad. Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IANNI, Octávio. Capitalismo, escravidão e trabalho livre. In: FERNANDES, Florestan. *Comunidade e sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Historiografia uma questão regional?. In: SILVA, Marcos Antônio da (coord.) *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Sob o arbítrio da oligarquia. In: PAULA, Maria R. Simões de et. al. (orgs.). *In memoriam de Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra*. São Paulo: FFLCH-USP, 1983.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Campinas: Papyrus, 1988.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LUCA, Tania Regina de. Imigração e teorias antropológicas no Brasil (1910-1920). *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, ano 15, nº 46, 2000.

LYS, Edmundo. A Imprensa em Juiz de Fora. In: CAMPOS, Sandoval & LOBO, Amynthas. *Imprensa Mineira: memória histórica*. Ed. Comemorativa do centenário da Independência. 1822-1922. Belo Horizonte: Typografia Oliveira, Costa & Comp., 1922.

MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto do pós-abolição. In FERREIRA, Tânia Maria Bessone.; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia Maria Bastos P. (orgs.) *História e Imprensa:*

representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006.

MARSON, Izabel Andrade. Liberalismo versus escravidão: reflexões sobre uma relação contraditória. *História & Perspectivas*. Universidade Federal de Uberlândia. Nº 24, 2001.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Affonso Augusto Moreira Penna ao Congresso Mineiro em sua terceira sessão ordinária da Primeira Legislatura. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1893. Disponível no site <http://brazil.crl.edu>:

MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Affonso Augusto Moreira Penna ao Congresso Mineiro em sua quarta sessão ordinária da Primeira Legislatura. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1894. Disponível no site <http://brazil.crl.edu>:

MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua Primeira Sessão Ordinária da Segunda Legislatura. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1895. Disponível no site <http://brazil.crl.edu>:

MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua Primeira Sessão Ordinária da Segunda Legislatura. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1896. Disponível no site <http://brazil.crl.edu>:

MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua Terceira Sessão Ordinária da Segunda Legislatura no ano de 1897. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1897. Disponível no site <http://brazil.crl.edu>:

MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua Quarta Sessão Ordinária da Segunda Legislatura. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1898. Disponível no site <http://brazil.crl.edu>:

MINAS GERAIS. Decreto 612 de 6 de março de 1893. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1893.

MINAS GERAIS. Lei nº 32 de 18 de junho de 1892. *Coleção de leis e decretos do Estado de Minas Gerais em 1892*. Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1893.

MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. *Relatório apresentado ao Sr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Dr. David Moretzsohn Campista*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1894.

MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

OLIVEIRA, Almir de. *A Imprensa em Juiz de Fora*. Arquivo Público Mineiro, 1981.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In: FAUSTO, Boris. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 2. São Paulo: DIFEL, 1977.

PIRES, Anderson José. *Café, Finanças e Bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889-1930*. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: FFLCH-USP, 2004.

PRADO, Maria Emília. Ordem liberal, escravidão e patriarcalismo: as ambigüidades do Império do Brasil. In: PRADO, Maria Emília & GUIMARAES, Lúcia Maria (org). *O liberalismo no Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, Revan, 2001.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Artífices do Próspero Mundo Novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará, 1868-1889*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: FFLCH-USP, 2005.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os Radicais da República*. Jacobinismo: ideologia e ação, 1893-1897. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

SARAIVA, Luiz Fernando. Estrutura de terras e transição do trabalho em um grande centro cafeeiro, Juiz de Fora 1870-1900. In: *X Seminário sobre a Economia Mineira*, 2002.

SCHULZ, John. *A crise financeira da Abolição (1875-1901)*. Trad. Afonso Nunes Lopes. São Paulo: Edusp: Instituto Fernand Braudel, 1996.

SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH/Unicamp*, Campinas, 17, junho de 1985.

SOUZA, Sonia Maria de. *Terra, família, solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870- 1920)*. Bauru: EDUSC, 2007.

STOLCKE, Verena e HALL, Michael M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 3 (6): 80-120, set. 1983.

WIRTH, John D. *O Fiel da Balança*: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1930. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.